

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP
EFLCH - ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS
E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Sidney de Paula Oliveira

Guarulhos
2018

Sidney de Paula Oliveira

**Cotas Raciais ou Sistema Universal: Um Estudo Sobre o Acesso de
Estudantes Negros (as) na Universidade Federal de São Paulo**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo.
Linha de Pesquisa 2: Sujeitos, Saberes
e Processos Educativos
Orientadora: Profa. Dra. Edna Martins

Guarulhos

2018

Sidney de Paula Oliveira

**Cotas Raciais ou Sistema Universal: Um Estudo Sobre o Acesso de Estudantes
Negros (as) na Universidade Federal de São Paulo**

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo.
Linha de Pesquisa 2: Sujeitos, Saberes
e Processos Educativos
Orientadora: Profa. Dra. Edna Martins

Professor(a)

Professor(a)

Professor(a)

Dedico este trabalho à minha mãe Berenice de Paula Oliveira (in memoriam) por não permitir que eu jamais faltasse às aulas, nem mesmo quando estivesse doente ou convalescente, e a meu pai, Adair de Oliveira que, através de vários malabarismos financeiros e crediários múltiplos, muitos dos quais inconclusos nunca deixaram faltar os livros e os demais materiais didáticos escolares solicitados, por vezes comprometendo a própria mesa de casa, para que eu, em contrapartida, me nutrisse da educação, conhecimento e cultura, capitais vitais frequentemente negados à população negra.

À Militância Negra e Antirracista, aos (às) nossos (as) antepassados (as) que sangraram, irrigando a terra, e às futuras gerações que, conscientes, colherão e degustarão os frutos.
Asè!

Agradecimentos.

Manifesto meu agradecimento à minha orientadora Professora Doutora Edna Martins por ter acreditado, abraçado, estendido as mãos, pelos “puxões de orelhas” e, fundamentalmente, por contemplar em seu cerne a perspectiva motivadora.

Agradeço aos (às) demais Professores e Professoras do Programa de Pós-graduação em Educação da EFLCH - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP.

Aos (às) graduados(as) e graduandos(as) dos cursos de humanidades da UNIFESP, Campus Guarulhos que, prontamente, atenderam ao convite/chamado para as entrevistas, se disponibilizando, incondicionalmente, a participar desta jornada, adensando o trabalho com os dados fornecidos.

Agradeço ao Professor Doutor Hédio Silva Júnior e a Professora Doutora Maria Aparecida Silva Bento, cânones do movimento negro contemporâneo que pugnam, intransigentemente, pela promoção da igualdade do povo negro, e por serem fontes inesgotáveis de inspiração e estímulo.

À todas as professoras que contribuíram com minha formação citando, a título de referência e reverência, uma por cada percurso estudantil/acadêmico: Professora Aida, do antigo pré, Professora Hilda, do antigo primário, Professora Ana Maria, do antigo ginásio, Professora Magali, do antigo colegial, Professora Regina Toledo Damião, da Faculdade de Direito do Mackenzie, Professora Doutora Simone Caputo Gomes, da Faculdade de Letras - USP, Professora Doutora Idméa Semeghini-Siqueira, da Faculdade de Educação (Licenciatura) - USP, Professora Doutora Cíntia Regina Béo, orientadora da Pós em Direitos Humanos - ESPGESP, Professora Mestra Tânia Pedrina Portella, orientadora da Pós em Gênero e Diversidade na Escola - UNIFESP.

Para que fique consignado que há referência a um homem, pelo menos, agradeço, também, ao Professor Doutor Alexandre Filordi de Carvalho, homenageando em seu nome, todos os professores do percurso e, principalmente, com o perdão da redundância, por ser uma pessoa humana, demasiadamente humana.

À toda equipe do CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades, Organização Não Governamental com excelência no trato das questões que envolvem trabalho, relações raciais, gênero, educação e saúde.¹

Agradeço aos (às) alunos (as) do curso de Pós-Graduação em Educação da UNIFESP pela partilha de alegrias, angústias, tristezas, esperanças e a expectativa de que, num futuro próximo, o acesso à educação superior, para além da graduação, notadamente nos programas de mestrado e doutorado, não será privilégio apenas para alguns(as).

Aos colegas que compartilharam a orientação com a Professora Doutora Edna Martins, especialmente ao Edmundo Fernandes de Souza pela paciência, préstimos, “co-orientação” e por ter sido um facilitador em tudo durante a jornada, e a Julia Antas dos Santos e Vanilda Gonçalves Abdalla pelas trocas bibliográficas, incentivo e motivação, sendo estas as primeiras debutantes da Professora Edna Martins nas orientações e conclusão do Mestrado em Educação nesta Unifesp.

À equipe da Biblioteca do CEU Capão Redondo, especialmente às bibliotecárias Cida e Célia que, com carinhosa atenção, indicavam os conteúdos pertinentes a este estudo em meio ao grande acervo do local.

À minha mãe Berenice de Paula Oliveira, “in memoriam”, e meu pai Adair de Oliveira, meus irmãos e irmãs consanguíneos e aos (às) demais irmãos, irmãs e agregados (as) que somaram no árduo percurso.

Ao amigo escritor e ativista Luis Silva (Cuti) e às amigas Professoras Fátima França e Eliana Aparecida Francisco.

À amiga de todas as horas Karen Marques Rosso Ishiguro, especialmente pelo apoio, incentivo e abertura dos caminhos.

A Neide Lopes e Ayana Oliveira, pela compreensão, por terem permitido que eu me privasse da companhia de ambas, possibilitando a conclusão desta etapa de nossas vidas e, especialmente, por compartilharem os “pezinhos de frangos”, naqueles momentos que apenas nós três sabemos.

À minha sobrinha Bárbara Louise Paiva Oliveira.

Às comunidades/bairros nas (os) quais tive moradia: Vila São José e Vila Nair, no Ipiranga, capital de São Paulo, Cohab I, em Carapicuíba, grande São Paulo, Jardim Lúcia e Jardim Cris, incrustados no “famoso quadrilátero” de um passado sanguinolento da periferia

¹ Organização que, dentre outras iniciativas, outorga às escolas e educadores (as), desde 2002, o Prêmio “Educar para a Igualdade Racial.”

da zona sul de São Paulo, composto tal quadrilátero por Capão Redondo, Jardim Ângela, Parque Santo Antônio e Jardim São Luís. Salve Periferia!

Às Professoras Doutoras Cristiane Gonçalves da Silva e Maria Aparecida Silva Bento² que, compondo a Banca do Exame de Qualificação deste estudo trouxeram, nas contribuições críticas, luz, muita luz!

À todas e todos, dentro das possibilidades e limitações de cada um(a), que contribuíram, torceram, incentivaram, alegraram, sorriram, choraram, aderiram, sangraram, compartilharam, criticaram, enlouqueceram e intensamente viveram esta etapa, para além de minha, nossa, meus sinceros e fraternos agradecimentos. Asè!

² As mencionadas Professoras Doutoras também compuseram e abrilhantaram a Banca de Defesa, realizada em 06 de agosto de 2018, no campus Guarulhos da UNIFESP.

cota é só a gota
a derramar o copo
não a mágoa do corpo
mas energia represada
que agora se permite e voa
em secular esforço
de superar-se coisa e se fazer pessoa

cota é só a gota
apenas nota de longa pauta
a ser tocada
com o fino arco
em mãos calosas

cota é só a gota
a explodir o espanto
de se enxugar no riso
a imensidão do pranto

ela é só a gota
ruindo pela base
a torre de narciso

é só a gota
entusiasmo na rota
afirmativa
que ameniza as dores da saga
suas chagas de desigualdade amarga

cota é só a gota
meta de quem pagou e paga
desmedido preço de viver imposto
e agora exige
seu direito a voto
na partição do bolo

é só a gota
de um mar de dívidas
contraídas
pelos que sempre tornaram gorda a sua conta
cota é só a gota afrouxando botas
de um exército
para o exercício da equidade

cota não reforça derrota
equilibra
entre ponte de partida
e ponto de chegada
a vitória coletiva
reinventada.³

(Gota do que não se esgota – Luiz Silva – Cuti)

³ Texto publicado em Negroesia – Antologia Poética, 2007.

Resumo.

No Brasil as normas reguladoras, principalmente as que antecederam a Lei Federal n.º 12.711/12 que regulamentou o acesso, vias cotas raciais, nas universidades e institutos federais de educação tiveram papel fundamental no acesso da população negra às universidades públicas. Tal tema ganha especial relevância num momento histórico em que as ações afirmativas são adotadas por inúmeras universidades públicas e, conforme o processo gradual de implementação, tais políticas pressupõem constante avaliação acerca da necessidade/viabilidade da continuidade. Nesse sentido, pretendeu-se com essa pesquisa, investigar as eventuais razões pelas quais estudantes negros (as) optam pelo ingresso na universidade por meio do sistema universal, abrindo mão da reserva de vagas/cotas a qual fariam jus em função do seu pertencimento racial. A metodologia de coleta de dados envolveu análise documental e entrevistas com seis estudantes negros (as) de regularmente matriculados (as) em cursos da área de humanidades da Universidade Federal de São Paulo, Campus Guarulhos. Como fundamentação teórica adotamos o materialismo histórico-dialético, notadamente nas suas categorias contradição e mediação, haja vista as contradições existentes no campo da inclusão/exclusão que marcam o debate das políticas de reserva de vagas/cotas. A análise de dados apontou, em linhas gerais, que o (a) estudante não optante pelas cotas pode carregar dois estigmas, quais sejam: ocupar espaço que não se espera dele (a), além de desprezar o quinhão percentual que, aí sim, seria seu, bem como que o ambiente universitário é hostil e preconceituoso. Foi apurado, também, que as opções pelas cotas ou não se dão por questões pragmáticas, e que os (as) negros (as) são vistos (as) como presumíveis cotistas, bastando serem negros(as), além de serem vistos (as) como usurpadores (as) de vagas.

Palavras chave: ações afirmativas, cotas raciais, inclusão, legislação, relações raciais.

Abstract.

In Brazil the regulatory norms, mainly the ones that came before the Federal Law n.º 12.711/12, which was responsible to regulate the access to universities and to educational institutes through racial quotas played a key part when it comes to the access of young people to public universities. In a historic moment in which the affirmative actions have been adopted by the public universities this subject matter becomes relevant and according to the gradual process of implementation these kind of policies are subjected to constantly assessment about the necessity/feasibility of its permanence or not. To this end, this research aims to investigate the possible reasons why negro students choose to get into the university through the usual manner instead of using the specific vacancies/quotas which they are allowed to, due to their condition of taking part of that group. The methodology of data collection will embrace document analysis and interview with six negro students of both genders who are currently registered in humanity courses of UNIFESP – São Paulo Federal University. The historical dialectical materialism will be adopted as a theoretical base particularly on its categories contradiction and mediation regarding the contradictions on this branch of inclusion/exclusion due to its relevance on the debate about the policies reserving of quotas/vacancies. The data analysis pointed out, in general terms, that the student who does not opt for the quotas can carry two stigmas, which are: occupy space that is not expected of him (a), besides neglecting the percentage share that, it would be yours, as well as that the university environment is hostile and prejudiced. It was also found that the option for quotas or not for pragmatic reasons, and that the blacks are seen as presumed quotaters, if they are blacks, as well as usurpers of vacancies.

Keywords: affirmative actions, racial quotas, inclusion, legislation, race relations.

Lista de Siglas e Abreviaturas.

| | |
|---------|--------------------------------------------------------------------------|
| ADPF | Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental |
| AGU | Advocacia Geral da União |
| CAPES | Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CCSP | Centro Cultural São Paulo |
| CEERT | Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades |
| CEP | Comitê de Ética e Pesquisa - UNIFESP |
| CEU | Centro Educacional Unificado – Sec. da Educação, Prefeitura de São Paulo |
| CF | Constituição Federal |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CONE | Coordenadoria Especial para Assuntos da População Negra |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| ESPGESP | Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo |
| ETEC | Escola Técnica Estadual - SP |
| FATEC | Faculdade de Tecnologia de São Paulo |
| FUVEST | Fundação Universitária para o Vestibular |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MAM | Museu de Arte Moderna |
| MEC | Ministério da Educação |
| NAE | Núcleo de Apoio ao Estudante - UNIFESP |
| NEAB | Núcleo de Estudos Afrobrasileiros - UNIFESP |
| NNUG | Núcleo Negro Unifesp Guarulhos |
| OAB/SP | Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo |

| | |
|---------|----------------------------------------------------------|
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação |
| PPI's | Pretos, Pardos e Indígenas - USP |
| PROGRAD | Pró-Reitoria de Graduação – UNIFESP |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| REUNI | Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SEDH | Secretaria Especial de Direitos Humanos |
| SEPPIR | Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SIS | Sistema de Indicadores Sociais - IBGE |
| SISU | Sistema de Seleção Unificada – Ministério da Educação |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| STJ | Superior Tribunal de Justiça |
| TCLE | Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento |
| UENF | Universidade Estadual do Norte Fluminense |
| UERJ | Universidade Estadual do Rio de Janeiro |
| UFF | Universidade Federal Fluminense |
| UFOP | Universidade Federal de Ouro Preto |
| UFGP | Universidade Estadual de Ponta Grossa |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNIFESP | Universidade Federal de São Paulo |
| USP | Universidade de São Paulo |
| VAI | Valorização de Iniciativas Culturais – Sec. Cult. - PMSP |

Sumário

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Apresentação. | 14 |
| Introdução. | 24 |
| Capítulo 1. Cotas raciais - Aspectos Legais e Polêmicos. | 37 |
| Capítulo 1.2 Pesquisas sobre Cotas Raciais nas Universidades Públicas Brasileiras..... | 52 |
| Capítulo 2. Cotas Raciais nas Universidades Brasileiras - O Caso Peculiar da UNIFESP..... | 64 |
| Capítulo 3. Pauta Antiga e Cara aos Movimentos Sociais Negros Brasileiros..... | 81 |
| Capítulo 4. Procedimentos Metodológicos..... | 91 |
| Capítulo 4.1 Procedimentos de Coleta de Dados..... | 98 |
| Capítulo 5. Análise e Discussão dos Dados. | 105 |
| Capítulo 5.1. Discussão dos Dados por Categorias Eleitas. | 110 |
| Capítulo 5.1.2. Autodeclaração e Pertencimento Racial..... | 111 |
| Capítulo 5.1.3. Sistema Universal em Oposição ao Sistema de Cotas Raciais. | 115 |
| Capítulo 5.1.4. Opção ou não Pelo Acesso via Cotas Raciais. | 121 |
| Capítulo 5.1.5. Os “Tribunais Raciais” | 125 |
| Capítulo 5.1.6. Cotas Raciais: Mérito, Privilégio e Direito..... | 129 |
| Capítulo 5.1.7. A Universidade como Território Hostil aos (às) Negros (as). | 135 |
| Considerações Finais. | 140 |
| Referências Bibliográficas. | 147 |
| Anexo 1..... | 152 |
| Anexo 2..... | 154 |
| Anexo 3..... | 157 |

Apresentação.

Inevitavelmente, a conclusão deste curso de Mestrado em Educação nesta Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP que, em última análise culmina com a apresentação deste texto e defesa da dissertação perante esta Banca, me remeteu às inúmeras situações vivenciadas. Porém, e fundamentalmente, para além dessas situações, cumpre frisar acerca do local a partir do qual se enuncia/anuncia, que lugar é esse e as origens, considerando a etimologia da palavra “radical”, enquanto “raiz”, ou seja, de onde se germina, brota, floresce e, por fim, se parte. De onde se é originário, referenciais familiares, sociais, profissionais, acadêmicos e educacionais, das discussões quanto às relações raciais nos diversos espaços percorridos e ocupados, etc., e a sempre premente perspectiva de caminhos ainda a serem trilhados, tendo também e sempre, como suporte e incentivo, as marcas indeléveis dessa jornada longa e turbulenta, mas também gratificante.

Nesse sentido e salvo melhor juízo, entendo pertinente e oportuno, a título de introdução, tecer algumas breves ponderações de cunho absolutamente pessoal acerca da trajetória de vida, estudantil/acadêmica do pesquisador, bem como a razão da opção pelo tema e problema, vislumbrando a formação multidisciplinar alcançada até então, pela pesquisa do Mestrado em Educação nesta UNIFESP, e as interfaces com o Direito, primeira área de formação acadêmica do pesquisador, enfatizando sua condição de sujeito de direito, que está umbilicalmente integrado na produção/construção dos conhecimentos em consonância com o objeto, numa perspectiva de alteridade, refletindo e sendo reflexo do próprio objeto.

Numa retrospectiva e análise desse longo percurso de mais de trinta anos, com a lente do retrovisor da vida devidamente ajustada à estrada do passado focando inúmeras vivências, creio ser possível afirmar que o projeto, agora materializado na presente dissertação, ainda que de modo incipiente, disperso e desarticulado, foi idealizado e passou a ser gestado já no início dos anos 90 do século passado, quando do ingresso no primeiro curso de graduação,

em Direito, na Universidade Mackenzie, especificamente em 1991, ou seja, construção longa e arduamente sedimentada em mais de 25 anos.

Na ocasião, 1991, inclusive impactado por certo estranhamento em decorrência de estar num espaço majoritariamente branco, tive a primeira experiência com o que podemos chamar de Movimento Negro Organizado, sendo o dito movimento composto por vários (as) estudantes universitários (as) e alguns (as) alunos (as) dos últimos anos do ensino médio que, ainda de modo incipiente, discutia políticas de ações afirmativas na educação superior, numa perspectiva de reparações, além de outras questões de cunho mais genérico como cidadania, direitos humanos e políticas públicas.⁴

Por óbvio, a incipiência retro mencionada foi gradativamente superada, e as ideias iniciais sistematizadas na perspectiva acadêmica, principalmente com o ingresso no presente curso de Mestrado, ganharam corpo e consistência a partir da orientação habilmente conduzida pela Professora Doutora Edna Martins que, desde a entrevista que compunha um dos estágios e requisitos da seleção para o ingresso neste curso, e também no decorrer do processo de orientação asseverou, peremptoriamente, a necessidade primaz do foco, objetivo, rigor técnico e ética sublinhando, nesse sentido, as preocupações quanto às referências e citações no corpo do texto, análise criteriosa dos documentos, sistematização dos dados levantados, pesquisados e analisados, identificação e formatação do problema de pesquisa, além do levantamento objetivo das hipóteses diagnósticas e as questões/interrogações a serem enfrentadas durante a jornada, reformulando atenta e criteriosamente a intenção de pesquisa que culminou na confecção do projeto aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, CEP-UNIFESP, e dando posteriormente a esse projeto o necessário viés acadêmico para a formatação e finalização da dissertação que ora é submetida à Banca.

Necessário destacar as gestões perpetradas pela Professora Orientadora Edna Martins no que tange a pertinência das entrevistas, enquanto ferramentas eficazes e adequadas para as pretensões da pesquisa ora conclusa que, em última análise envolveu pessoas, enfatizando a Orientadora, de modo convincente, os ganhos advindos daí, haja vista que, em princípio, não estavam contempladas tais entrevistas na ideia original do estudo, baseada apenas na

⁴ O grupo em tela tinha por nome “*Comissão Estadual de Universitários Negros*”, e as reuniões ocorriam, em geral, na FATEC, no bairro da Luz, centro da capital paulistana.

investigação sobre documentos e bibliografia, sendo imperioso o reconhecimento que as gestões da Orientadora deram ao texto final robustez teórica e consistência empírica, além do caráter de pesquisa eminentemente acadêmica, em nível de mestrado.

Retomando as questões atinentes ao ingresso nos bancos acadêmicos cabe sublinhar a impactante afetação proporcionada pela visibilidade que, por ser parte de uma acintosa minoria à época, naquela faculdade de Direito do Mackenzie, passou a operar no cerne do meu ser, em oposição aos nichos de invisibilidade sociais percorridos em outros espaços, inclusive no percurso educacional pré-escolar, básico e médio, todo feito em equipamentos públicos, pretérito ao ingresso nos cursos e universidades diversas, Mackenzie, USP, Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado e a própria UNIFESP, nesta última tanto na especialização quanto no Mestrado.

Fazendo referência ao percurso quando da estada nos bancos acadêmicos durante os cinco longos anos na faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, a partir de 1991, ano do ingresso, numa turma noturna composta inicialmente de 80 (oitenta) alunos (as) éramos, exatos (as), 4 (quatro) negros (as) e, quando me refiro a esse modesto universo de quatro pessoas, cabe ressaltar o fato incontroverso de que se tratava de quatro acadêmicos (as) indiscutivelmente negros (as), assim identificados pelos(as) demais colegas da turma, sociedade e comunidade acadêmica em geral, enquanto heteroclassificação, independente das nuances cromáticas e origens familiares que, certamente, compunham o todo e cada um (a) dos (as) estudantes, além da autoclassificação negra por várias vezes externadas por esse pequeno grupo, inclusive em situações tensas de debates e embates no tocante às relações raciais.⁵

Nessas ocasiões sempre afluía na memória a lembrança de um professor do antigo ginásio, hoje chamado de ensino fundamental II, que instava os (as) alunos (as) a percorrer o calendário de modo panorâmico, porém interpretativamente, para aferir quais eram as datas simbólicas/comemorativas ali consignadas, e se alguns (as) alunos (as) pertenciam a grupos sociais vitimados e discriminados a “merecerem” tal distinção no calendário com as tais datas simbólicas e comemorativas.

⁵Em termos percentuais, esse número perfaz exatos 5% (cinco por cento) do total da turma noturna que ingressou no curso de Direito do Mackenzie, em 1991.

Nós, então alunos (as), constatamos, seguindo o raciocínio do professor em apreço, que havia e há nos calendários, ainda hoje, um dia dedicado à mulher, 08/03, ao índio, 19/04, ao idoso, 27/02, à criança, 12/10, aos refugiados, 15/01, aos deficientes, 03/12, ao professor, 15/10, dentre outras datas e outros segmentos sociais e, quanto à população negra, não apenas um dia, mas uma semana inteira da nomeada consciência negra, de 20 de novembro, simbólica, mas também em oposição ao fatídico 13 de maio, execrado há tempos pelos movimentos sociais negros organizados.⁶

Muito em função das lutas protagonizadas pelos (as) envolvidos (as) e/ou contemplados (as) ou “agraciados (as)” nas datas simbólicas, hoje temos legislações em vigor que amparam a mulher, notadamente em situação de violência doméstica, Lei Maria da Penha, n.º 11.340/06, o indígena, Estatuto do Índio, Lei n.º 6.001/73⁷, o idoso, Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741/03, os refugiados, Estatuto dos Refugiados, Lei n.º 9.474/97, a criança e o adolescente, Lei n.º 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o(a) professor(a), Art. 201, parágrafo 8º da Constituição Federal e, quanto à comunidade negra, a Lei 10.639/03, amplamente conhecida principalmente por educadores(as) e militantes negros(as) da educação e antirracistas, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei n.º 12.288/10, a Lei 9.459/97, que pune os crimes de preconceito de raça/cor, a Lei de Cotas, nº 12.711/12, que prevê a reserva de vagas para negros e indígenas na educação superior, universidades federais e institutos federais de educação e, com a posterior alteração consubstanciada na Lei n.º 13.409/16, que trata do acesso de deficientes na mesmas instituições, a Lei n.º 9.504/97, que trata das cotas/reserva de vagas para mulheres no parlamento, dentre outros diplomas legais.

Há que se pontuar que o marco legal proeminente em relação a grande parte dos textos legais elencados no parágrafo anterior, é a Constituição Federal de 1988, dita Carta Cidadã, que foi promulgada no bojo do processo de redemocratização do país a partir de meados da década de 80 do século passado e, via de consequência, em função da necessária regulamentação dos seus princípios e diretrizes, foram aprovadas inúmeras leis,

⁶Um dos precursores da proposta de adoção do dia 20 de novembro como data simbólica e representativa da luta negra em oposição ao dia 13 de maio, foi Oliveira Silveira, ativista e escritor gaúcho, precocemente falecido em 2009, mas que deixou relevante legado para os debates sobre as relações raciais no Brasil.

⁷ Atualmente tramita no Senado o PSL n.º 169/2016, nova proposta denominada Estatuto dos Povos indígenas, com aproximadamente 200 artigos. Os princípios da nova proposição se referem a garantia da proteção social, cultural, territorial e jurídica, além da igualdade.

regulamentando dispositivos constitucionais, abarcando segmentos sociais e/ou raciais e situações específicas.

Sublinhe-se que o Magistério, atividade do (a) Professor (a), Educação, juntamente com a atividade do (a) Advogado (a), Direito,⁸ são das poucas profissões/atividades profissionais com citação explícita no texto da Constituição Federal, não sendo tal constatação desprezível, por abarcar as vertentes, Educação e Direito e, na perspectiva deste estudo, o Direito à Educação.

Cabe a citação de que praticamente todos os compêndios de Direitos Humanos, em geral, guardam capítulos que tratam da proteção e eventualmente promoção da igualdade e/ou direitos de minorias e segmentos sociais e/ou grupos vulneráveis, obviamente isso nos países democráticos ou que tem isso como pretensão, como é o caso do Brasil, pelo menos em tese.

Algum tempo depois, já como operador do Direito, devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo – OAB/SP desde 1996, a agonia, aflição e, de certa forma, o descontentamento de constatar de modo empírico nas empreitadas nos diversos Tribunais a situação fática de que há uma distância abissal quanto ao que prescreve o direito formal, notadamente no tocante à igualdade⁹, e a substancialidade que se idealiza e que se pretende dar a esse direito meramente formal se revelaram de modo contundente.

Isso em oposição à pretensão e idealismo de um relativamente jovem advogado pretendendo contribuir, ainda que modestamente, para a mudança de paradigmas no tocante às relações raciais, pugnando para que negros (as) reunissem condições para superar posições de inferioridade numérica que sempre nortearam seus cotidianos, notadamente nos bancos acadêmicos e nos cargos, funções e profissões de maior prestígio social.

⁸Segundo o Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

⁹É sintomático nesse sentido o formalismo do artigo 5º da Carta Magna que, versando sobre direitos e garantias fundamentais, ainda carece de materialidade pois, no plano ideal, contempla uma série de diretrizes que ainda clamam por praticidade e substancialidade.

Em artigo tratando da lei enquanto “obstáculo” e, concomitantemente como instrumento de transformação ou manutenção do estado de coisas, assim preleciona o professor Silva Jr.:

Um equivoco facilmente localizável na rara e emergente produção acadêmica sobre direito e raça no Brasil, cujo impacto negativo sobre o discurso da militância negra e antirracismo está a merecer um exame acurado, refere-se ao credo na suposta neutralidade da lei na conformação do modelo brasileiro de relações raciais. Vale dizer, é patente o predomínio de certo entendimento segundo o qual o racismo brasileiro, mesmo em sua versão pós-Abolição, teria prescindido do suporte, do aparato, da força da lei na subjugação e marginalização do povo negro. (SILVA JR., 2000, p. 359).

A disposição para o ativismo foi canalizada, também, para trabalhos em Organizações Não Governamentais, dentre as quais o CEERT – Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades, organização paulistana que é referência com seu cabedal de acúmulos, na intervenção e produção de conhecimento quanto às relações raciais, atuando há mais de vinte e cinco anos não apenas no que tange às questões do trabalho em seus aspectos múltiplos, como também saúde da população negra, educação, assessoria técnica a órgãos institucionais/governamentais, sindicatos, poderes públicos diversos, etc., e contribuindo para a formação/intervenção de quadros negros qualificados.¹⁰

A título de ilustração, são egressos (as) do CEERT, dentre outros quadros negros qualificados, uma Ministra de Estado, Matilde Ribeiro, que ocupou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir (2003-2008), um Secretário de Estado da Justiça e Cidadania em São Paulo, Hédio Silva Júnior (2005-2006), e um Coordenador da Coordenadoria Especial de Assuntos da População Negra da Prefeitura Municipal de São Paulo - CONE, Edmar Silva, 2001-2004, ou seja, a ONG citada, além de produtora de pesquisas e conhecimentos, qualifica e proporciona aos seus e suas ativistas, ocupar cargos e funções públicas de destaque e relevância, seja na seara municipal, estadual ou nacionalmente falando.

¹⁰ONG criada em 1990 e que, segundo Maria Aparecida Silva Bento, Coordenadora Executiva, um dos desafios primordiais da organização é “apoiar os membros do CEERT em seus estudos, no aprofundamento que podem ter a partir da universidade, apoiar os bolsistas, os candidatos a mestrados, doutorados, os que estão propondo projetos. A instituição deve dar respaldo para isso, acompanhar esses processos, fortalecer as pessoas. Quem produz conhecimento tem que fazer isso sempre. E continuar sempre conectado com o movimento negro, do qual somos parte, herdeiros, seguidores e protagonistas”.

A atuação na ONG em apreço despertou e sedimentou a necessidade de uma militância, para além de voluntariosa e aguerrida, qualificada e com referenciais teóricos sólidos e embasamento bibliográfico em consonância com as pretensões de transformações, ideias e ideais, absolutamente imprescindíveis para voos mais ousados, elevados e seguros.

Nesse sentido, tive e tenho incursão nos movimentos de literatura negra em São Paulo, haja vista as várias publicações na coletânea intitulada “Cadernos Negros”¹¹, publicada anualmente pelo Quilombhoje Literatura¹² que alterna a cada ano contos e poemas, dando oportunidade e visibilidade a escritores (as) negros (as), preteridos (as) num mercado editorial hegemonicamente branco e ainda pautado pelo eurocentrismo e até racismo, destacamos.

Cumprе sublinhar que, também por tal editora publiquei os livros *Negraciosa e A(r)mada Negra*, (OLIVEIRA, 2012; 2015) que, em linhas gerais, abordam questões relacionadas à elevação da autoestima do povo negro, sendo notório que o eventual acesso à educação superior, seja pelo sistema universal, seja através da reserva de vagas/cotas raciais, também tem essa perspectiva de elevação da autoestima, além da possibilidade de mobilidade social ascendente.

Além disso, em 2013 fui convidado pela Professora Doutora Vera Lúcia Benedito que, à época, Coordenava a Coleção Consciência em Debate da Editora Selo Negro e, ainda neste ano, lancei pela referida editora o livro *O Estatuto da Igualdade Racial*, (OLIVEIRA, 2013) no qual discuto a luta travada pelos grupos políticos e sociais envolvidos na temática das relações raciais e promoção da igualdade, e faço uma análise acerca das flagrantes discrepâncias entre o projeto de lei idealizado e a lei que foi efetivamente aprovada que, em última análise, frustrou as aspirações do proponente, então deputado e ora senador Paulo Paim¹³, e de parte dos movimentos sociais negros que reivindicavam um diploma legal mais

¹¹ O primeiro volume da série Cadernos Negros foi publicado em 1978. No campo estético ou enquanto forma de resistência cultural, os Cadernos têm tido importância inegável e, proporcionando oportunidade para o exercício de criação literária diferenciada, possibilita que os descendentes de africanos passem de objeto a sujeito da escrita. (Fonte Quilombhoje Literatura - <http://www.quilombhoje.com.br/>).

¹² O Quilombhoje Literatura, grupo paulistano de escritores (as), foi fundado em 1980, por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros, com objetivo de discutir e aprofundar a experiência afro-brasileira na literatura. (www.quilombhoje.com.br). Contemporaneamente o grupo é Coordenado pelo escritor Marcio Barbosa e a escritora Esmeralda Ribeiro.

¹³ A primeira versão do projeto do Estatuto da Igualdade Racial foi apresenta em 2000, Projeto de Lei n.º

amplo e propositivo quanto à promoção da igualdade racial, adoção de ações afirmativas na educação, nos poderes públicos, mídia, etc.

Quanto às inserções no magistério acadêmico e ativismo institucional, desde 2008 ministrou aulas no Instituto *Sedes Sapientiae*, disciplina Direitos Humanos e Sistema Penitenciário, além de ter Coordenado a Comissão de Direitos Humanos da 181ª Subseção da OAB Carapicuíba no triênio 1998/2000 e atuado como Assessor Especial da Comissão de Direitos Humanos da Seccional Paulista da OAB entre 2004 e 2010, sendo enfrentadas situações inúmeras de desigualdades diversas nesse caminhar, com notório relevo às desigualdades raciais.

Ainda quanto à academia, já na segunda graduação e posterior licenciatura em Letras (Português) na Universidade de São Paulo – USP, respectivamente entre 2002-2009 e 2009-2011, talvez muito provavelmente em função do curso e do período noturno, a visibilidade do ponto de vista “cromático”, de certa forma ficou diluída e pulverizada, haja vista a maior presença de outras e outros pares negros (as), em número ainda relativamente reduzido, vislumbrando pelo que se luta e se pretende transformar socialmente, porém, significativa e comparativamente maior que no curso de Direito retro aludido, na Universidade Mackenzie.

Os cursos de humanidades, mesmo nas universidades públicas de primeira linha, como a USP, costumam abarcar um contingente maior de negros (as) em seus bancos, também em função da concorrência menos acirrada nos exames vestibulares, principalmente no período noturno. Contudo, nos cursos de maior concorrência, como medicina, publicidade e propaganda, engenharia, economia, psicologia, administração dentre outros, notadamente os cursos em período integral, ainda há um número de negros (as) relativamente modesto.¹⁴

Nesse percurso formal de educação, ainda há duas pós-graduações, (especializações), sendo a primeira em Direitos Humanos na Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – ESPGESP (2007-2008), e a segunda em Gênero e Diversidade na Escola,

3.198/2000 pelo então Deputado Federal pelo PT, Paulo Paim. Posteriormente, atuando o parlamentar já como senador, foi apresentado um novo projeto, n.º 213/2003, que culminou com a sanção da Lei n.º 12.288/2010, “Estatuto da Igualdade Racial, absolutamente distinta, na essência, dos projetos idealizados.

¹⁴Segundo matéria veiculada no Portal G1 em 03/06/2015, “não havia calouros pretos em seis dos dez cursos mais concorridos da FUVEST, dentre os quais medicina (Ribeirão Preto), Publicidade e Propaganda e Psicologia.

nesta Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, (2015-2016), que também, frisa-se, ofertaram sólidos subsídios para os estudos deste mestrado.

Muito em função do percurso e das relações estabelecidas nos diversos meios e espaços, tive a oportunidade de inserções em outras searas, ministrando palestras, cursos de formação, seminários, rodas de conversa, encontros literários, oficinas, etc., sempre numa perspectiva das relações raciais, diversidade, cidadania, educação, direitos humanos, etc.

Ainda quanto à trajetória na educação e magistério propriamente dito, atualmente ministro aulas num cursinho popular comunitário preparatório para vestibulares diversos, porém, com ênfase no Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, no Jardim Irene, bairro periférico da zona sul de São Paulo, região do Capão Redondo.¹⁵

Por certo, muitos (as) alunos (as) desse cursinho são negros (as) e, ao serem questionados (as) acerca das respectivas perspectivas quanto a um possível acesso às universidades públicas, tal possibilidade, ainda que reiteradamente estimulada e incentivada pelos (as) professores (as) e a coordenação do curso, é descartada, ora com o argumento da distância geográfica das franjas da periferia de São Paulo até a USP ou a UNIFESP, por exemplo.

Por paradoxal que nos pareça, outra justificativa apresentada é que as faculdades privadas próximas ofertam cursos a preços acessíveis, não havendo, concluem parte dos (as) estudantes, pertinência na busca por horizontes outros e novos voos para além do que pensam e idealizam momentaneamente dentro dessas limitações apontadas, nessas regiões periféricas e carentes da cidade, do estado, ou mesmo de outros entes federativos fronteiriços ao estado de São Paulo.

Quanto ao fato do pesquisador, militante e ativista, de certa forma, e guardadas as devidas ressalvas, por ser também pertencente ao grupo denominado objeto da pesquisa, negro, estudante e não cotista, aí contempladas as questões de envolvimento e/ou

¹⁵ Instituto Ayuelê, entidade do terceiro setor que, além do cursinho aludido, desenvolve uma série de ações sociais e comunitárias na região, promovendo a cidadania da população local.

distanciamento com a temática estudada, há que se fazer referência ao raciocínio externado por Bento, quando habilmente aponta:

De fato, como militante do movimento negro, temos uma visão de mundo necessariamente marcada por essa pertença. Para garantir a objetividade possível numa análise acadêmica, precisamos estranhar nossas posições, bem como observar e monitorar a interferência do envolvimento com o tema nas análises que fazemos (...) O fato de que respeitáveis estudiosos das áreas de relações raciais buscaram em seus estudos focalizar apenas o negro é, sem dúvida, um tipo de militância silenciosa pela manutenção de privilégios, ainda que sejam simbólicos. (...) Assim, a omissão da dimensão racial em suas investigações compromete o resultado de seus estudos, deixando-os igualmente sob suspeição. (BENTO, 2002, pgs. 45/46).

É com base no excerto e raciocínio acima exposto que essa pesquisa foi feita, enquanto agente/pesquisador, problematizando e nos problematizando concomitantemente, enquanto parte integrante de um segmento populacional objeto, mas também e principalmente sujeito, ainda que com as inevitáveis tensões e/ou contradições previstas no Materialismo Histórico e Dialético, referencial teórico adotado na pesquisa e texto da dissertação, bem como as ressalvas no que tange a necessária equidistância do objeto de pesquisa citado.

A percepção e condição de quem vive, viveu e continua a vivenciar, juntamente com os (as) pares toda sorte de opressões raciais, empiricamente falando e, paradoxo dos paradoxos, inclusive na academia, é a pedra angular que, em última análise, norteou a pesquisa, composta das entrevistas, questionário, análises documentais e bibliográficas, com especial relevo aos documentos legais, culminando com a produção do texto final da dissertação e defesa perante essa banca.

Introdução.

As universidades públicas ainda são locais absolutamente distantes, simbólica e geograficamente falando¹⁶, quase que inacessíveis para um considerável contingente de negros (as), mesmo com a possibilidade de acesso via reserva de vagas/cotas raciais, cotas sociais consubstanciadas no montante de vagas destinadas aos pobres estudantes de escolas públicas, e outras normas internas em consonância com a autonomia universitária, haja vista o caso de uma das maiores universidades públicas do país, a USP, que somente em recente data, em reunião do seu Conselho Universitário aprovou, na sessão realizada em 4 de junho de 2016, a reserva de vagas para alunos provenientes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas, de acordo com a sigla PPIs, para os cursos de graduação já a partir de 2018.

Além da aprovação das cotas raciais, o dado digno de nota é que se trata da primeira vez que a tradicional universidade paulista em questão adotará tal política afirmativa, tendo finalmente sucumbido às evidências de exclusão em seus campi, atendendo às reivindicações dos grupos sociais que a pressionaram nesse sentido.

Os termos, cada vez mais empregados, ações afirmativas, cotas raciais e reserva de vagas são mais e mais corriqueiros no cotidiano da população, inclusive fora do ambiente acadêmico, fazendo parte do vocabulário de um maior número pessoas, porém, do ponto de vista histórico e cronológico Wedderburn nos traz a seguinte ilustração:

O conceito de ação afirmativa originou-se na Índia imediatamente após a Primeira guerra Mundial, ou seja, bem antes da própria independência deste país. Em 1919, Bhimrao Ramji Ambedkar (1891-1956), jurista, economista e historiador, membro da casta “intocável” Mahar propôs, pela primeira vez na história, e em pleno período colonial britânico, a “representação diferenciada” dos segmentos populacionais designados e considerados como inferiores. (WEDDERBURN, 2005, p. 314)

O processo gradual das ações afirmativas na Índia coincidiu com as ações dos movimentos de descolonização e, no tocante à Carta Política daquele país, datada de 1950, dois dos seus artigos instituíram um sistema de ações afirmativas, chamado de “Reservas ou “Representação Seletiva”, nas assembleias legislativas, administração pública e rede de ensino. (WEDDERBURN, 2005, p. 316).

¹⁶ O campus da Unifesp Guarulhos, por exemplo, a partir do metrô Armênia, dista mais de 30 Km da região central de São Paulo.

Há desconhecimento e/ou informações incorretas, por vezes distorcidas quanto às políticas de cotas raciais, sendo que no estado de São Paulo, dentre as universidades públicas, a UNIFESP foi pioneira no que tange à implementação desse sistema de acesso, contrapondo-se à USP, a derradeira.

Quanto ao lugar a partir do qual nos posicionamos pela fala, escrita e outras formas de manifestações singulares e/ou coletivas, cabe destacar que, na contemporaneidade, inúmeros (as) pesquisadores (as) juristas negros (as) ascenderam à academia e, seus diversificados trabalhos de pesquisa contemplaram e/ou contemplam as relações raciais, numa perspectiva de possível mudança de paradigmas.

A lista é significativa e relativamente extensa, portanto, não se esgota nas citações a seguir, porém, pelo percurso que fizemos até aqui, e em referência e “reverência” a alguns (as) desses (as) pesquisadores (as), inclusive com algumas das obras/publicações devidamente referenciadas neste texto, imperiosa a citação de Dora Lúcia Lima Bertúlio (1989), Joaquim Barbosa Gomes (2002), Sergio Abreu (1999), Hédio Silva Júnior (2002), Gustavo Proença da Silva Mendonça (2007), Sergio da Silva Martins (1996), Humberto Adami Santos Junior (2002), Eunice Aparecida de Jesus Prudente (1980), entre outros(as).

No campo da educação propriamente dita e sua interface com as relações raciais, destacamos dentre vários (as) pesquisadores (as) negros (as) Eliane Cavalleiro (2000), Nilma Lino Gomes (1994) Ellen de Lima Souza (2012), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1987), Jeruse Maria Romão (2005), Cristina Teodoro Trinidad (2011), Daniela Fagundes Portela (2012), Arlete dos Santos Oliveira (2009), Andreia Lisboa de Sousa (2003), Lucimar Rosa Dias (2007), Vivian Angélica Silva (2015), Miclian Danae Ferreira Nunes (2012), Vanósio Luiz da Silva (2014), Iolanda Carvalho de Oliveira (2008), Waldete Oliveira Tristão (2017), Delcele Marcarenhas Queiroz (2001), Jorge Manoel Adão (2007), Maria Batista Lima (2006) Sonia Maria dos Santos Marques (2008), etc., todos (as) com trabalhos acadêmicos sólidos em universidades de primeira linha, e referenciados/citados por outros(as) pesquisadores(as) em diversos trabalhos.

No tocante ao entrecruzamento Direito e Educação, vislumbra-se que o direito à educação universal foi garantido formalmente apenas em recente data no Brasil, com o

advento da Constituição cidadã de 1988, sendo tal direito abarcado na chamada segunda geração dos direitos humanos¹⁷, que se relaciona, também, com o princípio da igualdade, parte de uma gama de direitos ditos culturais, sociais e econômicos e, segundo a Carta Magna, Educação é Direito, fundamentalmente:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Aqui cabe uma breve digressão já que, em princípio, havíamos adotado na nomenclatura que dava título à dissertação, o termo “Ensino”, porém, com o aprofundamento da análise, optamos pelo substantivo “Educação”, já que Educação é Direito, devendo ser encarada com esse necessário viés, e plenamente garantida como preleciona o ditame constitucional.¹⁸

Partindo do pressuposto de que o Direito e a Educação abarcam na sua essência aspectos de transformação, mudança do estado e coisas e reversão de paradigmas historicamente sedimentados, as pesquisas nessas duas áreas de conhecimento podem se somar e se complementar, para que os ditames constitucionais sejam concretizados, ainda que árdua e paulatinamente.

Também com relação ao levantamento e análise acerca de normas e legislações e, notadamente as que abarcam a questão do acesso, permanência e formação de negros (as) na educação superior, se faz imperiosa a análise da Lei Federal n.º 12.711/12 que, recentemente, regulamentou o acesso às Universidades Federais e Institutos Federais de Educação através da reserva de vagas/cotas raciais, até em função do diploma legal em apreço apresentar questões de natureza flagrantemente hermenêuticas.

¹⁷ No ordenamento jurídico brasileiro, os direitos sociais, que guardam relação de pertinência com a segunda geração dos direitos humanos, são elencados no artigo 6º da CF que afirma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

¹⁸ O título inicial proposto foi “Marcos Legais Reguladores quanto à Inclusão, Permanência e Formação de Negros (as) no Ensino Superior – Aspectos, Possibilidades e Limitações”. Posteriormente houve a substituição de “Ensino” por “Educação”. Porém, com o desenvolvimento gradativo da pesquisa e as orientações periódicas, convencionamos pela adoção de nova nomenclatura, conforme consignado na parte pré-textual desta dissertação.

Ilustra-se que a hermenêutica se refere, em linhas gerais, à interpretação, sendo tal interpretação relacionada aos casos concretos e, no presente estudo, a título de exemplo, uma das questões concretas que se apresenta para análise e interpretação, se refere à autoclassificação ou autodeclaração racial dos (as) pretendentes às vagas.

Frisamos que tal lei foi aprovada no bojo de transformações ocorridas a partir do início da discussão/implementação da reserva de vagas/cotas raciais no início dos anos 2000 do século passado, embora os debates acerca do assunto sejam anteriores a esse marco temporal.

Ocorre que, ainda que com as discussões quanto a viabilidade e necessidade de implementação de normas visando o acesso de negros (as) ao ensino superior, algo que defendemos e lutamos para que seja ampliado, há resistências, por vezes sutis e por vezes explícitas a essas políticas, preferencialmente públicas e, quando nos referimos a situações explícitas, falamos de pontos de vistas os mais emblemáticos e questionáveis como, a título de exemplo, o recentemente publicado no jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 26 de julho de 2016, na página A4 sob o título “Alunos cotistas podem receber aula de revisão”:

Preocupado com o “nível” dos universitários vindos de escolas públicas que, como prevê a lei de cotas, preencherão 50% das vagas nas instituições federais, o educador Antônio Carbonari Netto, nomeado pelo presidente em exercício Michel Temer para o Conselho Nacional de Educação (CNE), vai defender no colegiado a adoção de um semestre no início do curso dedicado ao resgate de “conhecimentos básicos mal assimilados”. “As universidades vão ter que ser criativas, por aceitar alunos de outro nível que não aqueles que almejam”, afirma.

Vê-se que o dito “educador”, conforme referência explícita acostada ao veículo de imprensa assinalado, faz menção a “aceitação” de negros (as), e em “nível” de pessoas que não são “almejadas” pelas universidades.

Obviamente que são notórios os problemas havidos na educação pública, desde a básica ao ensino médio, com os consequentes e inevitáveis respingos na educação superior, porém, não é adequado um educador fazer um prejulgamento desqualificando, a priori, estudantes e pretensos ingressantes em universidades, haja vista que os julgamentos prévios, inadvertida e invariavelmente, denotam preconceito.

Sendo reprodução textual da fala tornada pública num veículo impresso de grande circulação, não há a mais remota hipótese de entrelinhas, meias palavras ou entendimento tangencial, pois o educador em apreço está preocupado com a benevolência (branca, eurocêntrica, hegemônica, classista, racista?) consubstanciada no “aceitar”, ou o nível (desnível cultural/educacional negro comparativo aos brancos hegemônicos nas universidades públicas?), bem como a um segmento populacional não almejado (negros) pela elite universitária e suas referências eurocêtricas.

Não há razões para se encarar o dito como uma interpretação enviesada, pois, para qualquer entendedor mediano, os dizeres são reveladores do pensamento do membro de um colegiado importantíssimo como o Conselho Nacional de Educação.

E, também quanto a isso, a ponderação de Azevedo (2004):

Ocorre que o mesmo movimento que, felizmente, eliminou atrocidades como a discriminação de raças e outras servidões estabeleceu que todos os homens são iguais perante a lei, o que é ignorado pelas regras dos vestibulares que garantem as tais cotas.(...) Pode doer à consciência dos negros, mas a verdade não há de lhes fazer mal nenhum: a cultura da lei, da igualdade e da piedade vem do Ocidente branco e cristão (AZEVEDO, 2004, p. 77, 78)

O eminente e combativo profissional da comunicação acima aludido, numa síntese questionável, indica que a discriminação de raça já não existe, e que a premissa da igualdade legal/formal é fato irremediavelmente sedimentado. Porém, não bastasse a ótica flagrantemente distorcida do referido articulista, o mesmo quer nos fazer crer que todos os ideais de cultura, respeito aos ditames legais, igualdade, compaixão etc., estão relacionados unicamente às tradições brancas, cristãs e ocidentais, como se outras culturas que formaram e formam o Brasil, por exemplo, não tivessem contribuído decisivamente para a construção deste país.

Entendemos a legitimidade da defesa, por vezes destemperada e intransigente da manutenção de privilégios por determinados grupos sociais, porém, acintosa e provocativamente, tentar ocultar dados históricos e indiscutíveis, é um acinte à inteligência alheia, lembrando que muitas dessas tentativas são pautadas por um cômodo silêncio.

Bento (2005), discorrendo acerca dessas posturas pautadas pelo silêncio e omissão, assim pondera:

As desigualdades raciais persistentes evidenciam que alguns são menos iguais que outros. Mas sobre isso há um silêncio. O silêncio não é apenas o não dito, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído. O poder se exerce sempre acompanhado de certo silêncio. É o silêncio da opressão. Desta forma, se buscamos compreender um discurso, no caso o discurso contra as ações afirmativas e as cotas, devermos perguntar sistematicamente o que ele “cala”, ou seja, a defesa de privilégios raciais. O silêncio não é neutro, transparente. Ele é tão significativo quanto às palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento: no que obrigatoriamente se silencia. (BENTO, 2005, p. 175).

Temos que pontuar, até em função dos fragmentos expostos acima, que determinados segmentos dispõem de espaços privilegiados de manifestação nas mídias e veículos de comunicação de massa diversos, nos quais os (as) negros (as) não estão presentes em números consideráveis e, por conta disso, acabam influenciado e formando opiniões, mesmo equivocadas e/ou distorcidas, reverberando pontos de vistas, no mínimo discutíveis.

Segundo Martins, a imprensa tem participação considerável nesse processo de debate público sobre as cotas. Ao tempo em que tomam posição contrária à política de cotas, os jornais propiciam um espaço de discussão veiculando reportagens, entrevistas, artigos. (MARTINS, 2005, p. 179).

Ainda prelecionando sobre o papel, por vezes nefasto da imprensa, a mesma autora nos traz que:

A participação da imprensa enquanto instituição de modo algum foi imparcial. Ao contrário, o exame dos textos evidencia como os jornais se engajaram de modo explícito na representação desfavorável das cotas. De quebra, não somente as cotas, mas a própria representação discursiva dos negros, assim como o reconhecimento quanto à existência e relevância do racismo na sociedade brasileira, sofre a intervenção da imprensa, veiculando e impondo alguns sentidos em detrimento de outros. (MARTINS, 2005, p. 180).

Ainda que independente de nossa posição favorável às cotas raciais, por óbvio não contaminados pelas matérias distorcidas veiculadas na imprensa, não apenas nos vestibulares, exames diversos, sistemas de seleção como o SISU, ENEM, etc., mas em outras áreas como o trabalho, meios de comunicação dentre outras, entendemos que, inadvertidamente, o Movimento Negro possa ter caído numa “armadilha” consubstanciada na formatação dos chamados Grupos de Trabalhos, Comissões Institucionais em Sindicatos, Departamentos

vinculados às entidades de classe, núcleos diversos, inclusive em universidades como os NEABs, ONGs temáticas, etc.

Isto porque, muitas vezes, no âmbito dessas instâncias, as discussões e proposições se dão apenas entre os (as) pares, sendo certo que não há como falar de racismo, inclusive institucional, e/ou políticas de promoção da igualdade racial de modo efetivo e propositivo apenas entre negros (as). Se o tópico amplo e abrangente são as relações raciais, suas nuances, implicações e consequências, brancos e outros segmentos sociais e raciais precisam estar presentes nas discussões, devendo ser instados, sempre, a sair da sua zona, tradicional e omissa de conforto. Contudo Gomes (2012) destaca o protagonismo dos movimentos negros e suas interfaces com outros atores sociais, especialmente os segmentos educacionais, pontuando que:

A compreensão da radicalidade política e pedagógica das ações desenvolvidas pelo movimento negro ao longo da história – (...) e a sua capacidade de produzir mudanças na sociedade e nas políticas, de maneira geral, e no campo educacional, em particular, atestam a sua presença como ator político na cena social, histórica e política. Tais ações têm como foco a população negra, mas não se restringem a ela. Visam à construção da sociedade e da educação como espaços/tempos mais igualitários, democráticos e justos para todos. (GOMES, 2012, p. 741).

Havendo grupos sociais vitimados por toda sorte de opressões e discriminações, notadamente raciais, com especial relevo à discriminação na educação e no mercado de trabalho, e em sendo o racismo uma via de mão dupla, via de consequência há outros grupos que foram/são beneficiados e depositários desse sistema racista e discriminatório, que canaliza suas benesses apenas para alguns (as).

Nesse sentido, é justo, coerente e necessário que tais beneficiados (as) sejam instados (as) a discutir e refletir acerca do estado de coisas, visando que a pluralidade seja alcançada, e principalmente o acesso à educação, com ênfase nas universidades públicas, deixe de ser privilégio de alguns (as), para que todos (as) tenham direitos minimamente assegurados.

Acabar com o racismo, inclusive institucional, é dever de todos (as), negros (as), brancos (as) e outros (as), pois, manter um segmento populacional alijado do que o Estado tem o dever de ofertar e assegurar é, no mínimo, abjeto. Uma das forças encontradas para o combate ao racismo, conforme salienta Souza (2006, p. 26) se dá a partir da formulação de políticas públicas que se constituem no estágio em que os governos democráticos traduzem

seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

O proeminente jurista uruguaio Eduardo Couture em seu livro intitulado “Os Mandamentos do Advogado” (1987), elenca textualmente no 4º mandamento: *“Luta – teu dever é lutar pelo direito; porém, quando encontrares o direito em conflito com a justiça, luta pela justiça”*.

Parafraseando o jurisconsulto em apreço, e estendendo a análise para que possamos trazer seu raciocínio para a contemporaneidade, entendemos que os esforços devam ser empreendidos na luta pelo direito e na luta pela educação, sintetizando tudo isso numa coletiva luta pelo direito à educação, como medida de justiça. No tocante ao campo do Direito, as cotas podem até ser questionáveis, porém, quando abarcamos na análise a perspectiva da justiça, tais cotas merecem, no mínimo, uma análise mais apurada e isenta.

Reportando-nos a Santos (2004, p. 79), esta pesquisadora afirma que vale a pena relembrar a forma como geralmente o conhecimento produzido pelos sujeitos negros é recebido: atividade folclórica e de entretenimento e raramente como cultura; expressões de emotividade e raramente como conhecimento puro.

Afere-se que a produção de conhecimento por negros (as) ainda é vista com ressalvas por alguns segmentos vinculados à academia, muitos dos quais maculados por valores eurocêntricos e resistentes a uma visão mais abrangente na perspectiva da produção acadêmica plural, sendo que Santos ainda aponta acerca dessa produção a seguinte interrogação, pertinente e oportuna para as questões envolvendo este estudo: “Se as normas da academia estabelecem como forma de conhecimento o controle dos sentimentos e do corpo pela razão, o distanciamento entre sujeito e objeto, o que poderá acontecer no momento em que, na produção do conhecimento, sujeito e objeto se encontram?” (SANTOS, 2004, p. 79).

A pesquisadora em apreço, nesse sentido nos alerta acerca das expectativas envolvidas e, via de consequência, também, as implicações quanto às emoções que podem eventualmente aflorar nos trabalhos acadêmicos produzidos por negros (as) e que, concomitantemente, versam acerca da população negra.

Dando sequência ao raciocínio, conclui a pesquisadora seu ponto de vista acerca da suposta oposição entre a racionalidade e as tensões, com os seguintes dizeres: “Talvez seja interessante em que medida, ao nos obrigarmos à produção dentro dos padrões estabelecidos pela racionalidade instrumental, não estaríamos camuflando as próprias tensões e contradições que estão vinculadas a essa busca e tentativa de (des) alienação”. (SANTOS, 2004, p. 80)

Trazendo tudo isso ao bojo do problema de pesquisa, o objetivo central desse estudo foi investigar as eventuais razões pelas quais estudantes negros (as) optam pelo ingresso na universidade por meio do sistema universal, abrindo mão da reserva de vagas/cotas a qual fariam jus em função do seu pertencimento racial. Nesse caminho elegemos como lócus de investigação os cursos de graduação da área de humanidades da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Campus Guarulhos.

Por último, é imperiosa a retomada da fala de um jurista emblemático que, neste século XXI foi alçado, via eleições gerais, e por duas vezes, ao cargo considerado de maior poder no mundo e cunhou a frase lapidar: “Sim, nós podemos!”¹⁹ Sob o mesmo prisma, lembramo-nos de três juristas que deixaram seus nomes na história, sendo que os dois primeiros militaram, ao seu tempo, incansavelmente contra o racismo, empreendendo esforços para a promoção da igualdade do povo negro: Luiz Gama²⁰, rábula e abolicionista que, 133 anos após sua morte, recebeu o título simbólico de advogado da OAB/SP em novembro de 2015, e Nelson Mandela, cuja trajetória em prol do seu povo lhe proporcionou, inclusive, o prêmio Nobel da Paz²¹.

O terceiro jurista passou para a história como Educador, e cujo legado é referência para toda e qualquer pessoa afeta à Educação, mas não apenas, sendo suas obras fontes de estudos para praticamente todas as áreas do conhecimento. O dado peculiar é que muitos (as)

¹⁹ Mote da campanha e discurso de posse de Barak Obama quando assumiu seu primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos em 2009, sendo o 44º presidente daquele país e o primeiro negro a assumir tal cargo. Foi reeleito em 2012 e laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 2009. A frase também marcou seu discurso de despedida, quando foi substituído pelo republicano Donald Trump.

²⁰ Líder abolicionista, em 1850 tentou frequentar o curso de Direito na Faculdade do Largo São Francisco. Impedido, autodidata, assistiu aulas como ouvinte e, com os conhecimentos adquiridos, atuou na defesa de negros (as) escravizados (as), em processos judiciais visando à libertação.

²¹ Prêmio outorgado em 1993 dividido com Frederik Willem de Klerk, que também presidiu a África do Sul (1989-1994). Mandela o sucedeu e ambos tiveram papel relevante quanto ao fim do Apartheid.

não se atentam que sua formação foi em Direito, lembrando-se frequentemente dele “apenas” como Educador: Paulo Freire, antes de Educador, Advogado.

No que diz respeito à organização da Dissertação, bem como à formatação dos capítulos, pontuamos que a pesquisa que culminou com a confecção deste texto final está organizada em 05 (cinco) capítulos, além das Considerações Finais que, ainda que não seja intitulada como capítulo propriamente dito, tem essa conotação de divisão e/ou parte de um trabalho, conforme breve e sistematicamente discorreremos a seguir.

Destacamos que alguns dos capítulos emergiram durante o desenvolvimento da pesquisa, contudo, cabe sublinhar que as orientações periódicas e a dinâmica que norteou tais orientações, bem como as frequentes revisões bibliográficas, também tiveram o condão de fazer brotar e frutificar alguns dos referidos capítulos, novas nomeações e títulos, eliminação de inúmeras passagens, bem como a inserção de outras tantas, e as considerações narradas nos mesmos.

Realçamos que outros capítulos e ideias aprioristicamente imaginadas, também em função das nuances atreladas a avanços, (re) avaliações e considerações que foram contempladas e/ou descartadas, foram extirpados do texto final e, ainda quando a isso, procuramos estabelecer um liame coerente e adotando uma perspectiva linear ascendente quanto ao que imaginamos em princípio.

Assim sendo, no Capítulo 1 denominado “Cotas Raciais. Aspectos Legais e Polêmicos” procuramos, em linhas gerais, trazer à baila algumas questões pontuais ligadas à modalidade de ação afirmativa configurada na espécie de cotas, refletindo acerca dos aspectos abarcados nas legislações pátrias que preveem tal tipo de reserva de vagas, bem como as polêmicas levantadas, principalmente quando se trata de cotas para a população negra, ou seja, quando as cotas tem um destino “cromático” específico, o que tem causado inúmeras controvérsias e polêmicas, haja vista que o consenso proposto e desejado, e que vem sendo gradativamente formado acerca de algumas ações inclusivas, como as cotas sociais, por exemplo, e que não tem a conotação explícita de raça/etnia. Este capítulo derivou um subcapítulo, 1.2., intitulado “Pesquisas sobre Cotas Raciais nas Universidades Públicas Brasileiras”, no qual são abordadas as investigações e estudos sobre o tema, desenvolvidos por pesquisadores (as) diversos (as),

principalmente na contemporaneidade, sem perder de vista o viés de protagonismo das universidades públicas, e a relevância que as pesquisas adquirem quando as cotas são encaradas com a perspectiva de política pública.

No Capítulo 2, intitulado “Cotas Raciais nas Universidades Brasileiras – O Caso Peculiar da UNIFESP” fizemos uma análise panorâmica acerca do início da implementação do sistema de Cotas Raciais no ensino superior no Brasil, até os dias atuais, com a aprovação da lei n.º 12.711/12 que dispõe acerca das cotas nas universidades federais e institutos federais de educação, sublinhando o árduo percurso até a realidade atual consubstanciada na aprovação e implementação gradual da lei citada, com tais universidades e institutos, para além da vontade de suas direções acadêmicas, sendo compelidos (as), pela própria lei, a adotar tal sistema de ação afirmativa. Identificamos as peculiaridades da Unifesp quanto ao Sistema de Acesso dos (as) Estudantes via Cotas Raciais, e discorreremos acerca das particularidades da universidade em questão acerca dos processos de discussão que culminaram com adoção das cotas raciais, inclusive previamente à lei de cotas que, em última análise, não permite alternativa a não ser colocar em prática essa modalidade de ação afirmativa, bem como a composição racial dos (as) estudantes do campus Guarulhos da Unifesp, para tanto nos reportando ao documento denominado “Análise do Perfil dos Estudantes Ingressantes da Universidade Federal de São Paulo”, publicado em 2016 e que sistematiza, inclusive através de tabelas e gráficos, os dados gerais dos (as) estudantes e, para efeito do nosso estudo, são sublinhados o corpo discente do campus que concentra os cursos de humanidades da UNIFESP, qual seja, o de Guarulhos.

Já no Capítulo 3, denominado “Pauta Antiga e Cara aos Movimentos Sociais Negros”, são abarcadas as reivindicações históricas dos movimentos sociais negros organizados que pautaram e ainda pautam suas atuações e ingerências na perspectiva da adoção de políticas afirmativas, com especial relevo as cotas raciais, pelos poderes públicos constituídos, destacando a área da educação como medida, ainda que pontual e transitória, para a tentativa de superação do estado dado de coisas. Nesse mesmo capítulo tratamos da decisão histórica do Supremo Tribunal Federal no tocante às Cotas Raciais, abordando a relevância e simbolismo da decisão da Suprema Corte brasileira que, de modo unânime e, devidamente provocada e instada a se manifestar acerca da constitucionalidade das cotas raciais, sacramentou de modo peremptório a discussão

reconhecendo que as cotas raciais, para além de estarem de acordo com o sistema constitucional pátrio, são desejáveis e necessárias. Discorremos também acerca da necessidade premente de que o Direito Formal se torne Substancial, discutindo a questão de que as leis, para que sejam definitivamente efetivas, devem estar revestidas de substancialidade, para além do mero formalismo, permitindo o gozo e fruição de direitos, superando o aspecto de mera forma.

Quanto ao Capítulo 4, que convencionamos identificar como “Procedimentos Metodológicos” apontamos além dos referenciais teóricos, a conotação qualitativa do estudo proposto, as ações atinentes ao desenvolvimento e formatação da dissertação, destacando a definição do recorte, os seis cursos de graduação da Unifesp, o grupo investigado indicado pelo perfil idealizado dos (as) estudantes que concederiam as entrevistas, a sistemática das abordagens de tais estudantes, entrevistas e questionário, o lócus da pesquisa, consubstanciado nos cursos e campus de humanidades da Unifesp Guarulhos, a opção por autores (as) marxistas que, nos respectivos estudos, se calcaram no método Materialismo Histórico Dialético como referencial teórico, e os estudos marxistas para o desenvolvimento dos seus trabalhos e sustentação das análises, destacando alguns (as) marxistas negros (as), ou de formação marxista como MOURA (1994), SANTOS (1990), SOUZA (1990), FANON (2008), WEDDERBRUN (2005), BUONICORE (2007), CARNEIRO (2011), BENTO (2003) THEODORO (2017), dentre outros (as). Neste capítulo específico há um subtítulo, 4.1, que identificamos como “Procedimento de Coleta dos Dados” no qual indicamos os procedimentos investigativos, composição das amostras, a opção pelos 6 (seis) estudantes pesquisados(as), como se deram as abordagens e contatos, locais das entrevistas, excepcionalidades e registros dos dados.

No Capítulo 5, que trata da “Análise e Discussão dos Dados”, destacamos o suporte bibliográfico e documental, além do quadro sinóptico com a síntese do perfil do objeto pesquisado. Visando elaboração sistemática mais efetiva e fluidez no desenvolvimento, este capítulo foi subdividido em 07 (sete) subcapítulos, sendo o primeiro, 5.1, “Discussão dos Dados por Categorias”, que abarca as razões da divisão e sistematização do estudo, 5.1.2 “Autodeclaração e Pertencimento Racial”, que narra acerca das identificações pessoais dos (as) participantes, e como a autodeclaração racial opera nas suas relações, bem como analisa as nuances relativas ao pertencimento,

abordando também os aspectos que tratam da miscigenação e as questões atreladas ao fenótipo como principal marcador identificatório no Brasil, além das polêmicas oriundas de questionamentos quanto às identificações, auto e heterodeclaradas. O item 5.1.3. “Sistema Universal em Oposição ao Sistema de Cotas Raciais”, discorre sobre as duas modalidades de acesso ao ensino público superior, sistema universal e reserva de vagas, com o componente legal que abarca o segundo modo, especialmente as cotas raciais, e as implicações para a população negra que opta por um ou outro meio de acesso, 5.1.4 “Opção ou não pelo Acesso via Cotas Raciais” que, em linhas gerais, aborda as variantes relativas ao que pensam os (as) estudantes, inclusive do ponto de vista pragmático, visando o acesso à universidade pública. 5.1.5. Os “Tribunais Raciais”, que reflete acerca das comissões de aferição racial e que foram adotadas por algumas universidades objetivando em última análise tentar mitigar ou minimizar as sempre existentes fraudes quanto à autodeclaração racial no que se refere ao possível acesso aos cursos superiores nas universidades públicas brasileiras, 5.1.6. “Cotas Raciais: Mérito, Privilégio e Direito” no qual discutimos como a reserva de vagas é encarada e as questões advindas a partir daí, como se as cotas tem ou teriam a conotação de, de certa forma, reparar um passado de racismo, discriminação e opressão racial, mesmo após a abolição formal da escravatura, principalmente numa sociedade que continua a avocar para si a condição de racialmente democrática, 5.1.7. “A universidade como Território Hostil aos (às) Negros (as)”, independente de serem cotistas ou ingressantes pelo sistema universal, que discute as mazelas que assolam a população negra na universidade, as implicações relacionadas às in (suficientes) políticas de permanência, e a correlação com o adoecimento que por vezes impele os (as) estudantes à evasão e, ato contínuo, impedindo a conclusão dos cursos.

Como Derradeiras, as “Considerações Finais” trazem, fundamentalmente, as inferências e ilações acerca dos alcances e limitações das legislações, notadamente a lei de cotas raciais, lei federal n.º 12.711/12 e as reflexões e conclusões gerais sobre a pesquisa desenvolvida, com base nos dados coletados, objetivos propostos e hipóteses diagnósticas previamente levantadas, e os demais aspectos que gradativamente emergiram durante o desenvolvimento do estudo, por óbvio, sem qualquer pretensão de esgotamento, com os resultados alcançados e as conclusões a partir do tema/problema, norteados pelo objetivo geral e os específicos.

Capítulo 1.

Cotas raciais - Aspectos legais e polêmicos.

Ainda que os termos cotas e/ou reserva de vagas guardem relação de pertinência direta com inúmeras questões atuais nos campos da Educação e Direito, amplamente debatidas nos meios de comunicação de massa, *campi* de universidades públicas e privadas, poderes públicos constituídos, parlamentos, movimentos sociais negros etc., é importante assinalar que não se trata de novidade, principalmente no plano jurídico/normativo brasileiro.

Porém, e também em função dos espaços que são alvos do desejo de muitos (as) nas universidades públicas nacionais, havendo o dado incontroverso de que as vagas disponibilizadas não contemplam todos (as) os (as) interessados (as), bem como o fato de que outras formas e critérios de preenchimento das vagas começaram a ser praticados, houve uma canalização dos olhares para as cotas raciais. Discorrendo sobre a contemporaneidade do debate Campos, no texto de apresentação de publicação que elenca a produção bibliográfica sobre ações afirmativas no Brasil de 1999 a 2012, afirma que em nenhum outro momento da história da educação brasileira, as ações afirmativas representaram a “pauta do dia” como nos últimos dez anos. (CAMPOS, 2013, p.2).

Especificamente no campo educacional, o marco temporal mais significativo tanto da polêmica como da legalidade perseguida, foi o ano de 2001, quando algumas universidades públicas já discutiam a possibilidade da adoção de cotas, sendo então aprovada uma lei no estado do Rio de Janeiro, o que culminou com os passos inaugurais na UERJ quanto à formatação.

Os termos substantivos “polêmica” e “legalidade” são abordados aqui na perspectiva de que, com a aprovação da lei, pelo menos em tese, a adoção das cotas passa a estar dentro dessa legalidade, contudo, ainda que legitimadas pela lei, as polêmicas sobre as cotas se perpetuam, inclusive com os questionamentos da constitucionalidade da legislação.

Pouco tempo depois da UERJ, a Universidade de Brasília foi a primeira academia federal a adotar o sistema de cotas, ainda nos meados dos anos 2000, havendo um aumento gradativo e ininterrupto a partir daí, sendo certo que, com a decisão do STF e a posterior

aprovação da lei de cotas em 2012, as instituições públicas federais de educação passaram não apenas a estar respaldadas pela lei, até em função de a lei impor a adoção das cotas, independente do ponto de vista dos titulares das reitorias. Se é lei, que seja cumprida.

Independente do respaldo da lei, as polêmicas se revelam também na concepção de algo maior, do que é ou seria a justiça, ou seja, parte da mediação está atrelada ao que é ou não justo, além de como as pessoas se relacionam e interagem com essas circunstâncias, justas ou injustas, e os demais processos relacionados às construções sociais, sem perder de vista a assimetria das posições entre os grupos negros e não negros na sociedade brasileira.

Debatendo, entre outros assuntos, acerca da implantação de cotas nas universidades, e uma possível ameaça aos grupos hegemônicos, formatando o raciocínio também sobre as polêmicas, Lima, Neves e Silva nos trazem a seguinte reflexão:

As análises nos conduzem a pensar que, independente de resolverem ou não a flagrante desigualdade entre brancos e negros no nosso país, as políticas de ação afirmativa, com destaque para as cotas raciais, estimulam o debate sobre raça, racialização, justiça e racismo numa sociedade que sempre pareceu dormir no berço esplendido do mito da democracia racial. Se as cotas são “certas” ou “erradas”, “justas” ou “injustas”, é um tema de profundos debates e polêmicas. Para nós, no entanto, não restam dúvidas de que elas têm permitido um enorme avanço no interesse e produção de reflexões sobre o racismo no Brasil. E tem trazido à luz da crítica antigos mitos legitimadores das assimetrias de poder entre brancos e negros, a exemplo da ideia de preconceito de classe e não de cor. (LIMA, NEVES e SILVA, 2014, p. 158).

Vê-se que os autores não manifestaram a pretensão de equacionar todas as questões, porém destacam a importância de as cotas raciais estarem na agenda de discussões, inclusive com todos os atores sociais que compõe o Brasil presentes e buscando um possível consenso na intenção, talvez, não do justo, mais do mais justo possível.

Independente da implementação da lei pioneira no Rio de Janeiro, dentre muitos (as) autores (as) Jaccoud e Beghin (2002) apontam, por exemplo, que as ações afirmativas entram no debate político brasileiro durante a década de 1990.

Já segundo Piza (2002), sempre alertando que nos estudos e debates das relações raciais o branco deve se fazer presente, e respondendo a questionamento feito e respondido pela própria, consistente na seguinte interrogação: Mas onde se situavam os brancos, nestes estudos, pesquisas, teorias, etc.? Temos:

Passo a passo fui descobrindo que eles estavam atrás dos nomes, quase todos brancos, que assinavam muitos dos estudos e pesquisas. O discurso branco sobre questões raciais anteriores à década de 80 constituía-se, com poucas exceções, a partir de um olhar branco (enquanto neutro em relação aos brancos) sobre o mundo. (...) O eu narrador destes estudos, o eu não mencionado, não era nem mesmo branco. Era neutro, incolor, transparente; vidraças e portas tão polidas que nem mesmo se podia vê-las. (PIZA, p. 60/61).

Nessa seara, apenas para indicarmos o quanto o tema está longe de ser estranho a nós, brasileiros (as) de matizes raciais múltiplas, apontaremos a seguir 4 (quatro) exemplos ilustrativos de dispositivos legais que, de modo definitivo, tratam ou trataram da reserva de vagas/cotas quanto a algum segmento social específico/direcionado e que fazem e/ou fizeram parte do nosso aparato normativo legal.

Canalizando nossos olhares para os idos do Estado Novo, na primeira administração do então presidente Getúlio Vargas (1930-1945), apuramos que, no tocante às leis, as cotas/reserva de vagas brasileiras datam de 1931, com a aprovação da chamada “Lei dos 2/3” (dois terços) que, em linhas gerais, impunha a necessidade/obrigatoriedade de contratação de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais para cada 1/3 (um terço) de estrangeiros nos estabelecimentos com 3 (três) ou mais funcionários, configurando assim o que ficou conhecida como a “nacionalização do trabalho”, formatada na norma legal. Quanto a isso, Geraldo ilustra:

Na Constituição de julho de 1934, o parágrafo 6 do artigo 121 determinava que restrições deveriam ser impostas à entrada de imigrantes com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. Essas restrições estipulavam o limite anual, para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei. Ficou ainda proibida, de acordo com parágrafo seguinte do mesmo artigo, a concentração de imigrantes em qualquer parte do território brasileiro. (GERALDO, 2012, p.175)

Nessa perspectiva histórica, podemos assegurar que o marco legal inaugural e simbólico das cotas/reserva de vagas no Brasil guarda um lapso temporal de quase 90 (noventa) anos em confrontação com os dias atuais, ainda que o tema, na ocasião, não tenha levantado tantos debates, críticas e questionamentos, ainda que tratando inequivocamente de uma espécie de ação afirmativa. Tal legislação foi abarcada no que posteriormente ficou conhecida como CLT, ou seja, a Consolidação das Leis do Trabalho que teve como escopo

compilar uma série de legislações até então dispersas, elencando todo o aparato laborativo num único diploma legal, Decreto n.º 5.452 de 1º de maio de 1943²².

Percebemos nitidamente por esta breve alusão feita à lei em apreço, não apenas do ponto de vista semântico, mas principalmente no que tange à práxis, que o dispositivo legal tratava de modo explícito e inequívoco de cotas/reserva de vagas, tendo a dimensão positiva, em última análise, da promoção da igualdade no plano ideal, do segmento social em apreço, qual seja, os trabalhadores nacionais que, em razão da acirrada e desigual concorrência, real ou presumida, proporcionada pela maciça entrada de contingentes populacionais estrangeiros, notadamente oriundos do Japão e da Europa ocidental, Portugal, Itália, Espanha etc. que disputavam as vagas do mercado de trabalho com os brasileiros.

Num interregno de tempo relativamente curto, do ponto de vista histórico/cronológico a partir da nacionalização do trabalho aludida, tivemos a aprovação, no final dos anos sessenta do século XX, da Lei n.º 5.645/68, que ficou popularmente conhecida pela insólita e curiosa alcunha de Lei do Boi.

Em razão de se ser um instrumento legal absolutamente emblemático, elucidativo e simbólico, principalmente no tocante às temáticas ora abordadas neste estudo, também consignadas nos estudos de GOMES (2002), reproduzimos literalmente o artigo 1º da lei, que versa:

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio. (GOMES, 2002, p. 125)

Percebe-se pelo fragmento da lei que as cotas/reserva de vagas estiveram e estão em voga no Brasil, inclusive com o devido respaldo legal/normativo, há muitas décadas, sendo sintomático destacar que o texto utiliza o verbo “reservar” no tempo futuro “reservarão”, ou seja, tem relação com o “guardar” “separar”, “garantir” para o futuro imediato e, em última análise, consultado o dicionário Michaelis em sua versão eletrônica, este indica, dentre

²² Publicado no Dou em 09/08/1943.

outras, a seguinte acepção para o verbete “reservar”: “*Destinar (algo) de forma exclusiva para determinado propósito*”.

Por ora apontamos apenas e sem nenhum resquício de dúvida, a contundência da lei no que tange a cotas/reserva de vagas, sendo importante assinalar que as cotas em relevo na Lei do Boi tratam de separar um quinhão percentual para determinado grupo social e, assim como as outras leis referidas, não se conhecem registros de quaisquer tipos de oposição virulenta ou hostilidades vorazes com relação à lei em tela.

Ainda na perspectiva da evolução histórica, posteriormente, e já com o país respirando os ares da redemocratização, foi aprovado o dispositivo legal visando à possibilidade da promoção da igualdade nos parlamentos brasileiros, através das eleições proporcionais com a “Lei de Cotas” para as mulheres, Lei 9.504/97 que estabeleceu o percentual mínimo de 30% para cada sexo por cada partido ou coligação, porém, é necessário apontar, que mesmo com a implementação da lei, ainda perdura a sub-representatividade das mulheres nos parlamentos. Novamente, constata-se a não oposição massiva e ostensiva quanto a essa lei.

Por fim, como exemplo meramente ilustrativo, o quarto elemento normativo a ser referido trata da questão envolvendo pessoas deficientes, contempladas em um conjunto de legislações pátrias, tais como: Lei nº 8.112/90 que prescreve, no art. 5º, § 2º, cotas de até 20% para pessoas com deficiências no serviço público civil da União; A de nº 8.213/91 que aponta no artigo 93, cotas para as pessoas com deficiência para trabalho no setor privado e por último a normativa de nº 8.666/93 que preconiza em seu artigo 24, inc. XX, a inexigibilidade de licitação para contratação de associações filantrópicas de portadores de deficiência.

A breve referência a essas legislações supra referidas servem para adentrarmos nos aspectos específicos, para além das questões legais, e ditas polêmicas, adentrando na problemática entendida como cromática consubstanciada na “cor” das cotas/reserva de vagas. Como respaldo para nossas reflexões Domingues afirma:

O Brasil já dispõe de diversas leis fundadas no princípio das ações afirmativas. Tais leis reconhecem o direito à diferença de tratamento legal para grupos que sofreram

(e sofrem) discriminação negativa, sendo desfavorecidos na sociedade brasileira (...) entre as políticas de ações afirmativas que vêm sendo experimentadas no Brasil, a mais polêmica é o programa de cotas para negros. (DOMINGUES, 2005, p.28/29)

Vale dizer que as iniciativas quanto à adoção de leis e normas com vistas à promoção da igualdade são aceitas, até com certa naturalidade, indiferença, dependendo dos interesses e do lugar que se ocupa e até o apoio ante a percepção da necessidade, o porém, é que tais políticas não “podem”, ou devem, para muitos (as), abarcar pigmentação, melanina, tons escuros e/ou características fenotípicas vinculadas à população negra e aos (as) seus (as) descendentes.

Nas quatro legislações anteriormente assinaladas que, resumidamente, tratam de trabalhadores nacionais, agricultores e seus herdeiro proprietários rurais ou não, mulheres e deficientes, não se tem notícia de ferrenha e virulenta oposição quanto à reserva de vagas/cotas porém, quanto o assunto é canalizado para cor/raça a questão muda de modo diametral, pois munda de tonalidade.

A título de ilustração quanto às polêmicas, SANTOS aponta, por exemplo, que uma das principais críticas ao sistema de cotas universitárias diz respeito à reificação de identidades a partir de uma política pública que reforça o sistema birracial, importado dos Estados Unidos, em um país em que a grande maioria da população não se identifica racialmente, mas a partir de inúmeros elementos. (SANTOS, 2015, p. 183).

Há ainda muitos pesquisadores (as) que formularam e formulam argumentos contrários às cotas raciais, dentre eles Fry e Maggie (2004). Tais autores fazem críticas contundentes principalmente no tocante às tentativas de acesso, via reserva de vagas ao ensino superior, havendo também estudiosos (as) que procuram, de certa forma, “mesclar” o racial com o social, não necessariamente pendendo para um ou outro lado, por mais paradoxal que isso pareça. Nesse sentido, Frias, também se colocando nesse interregno posicional nos traz os seguintes argumentos:

As cotas raciais são justas se forem um tipo de cota social, isto é, se a cor da pele for um marcador razoavelmente eficiente para identificar quem foi prejudicado na loteria social. (...) As cotas raciais não são justificadas se forem baseadas em compensação pela escravidão, pois é injusto que se culpe alguém pelas ações de um grupo ao qual ele não escolheu pertencer e porque tanto os prejuízos aos negros de hoje quanto os benefícios aos brancos de hoje são difusos. (...) As cotas sociais são justificadas mesmo que reduzam a qualidade acadêmica e a produção científica,

pois como o objetivo último da universidade pública é promover para a justiça social, a educação e a ciência financiadas por dinheiro público são meios para atingir esse objetivo, não fins em si mesmos. (...) Por fim, é importante ressaltar que mesmo que haja consenso de que os negros e pobres merecem atenção especial pelas desvantagens sociais que sofrem ou que seria melhor para a sociedade como um todo que eles tivessem mais mobilidade social, não é evidente que o tratamento preferencial na admissão às universidades seja uma maneira eficiente de fazê-lo quando comparada a políticas universais que sejam menos controversas (melhora da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, aumento das vagas em universidades, fortalecimento do ensino técnico etc.) ou programas como o Prouni (Programa Universidade para Todos). (FRIAS, 2012, p. 153).

Vê-se, nitidamente, que a dualidade raça/classe ainda permanece pautando algumas, ou muitas das reflexões e, isso vem marcando definitivamente as análises dos (as) contrários ou favoráveis às cotas raciais.

Maggie e Fry são taxativos e terminantemente contrários às cotas raciais, inclusive lançando mão do argumento de que negros (as) poderiam estar sujeitos à humilhações em lançando mão dessa modalidade de ação afirmativa:

A questão, portanto, é se as universidades aumentarão o número de vagas para poder admitir todos os novos postulantes, ou, como é proposto pelos “cotistas”, reservarão uma proporção para os “negros” e “pardos”. Se optarem pelas cotas, parece que poderão estar favorecendo os “negros” mais bem aquinhoados. (...) Afinal, a nossa elite predominantemente “branca” não será em nada abalada por essa política. Quem sofrerá as consequências da legislação são os “brancos” das camadas mais pobres, que serão aqueles a serem excluídos pela reserva de vagas. Será que os legisladores imaginaram a vida social do subúrbio carioca, por exemplo, onde pessoas de diversas aparências convivem nas mesmas ruas, escolas, botequins e famílias, compartilhando também a mesma condição socioeconômica. (...) Um último argumento avançado por alguns leitores é que a instituição de cotas é um ato de paternalismo que poderia chegar a “humilhar” os beneficiários. (MAGGIE e FRY, 2004, p. 75/76)

As inúmeras e provavelmente irremediáveis polêmicas vão se perpetuando, muito em função de que, tanto os argumentos contrários como os favoráveis às cotas raciais, são referendados por pesquisadores (as) de grande projeção, nacional e internacional, cada segmento tentando inclusive cavar espaços na mídia para tentar fazer valer, e prevalecer, seu ponto de vista.

Contrapondo-se ao argumento de que cotas raciais configurariam humilhação para os negros, Bento (2005) oferta-nos seu ponto de vista consubstanciado no seguinte raciocínio:

Se os brancos têm sobrevivido ao longo de séculos à humilhação de viver sob um sistema que os privilegia, se têm sobrevivido às inquietações éticas de ser preferenciado em todo e qualquer espaço de poder silenciosamente preservado em

nosso país, os negros poderão sobreviver às cotas, conquistadas através de lutas do movimento social. (BENTO, 2005, p. 172)

Convém sempre sublinhar que os aspectos relativos à cor, tons, e nuances de pele sempre são avocados no sentido da tentativa de ser tornar ilegítimas as políticas de cotas raciais, contudo, alguns pesquisadores conseguiram, de modo objetivo, elaborar algumas sínteses, principalmente no tocante as particularidades brasileiras atreladas à miscigenação, como o caso de Brandão e Marins:

(...) a crítica às políticas de ação afirmativa baseada na impossibilidade de definição de quem pode ser usuário destas no Brasil não é procedente porque, ainda que não tenhamos uma determinação de cor ou raça absolutamente fechada, temos, no entanto, uma lógica classificatória que, apesar de sua maior flexibilidade, funda um padrão de identificação socialmente utilizado. (...) Não é por acaso, portanto, que quando dividimos brancos, pretos e pardos em categorias socioeconômicas, verificamos uma demarcação nada indefinida entre estas, e que mostra os brancos no topo da hierarquia social, muito distantes de pardos que ficam na base, mas ainda um pouco acima dos pretos. (BRANDÃO e MARINS, 2007, p. 43/44).

No que diz respeito ao aspecto da legalidade, há que se pontuar que houve longo, exaustivo e tortuoso percurso até que se chegasse à histórica, paradigmática e emblemática decisão do STF que reconheceu, de modo definitivo, a legalidade/constitucionalidade das cotas raciais.

Porém, mesmo antes da decisão do Supremo Tribunal Federal no tocante às cotas raciais, vimos que, até então, a reserva de vagas/cotas para os segmentos sociais que brevemente comentamos tinham, além do respaldo da lei, nenhuma ou praticamente nenhuma oposição.

Essa ausência ou precariedade de oposição eram e são respaldadas pelo sereno entendimento da necessidade e pertinência da situação da não representatividade e/ou sub-representatividade que os segmentos sociais citados têm ou tiveram em algumas searas da sociedade. Quando nos referimos a pessoas com deficiência e mulheres, por exemplo, é inequívoco que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que tenham a representação consolidada, nas esferas de poder, por exemplo²³.

²³ É digno de nota que, durante a confecção deste texto, 3 (três) mulheres ocupavam os mais altos cargos da magistratura, Ministério Público e Advocacia deste país, quais sejam: Carmem Lúcia, Presidente do STF, Raquel Dodge, primeira mulher escolhida para comandar a Procuradoria Geral da República, e Grace Mendonça, primeira mulher a comandar a Advocacia Geral da União sendo, na ocasião, a única mulher no Governo Temer

Considerados os inúmeros aspectos quanto às políticas de ações afirmativas visando à inclusão de negros (as) nas universidades públicas nestes anos inaugurais do século XXI, podemos afirmar que o tema, definitivamente, foi engendrado nas pautas de discussões de educadores, instituições de ensino públicas e privadas, poderes públicos, movimentos sociais afetos à questão, além de outros atores sociais que, cotidianamente, se debruçam sobre o tema, sua viabilidade, necessidade e implicações nos campos educacional e jurídico. Quanto a isso, cabe atentar para a manifestação de Gomes (2002):

Nos últimos anos, diversos projetos de lei têm sido propostos no Congresso Nacional, visando à introdução, no Direito brasileiro, de algumas modalidades de ação afirmativa. Esses projetos, apresentados por parlamentares das mais diversas tendências ideológicas, buscam mitigar a flagrante desigualdade brasileira, atacando-a naquilo que, para muitos, constitui a sua causa primordial: o nosso segregador sistema educacional. (GOMES, 2002, p. 123).

O magistério do jurista Gomes, que posteriormente foi alçado ao Supremo Tribunal Federal, na condição de ser, simbolicamente, o primeiro ministro reconhecidamente negro da Corte, em 2003, faz referência direta à educação nacional e aos processos de exclusão que a perpassam atingindo sobremaneira segmentos sociais vulneráveis, notadamente negros (as) e seus (as) descendentes.²⁴

A efervescência protagonizada pelos movimentos sociais negros quanto à cobrança da adoção de políticas afirmativas, notadamente a sua modalidade cotas raciais na Educação pelos poderes públicos constituídos, culminou com a realidade atual consubstanciada na adoção de tais políticas afirmativas para o acesso à educação superior em muitas universidades públicas, notadamente as instituições federais de ensino, contudo, houve necessidade de um longo percurso conforme destaca Piovesan:

Ora, se raça e etnia sempre foram critério utilizados para exclusão de afrodescendentes em nosso país, que sejam utilizados, ao revés, para a sua necessária inclusão. Na esfera universitária, por exemplo, dados do IPEA,

no 1º escalão, em setembro de 2016.

²⁴ Segundo artigo da lavra de José Antônio de Lavra Sacramento, publicado no Jornal de Minas – São João del-Rei – MG, ano XV, edição nº 248, de 06 a 12 de junho de 2014, pág. 2, “O ministro Pedro Lessa é apontado como o primeiro negro do STF, onde ficou de 1907 a 1921, quando morreu. O segundo foi Hermenegildo de Barros, ministro de 1917 a 1931 (sic). Barbosa, (...) foi o terceiro a ser ministro, mas o primeiro a virar presidente.”.)

revelam que menos de 2% dos estudantes afrodescendentes estão em universidades públicas ou privadas. Isso faz com que as universidades sejam territórios brancos. Note-se que a universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É fundamental democratizar o poder e, para isso, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário. (PIOVESAN, 2005, p. 40/41).

Gomes ainda nos traz uma ponderação elucidativa quando atenta para o fato da criação de “personalidades emblemáticas”, que seriam “exemplo vivos de mobilidade social ascendente.” (GOMES, 2002, p 135) Com isso, ressalta que o reiterado e contínuo acesso à academia por negros (as) teria o condão de estimular o ingresso de outros (as) pares, adotados como referencial positivo e espelho, num movimento de resiliência, de forma que a situação de exclusão, principalmente no tocante à educação, seria alterada, ainda que gradativamente.

Contudo, há aqueles que são contrários às cotas raciais, sobretudo porque em sendo as universidades espaços de poder, principalmente as públicas, podem suscitar objeções e resistências diversas para que o segmento social composto por negros (as) tenha acesso a tais locais, mesmo que tais ações sejam constitucionais e legais. Ainda que pareça paradoxal e contraditório, alguns (as) negros (as) poderiam seguir essa linha de raciocínio, calcados em posições como as de Kamel (2006), por exemplo, em ferrenha oposição às cotas raciais, assim se manifesta:

Num país em que no pós-Abolição jamais existiram barreiras institucionais contra a ascensão social do negro, num país em que o acesso a empregos públicos e a vaga em instituições de ensino público são assegurados apenas pelo mérito, num país em que 19 milhões de brancos são pobres e enfrentam as mesmas agruras dos negros pobres, instituir políticas de preferência racial, em vez de garantir educação de qualidade para todos os pobres e dar a eles oportunidade para que superem a pobreza de acordo com os seus méritos, é arriscar a pôr o Brasil na rota de um pesadelo: a eclosão entre nós do ódio racial, coisa que, até aqui, não conhecíamos. (KAMEL, 2006, p. 39/40).

Do ponto de vista formal, a adoção das ações afirmativas pelas instituições públicas pressupõe, além das gestões quanto à sensibilização, convencimento e vontade política, a observação de legislações específicas permitindo aos gestores da educação agir dentro dos ditames legais, minimizando com isso a possibilidade de questionamentos, inclusive via esfera judiciária. Nesse sentido Dias (2005) assim se posiciona:

A busca pela questão de raça nas leis educacionais foi uma tentativa de demonstrar que elas refletem a tensão presente na sociedade. De um lado, políticas que pretendem a permanência do racismo estrutural, revelado ora pela invisibilidade da raça, ora pelo mito da democracia. De outro, a luta pelo rompimento desses mecanismos. A análise das leis me permite afirmar que o resultado dessa tensão é tênue e frágil para dar conta do tamanho da desigualdade a ser enfrentada, principalmente quando sabemos que o princípio das reformas governamentais, inclusive educacionais, centra-se na universalidade e não na focalização. (DIAS, 2005, p. 59/60).

Há um indicativo consensual de que a legislação, quando proposta, debatida e, em última análise, aprovada e colocada em prática, vem com o escopo de acompanhar uma realidade social e, assim sendo, podemos entender, também, que as ações afirmativas, em sua espécie cotas raciais/reserva de vagas contemplam uma pauta antiga dos movimentos sociais negros, sendo que a demanda estava reprimida por uma série de fatores existentes no Brasil, dentre os quais a assertiva da manutenção de privilégios, invariavelmente não vistos como privilégios, e o repetido discurso de negação que sempre pautou as discussões sobre racismo e discriminação racial.

Os poderes públicos, também em função de fortíssimas pressões dos movimentos sociais negros organizados tem, gradativamente, implementado algumas políticas públicas quanto ao acesso e permanência de educandos (as) negros (as) nas instituições públicas de ensino, até numa perspectiva de inclusão, diversidade, exercício da cidadania e respeito aos direitos humanos.

As pressões sociais, também calcadas em dados estatísticos apontam a necessidade de ações visando a adoção de políticas afirmativas, principalmente dos poderes públicos. Há mais de uma década dados do IBGE (2003) já demonstravam que (...) na faixa etária dos 20 aos 24 anos, 53,6% dos estudantes brancos estavam na universidade, enquanto que para os negros, esse percentual era de até 15,8% (JACCOUD-THEODORO, 2005, p. 107).

Informações mais recentes, porém, indicam um considerável avanço, se considerarmos o acesso da população negra ao ensino superior como aponta Theodoro, ao se reportar aos últimos dados disponíveis, Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (SIS-IBGE):

A proporção de estudantes de 18 a 24 anos que cursavam o ensino superior passou de 39,9% em 2004 para 58,5% em 2014. Do total de estudantes negros de 18 a 24 anos, 45,5% cursavam o ensino superior em 2014, contra 16,7% em 2004. Já no caso dos estudantes brancos nessa mesma faixa etária, essa proporção passou de 47,2% em 2004 para 71,4% em 2014. Podemos assim observar que o percentual de negros no ensino superior em 2014 mantinha-se em um patamar menor do que o de brancos no ensino superior dez anos antes. (THEODORO, 2017, p. 16).

Outras estatísticas presentes no portal da Agência Brasil²⁵ em 18 de novembro de 2016 apontavam que o número de negros matriculados nos cursos superiores mais que dobrou entre 2005 e 2015, passando do percentual de 5,5% em 2005 para 12,8% em 2015. Contudo, tais percentuais ainda guardam uma distância abissal quando confrontados com os números da população branca matriculada no ensino superior, respectivamente 17,8% em 2005 e 26,5% em 2015.

Por uma série de fatores e resistências de gestores e intelectuais de universidades refratárias a tais políticas, algumas poucas instituições não aderiram inicialmente ao sistema de cotas, como foi o caso da Universidade de São Paulo – USP, que só instituiu tal ação a partir do vestibular de 2018. Esse talvez seja um dos exemplos mais emblemáticos da complexidade da discussão das relações étnico-raciais no campo acadêmico, demonstrando como tais políticas demoram a ser implementadas, desvelando uma ausência e/ou precariedade quanto ao monitoramento das ações, falta de instrumentalização visando à observação pelos profissionais da educação das normas legais, desconhecimento da legislação vigente em relação à inclusão, permanência e formação da população negra do país.

Além disso, a questão dos processos de exclusão tem um papel preponderante na sociedade brasileira, bem como tais processos perpassam e são reproduzidos no âmbito da educação, fundamentalmente a educação superior, contribuindo sobremaneira para a evasão escolar, ausência de políticas de permanência, principalmente no tocante aos grupos e segmentos sociais historicamente vitimizados, com destaque para população negra.

21.<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdade> (acesso em 06 de novembro de 2017)

A Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, promulgada através do Decreto n.º 62.233, de 6 de setembro de 1968, assim estabelece:

Art. 1º Para os fins da presente Convenção, o termo “discriminação” abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino e, principalmente:

a) privar qualquer pessoa ou grupo de pessoas do acesso aos diversos tipos ou graus de ensino

b) limitar a nível inferior a educação de qualquer pessoa ou grupo.

Afirmamos que a “limitação” incorporada na alínea “b” da Convenção em apreço, infelizmente, se faz presente na sociedade brasileira em seu sistema educacional, haja vista as ponderações externadas neste texto apontando, por exemplo, a perversa omissão do legado histórico do país, flagrantemente escravocrata, que sempre alijou grande parte da população das instâncias de poder e decisão e limita, quando não impede, o acesso à educação.

É indispensável assinalar o apontamento de que dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (2010) indicam um significativo número de abandonos escolares por motivos vários, porém, sem perder de vista a falta de políticas públicas de permanência nas instituições de ensino, até em decorrência de a educação ser um direito constitucionalmente assegurado a todos e todas, indistintamente.

Em sendo formalmente adotadas, e gradativamente ganhando corpo, as cotas raciais pressupõe a abertura de novos horizontes e, também por serem um antigo e notório pleito dos movimentos sociais negros, suas implicações e consequências serão diversas, inclusive nos momentos de avaliação visando à continuidade ou não de tais políticas.

Transformar o direito formal em direito substancial ainda é um desafio que se apresenta incisivo nesse início de século XXI, com especial ênfase no âmbito da educação, principalmente no Brasil, país com um passivo enorme com relação a alguns segmentos sociais e, nesse diapasão assim assevera Gomes:

Não basta apregoar que o racismo é um crime inafiançável. Deve-se compreender melhor o que é um crime de racismo (...) Mas a existência legal só se transformará em direito para toda a comunidade escolar à medida que a escola construir, no seu interior, práticas concretas e inclusivas que não excluam nenhum grupo social, étnico ou religioso. (GOMES, 1996, p.67-82.)

Por razões históricas, sociais, culturais, etc. a população negra está mais suscetível a algumas situações de exclusão e, no ensino superior esta realidade ainda persiste apesar de alguns avanços, dentre os quais a gradativa adoção de cotas raciais, vide o caso da UNIFESP que adota o SISU e contempla a reserva para negros (as), povos indígenas e estudantes de escolas públicas mediante cotas.

Ainda que as cotas raciais sejam consideradas como um “remédio amargo”, sua implementação pode, eventualmente, contribuir para a valorização da diversidade étnico/racial no ensino superior, calcada tal valorização, também, no respeito aos saberes individuais e coletivos dos grupos nas suas especificidades.

Por óbvio, mesmo que as ações afirmativas tenham respaldo constitucional/legal os debates, sempre saudáveis por mais tensos que sejam em torno das mesmas permanecem, evidenciando as mais calorosas críticas e entendimentos sobre a questão, há, por exemplo grupos de intelectuais que defendem que a exclusão educacional não se refere a um problema de raça/cor, mas sim um problema de classe social. Tais argumentos giram em torno de constantes questionamentos sobre a situação da população brasileira que vive em estado de pobreza/miséria, aí inclusos negros, brancos e outros. Nesse sentido Kamel vocifera:

Se o problema brasileiro é a pobreza, e não o racismo, dimensioná-la é um pré-requisito básico a qualquer política pública que vise a erradicá-la, ou sendo mais realista, amenizá-la. (...) Como o dinheiro no Brasil é escasso, o dinheiro usado com o propósito errado faltará, como está faltando, na única área que pode tirar um pobre da pobreza: a educação. (KAMEL, 2006, p. 105).

Sublinhando que a questão abarca aspectos diversos, e opondo-se aos dizeres de Kamel, Munanga evidencia que não apenas e tão somente a classe, ou a pobreza, genericamente falando, está atrelada às desigualdades, haja vista que o quesito cor/raça, se faz presente de modo explícito no tocante ao acesso aos espaços de poder. Quanto ao tema, narra o professor:

Alguns indagam se as políticas de reconhecimento das identidades “raciais”, em especial da identidade negra, não ameaçariam a unidade ou a identidade nacional, por um lado, e se não reforçariam a exaltação da consciência racial, por outro. Ou seja, se não teriam um efeito “bumerangue”, criando conflitos raciais que, segundo eles, não existem na sociedade brasileira. É dentro dessa preocupação, entre outras, que as críticas vêm sendo dirigidas contra as políticas de cotas rotuladas como raciais. (...) Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas. Seria muito difícil convencer Peter Botha e um zulu da África do Sul de que a raça negra e a raça branca não existem, pois existe um fosso sócio histórico que a genética não preenche automaticamente. (MUNANGA, 2005/2006, p. 52/53).

Há que se atentar para o fato de que nem sempre é tarefa tranquila fazer com que as normas sejam observadas e aplicadas no cotidiano, aliás, provavelmente o maior desafio quanto a toda e qualquer legislação seja fazer com que não se torne, como se convencionou chamar, de “mera letra morta”, ineficaz no cotidiano, ignorada por quem de direito. Nesse sentido uma das questões que se apresenta é a se legislação, apenas por si, tem ofertado subsídios e ferramentas suficientes para a mudança de paradigmas na Educação haja vista que, apenas o formalismo pode, paradoxalmente, contribuir para um propósito diverso do seu ideal, como sustenta Bordieu:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências de equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. (BORDIEU, 2003, p 58)

Conjugando as questões jurídicas, obviamente atreladas às legislações com sua interface no que tange à educação, algumas nuances podem vir à superfície proporcionando a apreensão referente às desigualdades ainda patentes na educação superior, apesar de alguns avanços, sempre é importante reprimir.

1.2

Pesquisas sobre Cotas Raciais nas Universidades Públicas Brasileiras

Partindo de levantamento realizado na página/sítio da CAPES, Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, banco de teses e dissertações apuramos, tomando como parâmetros de consulta os descritores/ demarcadores²⁶ “Cotas Raciais”, “Ações Afirmativas” e “Reserva de Vagas para Negros”, os seguintes números:

Em relação a palavra chave “Cotas Raciais” tivemos ao todo, 3646 registros, sendo 482 trabalhos apenas no ano de 2016, Ações afirmativas 71418, sendo 7726 trabalhos registrados em 2016 e Reserva de Vagas para Negros, o número de 98993, sendo 80576 trabalhos consignados quanto ao ano de 2016.

Tendo em vista que o debate acerca das cotas raciais, com especial relevo no tocante ao acesso à educação superior nas universidades públicas sempre ensejou e continua a ensejar incontáveis polêmicas, inúmeros (as) pesquisadores (as) se debruçaram sobre o tema, favoráveis ou contrários, inclusive não apenas em manifestações públicas veiculadas nos veículos de imprensa, mas fundamentalmente nos estudos acadêmicos.

Tecendo reflexões acerca das polêmicas, e nominando autores (as) contrários ou favoráveis às cotas raciais, Nery e Costa trazem à baila a seguinte ponderação:

A polêmica do sistema de cotas para negros. Uma das políticas afirmativas que têm gerado grande polêmica no país é o sistema de cotas raciais, em que se reservam vagas para negros ingressarem nas universidades. No debate acadêmico há, basicamente, as tendências de pensamento favoráveis e as desfavoráveis em relação às cotas para negros. Fazem parte da tendência pró-sistema de cotas raciais vários intelectuais, dentre eles: Carone e Bento (2002), Carvalho e Segato (2002), Gomes (2001), Guimarães (1999, 2002), Munanga (1996, 1999), Queiroz (2004), Santos (2007) e Santos e Lobato (2003). E a tendência contrária às cotas raciais é liderada, entre tantos intelectuais, por Azevedo (2004), Da Matta (1997), Fry (2005), Maggie (2001), Maio e Santos (2005) e Reis (1997). Quanto à corrente dos favoráveis às cotas para negros, cada autor, a sua maneira, argumenta a imprescindibilidade da política para a diminuição do racismo e da desigualdade racial no país. Essa tendência, em distintos níveis, acompanha as reivindicações do movimento negro, relacionadas ao desenvolvimento da identidade e da consciência negras e ao desmascaramento das ideologias relativas às relações raciais no Brasil. (NERY e COSTA, 2009, p. 2).

²⁶ Segundo Artes e Chalco (2017), um descritor é um atributo utilizado para caracterizar um trabalho baseado nas informações registradas no título da dissertação ou tese, resumo, palavras-chave, área de conhecimento, áreas afins e linha(as) de pesquisa.

Convém sublinhar, como não poderia deixar de ser, que os (as) pesquisadores (as) acadêmicos (as), em sendo referência não apenas para outras produções analíticas de trabalhos, acadêmicos ou não, também o são para o convencimento do público em geral, para um ou outro lado, além de aporte para artigos veiculados na imprensa, revistas especializadas, sites, etc..

Sem qualquer propósito no sentido de valorar um lado ou outro, reproduzimos a seguir, de modo sintético, o que os lados antagônicos e inconciliáveis costumam sustentar, publicamente, começando por fragmentos dos favoráveis:

Versando, por exemplo, acerca de que cotas raciais não tem o condão de desqualificar a população negra, bem como da exclusão num setor essencial como a educação, assim versa Carneiro:

A reivindicação de cotas e políticas de ação afirmativas não desqualifica o grupo negro. Ao contrário, representa sua confirmação como sujeito de direitos, consciente de sua condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital pela exploração do trabalho escravo, não ofereceu nenhum tipo de reparação aos negros na abolição e permanece lhe negando integração social por meio de múltiplas formas de exclusão racial vigentes na sociedade, das quais o não acesso á educação é uma das mais perversas (CARNEIRO, 2011, p. 102).

Na perspectiva contrária, destacamos reprodução literal de fragmento de raciocínio de Azevedo que, de modo incisivo, destaca fundamentalmente que o racismo não pode, na perspectiva da autora, ser combatido com a racialização:

Mas, afinal, o que queremos? Abolição do racismo ou criação de direitos de “raça”? Espero ter deixado claro ao longo deste artigo que, em minha opinião, o combate ao racismo significa lutar pela desracialização dos espíritos e das práticas sociais. Para isso é preciso rechaçar qualquer medida de classificação racial pelo Estado com vistas a estabelecer um tratamento diferencial por raça, ou, para sermos mais claros, os direitos de “raça”. Tal como na atual discussão sobre o desarmamento de população, minha posição é que não se combate a arma com outra arma, ou seja, não se pode pretender combater o racismo com a racialização oficial da população. Muitos que enveredam pela defesa da cota racial consolam-se com a ideia de que “se trata de uma política emergencial”, temporária. Mas, evidentemente, não se convoca oficialmente a população para ela definir-se em termos de raça negra/branca, em termos de usufruto de direitos para um belo dia decretar a todos: “esqueçam a raça, ela não passa de uma invenção!” Se a raça foi uma invenção danosa aos destinos da humanidade, tal como reconhecem muitos defensores da cota racial, por que reivindicar a racialização pelo Estado? Será que a História nos aprisionaria irremediavelmente às categorias raciais inventadas pelos cientistas do século XIX? (AZEVEDO, 2004, p. 235).

Já Girão, em linhas genéricas aponta questões atreladas à inconstitucionalidade das cotas raciais, destacando que há flagrante afronta ao princípio, constitucional, da igualdade e que a discriminação deveria abarcar e privilegiar o social:

Desse modo, a Política de Cotas Raciais, da maneira como foi instituída no País, apresenta algumas falhas as quais a incompatibilizam com o princípio constitucional da igualdade, a tornando por consequência, inconstitucional. Não poderia a lei estabelecer, como fez, a cor da pele ou a raça como critério de discriminação, sob pena de que a norma atribuía tratamentos jurídicos diferentes em atenção a fator de *discrímen* adotado que, entretanto, não guarda relação de pertinência lógica com a disparidade dos regimes outorgados. No mesmo sentido é demonstrada a inconstitucionalidade da Lei nº 12.711/2012, regulada pelo Decreto nº 7.824/12, uma vez que se o dispositivo legal desejava beneficiar determinados sujeitos os quais estão em situação de desigualdade em relação aos demais (motivo o qual necessitam de tratamento diferenciado), deveria ter o feito para uma classe em geral e não somente para um restrito grupo, de forma a individualiza-lo. Ou seja, as cotas deveriam ser destinadas somente aos alunos que cursaram o ensino médio em Instituições mantidas pelo Estado, e que não tivessem renda superior a determinado valor, não fazendo qualquer diferenciação sobre raças ou cores, pois, se assim o fizesse (como o fez) seria necessário contemplar outras classes as quais também sofreram abusos durante o passado/presente histórico, como a mulher e os homossexuais. Por todo exposto, conclui-se que a política de cotas, da forma a qual foi estabelecida no Brasil, fere em diversos pontos, o princípio fundamental da igualdade, previsto na Carta Maior, sendo, consequentemente, inconstitucional. (GIRÃO, s/ data. p. 16)

Retomando a questão, sempre polêmica, das pesquisas que tratam das relações raciais, Artes e Chalco (2017) indicam que os estudos podem ser analisados, dentre outras possibilidades, a partir da autoria de trabalhos por pós-graduados (as) negros (as) ou como temática de estudo nas dissertações e teses produzidas.

As autoras citadas ainda ponderam que o banco de teses e dissertações Capes, como material privilegiado para consulta, contabiliza mais de 607 mil publicações em 2012, sendo material privilegiado para estudos e, também, mencionam:

Uma questão importante apresentada por Claudia Miranda, Francisco Aguiar e Maria Clara Di Piero (2004), em levantamento bibliográfico sobre a temática relações raciais e educação, organizado pelo Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, em parceria com a Ação Educativa, é o momento em que o campo educacional passa a se preocupar com as questões raciais como tema de pesquisa. Essa preocupação pode ser entendida a partir de diferentes motivações: demanda do movimento negro, inserção de negros e negras na graduação e pós-graduação, entre outros (ARTES e CHALCO, 2017, p. 6)

Constata-se pelos dados apresentados, que os mesmos falam por si quanto à dimensão e abrangência das pesquisas acadêmicas que tratam da temática, sendo certo que podemos afirmar que a demanda represada em determinados momentos históricos e circunstâncias,

aflorou e emergiu de modo definitivo, sendo engendrada na agenda de diversos pesquisadores (as) e, via de consequência, nas universidades, grupos de pesquisas, etc.

Os números, para além de indicar o significativo e simbólico acervo de pesquisas já conclusas, e várias outras em andamento, sublinham a especial relevância das discussões no tocante às relações raciais no Brasil, com especial ênfase quanto o acesso à educação e, ainda mais amiúde, na educação superior, com suas inúmeras variantes, multiplicidades e interesses diversos.

Os pesquisadores Silva Jr. e Bento (2010) fazendo referência a essa dinâmica, assim se manifestaram:

Com a retomada da luta contra o racismo e a reorganização das entidades negras, a temática da discriminação e reivindicação por igualdade passaram a ocupar cada vez mais lugar no debate público, influenciando a pesquisa acadêmica, o discurso da sociedade civil (incluindo o sindicalismo) e pautando gradativamente a agenda das casas legislativas e os pronunciamentos de autoridades públicas. (SILVA JR e BENTO, 2010, p. 12)

O acesso à educação superior no Brasil, até há poucas décadas, ainda era considerado algo quase que inatingível para alguns segmentos sociais, com notório relevo aos segmentos negros e, aliás, o termo cunhado e sedimentado e atualmente considerado jocoso “país dos bachareis”, é representativo e ilustrativo desse período.

Segundo Jaccoud e Beghin (2002) as ações afirmativas entram no debate político brasileiro durante a década de 1990, ou seja, pouco tempo após a redemocratização do país, com a consolidação da Constituição cidadã, datada de 1988. (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 45)

Do ponto de vista governamental/institucional, observamos que, desde que o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso apontou, publicamente, a existência de questões raciais não equacionadas no Brasil, os movimentos negros em geral e ativistas negros ou não negros afetos à educação e à promoção da igualdade passaram a intensificar as cobranças quanto a uma postura propositiva e proativa dos poderes públicos constituídos no sentido de que estes poderes lançassem mão de ações concretas visando à adoção de políticas públicas para alteração/transformação do status quo. Já não era, ou ainda é, possível, apresentar um país ao mundo com tamanha discrepância.

Aliás, cabe resgatarmos a relevância não apenas de um documento, mas também do marco temporal em que foi elaborado, no caso a “Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida” citado por Jaccoud e Beghin (2002) que assim versou:

É dever do Estado Democrático de Direito esforçar-se para favorecer a criação de condições efetivas que permitam a todos beneficiar-se da igualdade de oportunidade, assegurando a eliminação de qualquer fonte de discriminação direta ou indiretamente e reorientando o sistema educacional no sentido da valorização da pluralidade étnica que caracteriza nossa sociedade.” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p.45)

Por óbvio, e retomando a ponderação do ex-chefe do executivo federal acima aludido, considerada como mera constatação e eventual intenção de ação e, como intenção não guarda em seu cerne a perspectiva de alteração substancial, a partir daí os movimentos negros se mobilizaram ainda mais a fim de “constranger” e eventualmente compelir o governo federal, aqui colocado como representante legítimo do Estado Brasileiro, a agir e reagir, saindo da sua tradicional postura histórica e contumaz de inércia, “neutralidade” e letargia.

A marcha Zumbi acima referida na qual representantes de inúmeras entidades negras foram à Brasília admoestar e cobrar ações efetivas do governo federal foi fundamental para as transformações que viriam e, Maio e Santos nos ilustram da seguinte forma:

A partir de 2002, o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa com viés racial, com foco no sistema de cotas, estenderam-se por diversas universidades públicas, tanto estaduais como federais. Em sua ampla maioria, com regras variadas, foram definidos mecanismos centrados na autodeclaração dos candidatos. Já a UnB, além de ser a primeira universidade federal a adotar o programa, estabeleceu critérios adicionais à autodeclaração para definir os beneficiários, ou seja, quem seriam os "negros". (MAIO e SANTOS, 2005).

Retomando a questão da produção acadêmica, pesquisadores (as), tais como SANTOS (1990), CAVALLEIRO (2000), GUIMARÃES (1999), SILVA (2005) e SANTOS (2017) das mais variadas tendências, perfis e colorações políticas/ideológicas passaram e passam, cada vez mais a entender, além da relevância, pertinência e contemporaneidade do tema, que o acesso à educação superior, sendo tal acesso especialmente sublinhado nas universidades públicas, foi pautado pelos movimentos sociais negros através das suas diversas ações e ingerências institucionais ou não, sendo as gestões principalmente referenciadas pelos dados estatísticos e empíricos que apontavam e apontam números ainda modestos de acadêmicos (as) negros (as) nas universidades, mesmo considerados alguns avanços.

Cumpre-nos destacar que, em decorrência da representatividade e importância, não apenas simbólica, mas real e efetiva, adotamos como referencial de educação superior não apenas neste capítulo, mas em todo o trabalho, as universidades públicas.

Essa adoção das universidades públicas como principal referencial se justifica, também, em função da massiva e acirrada concorrência no que tange ao possível acesso através dos vestibulares, processos seletivos e outros meios, “standard” e status, visibilidade, questões relativas a privilégios, espaços de poder e decisão, celeiro de produção e excelência de conhecimentos e pesquisas, notória e inequívoca qualidade e tradição, além da gratuidade, são tais universidades o que podemos chamar, numa linguagem popular e acessível à maioria da população, de a nata do seleto nicho da educação superior do país.²⁷

Ressalvamos entretanto que há, também, universidades privadas de primeira linha, como em geral as Católicas (PUCs) e outras, porém ponderamos que tais universidades não são o ponto nuclear deste estudo, que está atrelado às universidades públicas.

Ser acadêmico (a) em uma universidade pública, mesmo considerando as banalizações e a massificação mercantil dos cursos superiores, com as universidades privadas prestando um papel “relevante” nesse sentido, ainda é uma marca de destaque e status numa sociedade que preza os bachareis, como a brasileira sendo que, o ingresso numa universidade pública representa marca diferencial, e é elevada e potencializada em razão, também, da simbologia histórica consubstanciada no fazer parte de um seleto grupo participante naquilo que é objeto do desejo de milhões de estudantes brasileiros (as) ainda excluídos (as) dessa seara.

Se a procura por cursos superiores aumenta substancialmente, com todas as discussões relativas ao acesso de parte da população que continua alijada, é esperado e desejado que as pesquisas que versem sobre o acesso também tenham um crescimento exponencial.

Concomitantemente com a procura por cursos superiores, as pesquisas acadêmicas que tratam sobre o tema das relações raciais também se ampliam numérica e

²⁷ Quanto à gratuidade, cabe o destaque e alerta que o STF em decisão de abril de 2017, autorizou a cobrança de mensalidades nos cursos de especialização nas universidades públicas (cursos lato sensu). A graduação e os cursos de pós-graduação stricto sensu continuam gratuitos, por enquanto.

qualitativamente, nas inúmeras áreas do conhecimento. Coelho e Silva (2013), por exemplo, citam a existência de nada menos que vinte e cinco “Grupos de Pesquisas cadastrados no CNPq com a temática relações raciais e educação (COELHO e SILVA, 2013, p. 114).

As autoras em comento ponderam ainda que há variações no tratamento dado às Relações Raciais, mas grande parte dos trabalhos e análises enquanto política de ação afirmativa, como instrumento de educação antirracista, (COELHO e SILVA, 2013, p. 108) e, pelo panorama atual, com o advento da lei federal que estabelece as cotas, tais pesquisas tendem a ganhar espaço, principalmente considerando as interfaces da Educação e do Direito e, fundamentalmente da Educação enquanto Direito.

Ainda hoje, já caminhando para o final da segunda década do século XXI, ter acesso a uma universidade pública representa conquista considerável muito em função de o acesso, atendendo aos ditames constitucionais, não ser garantido a todos (as) que desejam e buscam os cursos superiores, porquanto o funil permanece extremamente estreito e, muitos (as), aliás, a maioria dos (as) pretendentes aos cursos superiores, por razões múltiplas, acabam por se render às entidades privadas, de qualidade por vezes duvidosa e/ou questionável.²⁸

Voltando ao preâmbulo deste capítulo que objetiva a reflexão, ainda que breve, das variáveis envolvendo o que vem sendo debatido acerca da reserva de vagas/cotas raciais nas universidades públicas, passamos a pontuar quais são, ou seriam as razões de tantas pesquisas acadêmicas sobre o acesso de negros (as) às universidades públicas brasileiras, através da reserva de vagas/cotas raciais.

Podemos inferir que a realidade social impôs a atenção de muitos (as) pesquisadores (as) para o assunto e temática nas últimas décadas por inúmeros motivos, sendo que listamos a seguir, sem qualquer ordem ou valoração objetiva de prioridade ou importância, maior ou menor, bem como o eventual esgotamento, as situações:

²⁸ Segundo informação publicada no portal do Ministério da Educação www.brasil.gov.br, 32 instituições de ensino superior foram descredenciadas, fundamentalmente por questões não equacionadas quanto ao PROUNI, sendo o descredenciamento publicado no Diário Oficial em 26/04/2017.

-negros (as) passaram a figurar em maior número nos cursos superiores (principalmente nas universidades públicas), seja através de cotas raciais ou não. Quanto a isso Silvério traz à baila:

As cotas para negros, política institucional de cada vez maior número de universidades brasileiras, (...) têm tornado candente, a partir da aceitação ou rejeição desta meta de programas de ações afirmativas, a discussão a respeito: das diferentes condições de educação oferecidas a diferentes segmentos da população; de privilégios que têm se restringido a alguns grupos; do papel da educação superior, de a quem e a que ela serve; dos critérios para ingresso na universidade. (SILVÉRIO, 2005, p. 147).

-cobranças dos inúmeros movimentos sociais, principalmente os movimentos negros para que a universalização da educação fosse estendida à academia.

-reconhecimento formal pelo Estado Brasileiro de que havia e há questões de relações raciais a serem equacionadas.

-ponderações e críticas dos movimentos sociais negros acerca das pesquisas sobre relações raciais nas academias serem conduzidas e protagonizadas quase que na totalidade por não negros (as). (Estudar o negro (a), mas não estudar com o negro (a). Estudos diversos envolvendo o negro como objeto de estudos, mas não como ator/sujeito/protagonista das suas próprias histórias).

-ações afirmativas enquanto gênero, e suas modalidades de cotas raciais e reserva de vagas pautadas pelos poderes públicos constituídos ante as pressões, ações, reivindicações e ingerências dos diversos movimentos sociais negros, com especial relevo aos que tem e tiveram ativismo efetivo na área da educação.

-adoção de cotas raciais visando o acesso ao ensino superior nas universidades públicas através de normas administrativas, inclusive em consonância com a autonomia universitária, vide os casos pioneiros e vanguardistas da Unb, UENF, etc.

-constatação irrefutável do modesto número de negros (as) nos cursos de graduação das universidades públicas, em afrontoso desacordo com a diversidade etnorracial da população brasileira, principalmente no tocante aos dados compilados pelo IBGE referentes ao universo populacional e sua proporcionalidade nos cursos superiores.

-decisão do STF de 2011 que, de modo unânime, entendeu que a adoção e implementação de cotas raciais não fere o direito pátrio, sendo que tal adoção está em consonância com a constitucionalidade e legalidade brasileiras.

-matérias veiculadas nas revistas e jornais impressos e/ou eletrônicos, bem como sites, blogs, etc., rádios, televisões, tratando das relações raciais de modo geral e das cotas/reserva de vagas de modo particular, estimulando a discussão e, via de consequência, as pesquisas, acadêmicas ou não.

Fazendo referência ao olhar do pesquisador, assim pondera o professor Silva Jr.:

O enfrentamento da temática da inclusão de indicadores de raça nas ações e programas governamentais não pode prescindir de uma consideração aparentemente óbvia: o olhar do pesquisador. Vale dizer que o impacto que a temática da discriminação racial tende a causar no plano das subjetividades possui alto potencial de influência positiva ou negativa no âmbito do pesquisador envolvido. (...) Uma premissa a ser permanentemente levada em consideração, portanto, é que os pesquisadores envolvidos em pesquisas dessa natureza devem estar permanentemente alertas, vigilantes, atentos para que seus credos e predileções não aflorem a ponto de comprometer a consistência e a qualidade do seu trabalho. (SILVA JR., 2010, p.190/191).

Conforme ponderações retro, e em não havendo mais como escantear, camuflar e escamotear uma realidade crua, cruel e gritante, estudiosos (as) canalizam cada vez mais seus olhares para o tema reserva de vagas/cotas raciais e, como já assentimos, na educação pública superior. Importante sublinhar que o tema, para além das posições contrárias ou favoráveis tem dimensão e perspectiva que envolve interesses diversos que não podem ser reduzidos a tais meras posições, sejam favoráveis ou contrárias conforme dito, quase que totalmente inconciliáveis.

Havendo interesses legítimos de grupos, de um lado e de outro, nada mais pertinente que em determinado momento a temática viesse a emergir, ganhando a condição de discussão acadêmica, mesmo com as paixões que eventualmente afloram e, mesmo tendo a emergência das pesquisas caráter relativamente contemporâneo, não podemos perder de vista as pontuações feitas por pensadores e ativistas históricos, desde décadas longínquas. Abdias do Nascimento, por exemplo, rememorando as reuniões da Convenção Nacional do Negro, sendo a primeira em São Paulo e a segunda no Rio de Janeiro, em 1946, assim asseverou:

No fim das deliberações, a assembleia votou e lançou um Manifesto à Nação Brasileira, contendo seis reivindicações concretas. Entre elas estavam a admissão de gente negra para a educação secundária e superior e a formulação de uma lei antidiscriminatória, acompanhada com medidas concretas para impedir que continuasse somente uma proclamação jurídica, vazia e sem sentido. (NASCIMENTO, 2000, p. 211/ 212).

O fragmento do raciocínio aponta, sem meias palavras, para a pertinência e necessidade de medidas a serem adotadas quanto à promoção da igualdade, de modo genérico, além de políticas afirmativas.

Como alguns dos resultados, ainda que incipientes, temos a adoção de disciplinas em inúmeras universidades que tratam da temática das relações raciais, algumas das quais imbricadas com a Educação: “Relações Étnico-Raciais no Brasil”. “Ações Afirmativas e Políticas de Promoção da Igualdade Racial” (UFES), “Sociologia das Relações Raciais” (USP), “Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diferenças no Contexto do Ensino de História e Cultura Brasileira”, (UFMS), “Teoria de Gênero e Relações Raciais” (PUC-SP), “Metodologia para o Ensino das Relações Étnico-Raciais” (USP), “Educação das Relações Étnico-Raciais” (UNIFESP), “Educação e Relações Étnico-Raciais” (UNIPAMPA), “Educação das Relações Étnico-Raciais” (UnB) e “História das Relações Étnico-Raciais no Brasil” (FGV), dentre outras.²⁹

A educação pública, segundo os ditames legais e constitucionais, é um direito que deve abranger a todos (as), indistintamente, principalmente a partir da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, e da norma infraconstitucional, a LDB, cuja última versão é de 1996.

Porém, mesmo consideradas tanto a LDB quanto a CF, a educação superior permanece como um território ideal, quase que inacessível e irrealizável para grande parte da população pátria, aqui para efeito de análise e discussão destacamos as universidades públicas e, quanto a esse contingente populacional brasileiro alijado, consideramos um segmento enormemente, para não se falar majoritariamente, negro e seus (suas) descendentes.

²⁹ Informações coletadas nos portais das respectivas instituições de ensino superior arroladas.

Com base em dados estatísticos e reivindicações de grupos organizados se tornou e se torna cada vez mais premente estudar e investigar o ainda restrito número de negros (as) na educação superior nas universidades públicas brasileiras e, felizmente, isso tem sido feito, além de estudos envolvendo outras perspectivas, para além do acesso e permanência.

A concretude das pesquisas, além dos bancos de dissertações e teses, é também revelada por muitas publicações, impressas e/ou digitais como, a título de exemplo, a lançada em 2011, intitulada “Relações Raciais no Brasil: Pesquisas Contemporâneas”, editada pela Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, cujos organizadores são Valter Roberto Silvério, Regina Pahim Pinto e Fúlvia Rosemberg.

Na publicação referida dez pesquisadores (as) negros (as), discorrem acerca das suas pesquisas, seja no mestrado ou doutorado, sendo que os temas são absolutamente diversos, análise de cartas de alforria, imprensa negra e perseguição religiosa, identidade, rap e juventude negra, personagens femininas negras, cotas raciais, questões quilombolas, etc.

Muitas das pesquisas para além de estudar (e justificar) os fenômenos sociais e históricos da exclusão do segmento populacional negro, contemplam em suas análises possíveis modos de acesso à educação superior desse grupo, entendendo o acesso formal à educação para negros (as) como uma via de tentar, senão superar, pelo menos minimizar os efeitos do racismo, ainda arraigado em nossa sociedade.

A partir do processo que culminou com a redemocratização do país, ainda que com ressalvas, é imperioso o reconhecimento que muito se avançou, porém, a reserva de vagas/cotas raciais, cada vez mais e melhor pesquisadas nas academias, não eliminou em definitivo as desigualdades.

Contudo, nos referindo à democracia, também se faz necessário pontuarmos, a título inclusive de constatação, que as pesquisas sobre ações afirmativas, principalmente aquelas voltadas para as cotas raciais, são de importância ímpar para o longo caminho da democratização do acesso ao ensino superior.

O pesquisador Silvério (2005), em artigo no qual trata das “Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial”, nos traz alguns pontos relevantes no tocante às cotas, sendo o

raciocínio, por analogia, extensivo às pesquisas acadêmicas sobre a temática. (SILVÉRIO, 2005, pr. 147).

Avançando no raciocínio, o pesquisador em apreço, aborda também, com absoluta propriedade, os benefícios da diversidade nas academias, elencando que uma universidade socialmente comprometida não pode desconhecer a diversidade, ao contrário, devendo ser reconhecida e valorizada.

Silvério (2005, p. 151) ainda estende o raciocínio contemplado na publicação citada, asseverando, entre outras coisas, que a educação superior que admite o ingresso diferenciado, incluindo reserva de vagas para negros (...) engaja-se na luta por justiça social e racial.

Se a questão é cada vez mais estudada, debatida, problematizada e alçada à condição de tema/problema de pesquisas acadêmicas, não há a mais remota dúvida de que a pertinência das discussões acerca das cotas raciais, para além de espaços outros, institucionais ou não, fazem parte das agendas das universidades, sublinhando-se o relevo das pesquisas perpetradas nas universidades públicas.

Trazendo à baila a ponderação de Dias, que assevera que do discurso da escola sem distinção, chegamos à escola que começa a distinguir para compensar processos desiguais entre a população brasileira (DIAS, 2005, p. 60), verificamos que o número de pesquisas produzidas por negros (as) e não negros (as) tende a aumentar, inclusive pela gradativa inserção à universidade via cotas, seja na graduação ou na pós, sendo o tema um flanco com várias possibilidades, ainda, de exploração, em inúmeras áreas do conhecimento.

Há que se salientar a relevância do conhecimento produzido a partir de vivências e experiências, inclusive coletivas, com especial ênfase aos estudos culturais e identitários, sendo alguns projetos e programas dignos de nota nesse sentido, dentre os quais o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento da UNIFESP.³⁰

³⁰ O projeto Abdias do Nascimento, uma iniciativa de fomento ao ingresso de grupos tradicionalmente excluídos da pós-graduação, por meio da oferta de curso de inglês instrumental, metodologia de pesquisa, escrita acadêmica, dentre outro. Trata-se de um curso de formação pré-acadêmica que tem por objetivo propiciar o acesso à pós-graduação (...), de estudantes autodeclarado(a)s preto(a)s, pardo(a)s, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação a ser desenvolvido em três campi da Unifesp, com o desafio de consolidar uma formação acadêmica de promoção racial, do combate ao racismo e da difusão do conhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível em <http://www.unifesp.br/noticias>

Capítulo 2.

Cotas Raciais nas Universidades Brasileiras - O Caso Peculiar da UNIFESP.

É notório o pioneirismo do estado do Rio de Janeiro no tocante à adoção de cotas, sendo que o marco legal e temporal, respectivamente, são a lei 3.524 e o ano de 2000, ponderando-se também que, em princípio, o sistema de reserva de vagas abarcava apenas as cotas sociais, ou seja, contemplava estudantes oriundos do sistema público de educação.

Posteriormente, novo marco legal e temporal subsequentes, a lei 3.708 do ano de 2001, que trouxe à baila a perspectiva racial da reserva de vagas, contemplando negros e pardos naquela unidade da federação, ficando pois a questão restrita às universidades estaduais fluminenses.

Há outro fato temporal emblemático que contribuiu sobremaneira para que as discussões acerca da adoção das cotas raciais, com ênfase na educação, ganhassem corpo e se alastrassem para todo o país, que foi exatamente a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001 em Durban, África do Sul e, uma das propostas objeto de muita polêmica, foi exatamente a criação de cotas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras.

O evento fez parte da agenda formal da ONU, ocorrido concomitantemente com as discussões sobre a adoção das cotas nas universidades públicas brasileiras e, cabe assinalar, o Brasil teve protagonismo fundamental na Conferência, já que coube ao país a relatoria do evento, na pessoa da ativista negra Edna Roland.³¹

No bojo dessas transformações estruturais, a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas foi a UnB – Universidade de Brasília e, segundo MAGNONI (2016), em relação à UnB a campanha da frente anticotas foi ainda mais pesada, afinal, tratava-se de uma

³¹ Segundo Dulce Maria Pereira no artigo A Face Negra do Brasil Multicultural, “O Brasil tem a maior população negra fora da África e a segunda maior do planeta. A Nigéria, com uma população estimada de oitenta e cinco milhões, é o único país do mundo com uma população negra maior que a brasileira. (disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/356294.pdf> (consultado em 20/07/2018)).

universidade localizada na capital do país, de grande visibilidade e que cometera a “heresia” de exercer sua autonomia, (MAGNONI, 2016, p. 2).

A Conferência de Durban, na África do Sul, entre outras coisas, serviu de certa forma para compelir os poderes públicos constituídos no sentido de que as ações afirmativas fossem encaradas como políticas públicas de estado, independente do governo de plantão, pavimentando assim o caminho para que as cotas se tornassem realidade.

Na esteira da história da implantação do sistema de Cotas nas universidades públicas brasileiras, nos cabe analisar as condições que foram estabelecidas para que a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, passasse a adotar o sistema de reserva de vagas/ cotas raciais para o ingresso, bem como a situação atual e os rumos da universidade após a implementação dessa espécie particular do gênero de ação afirmativa.

Antes dessas condições, porém, é essencial que façamos uma análise, ainda que breve, do documento publicado em 2016 e intitulado “*Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes na Universidade Federal de São Paulo*” que aponta um panorama, além de fidedigno, muito recente quanto ao perfil dos ingressantes e, no caso específico e objeto deste estudo, o perfil relativo à cor/raça/etnia dos (as) estudantes, inclusive com a adequação à Lei de Cotas, versando assim tal documento no seu conteúdo introdutório:

Na Unifesp, a política de reserva de vagas de ingresso aos cursos de graduação foi adotada em 2005 e de lá até 2012 eram reservadas 10% das vagas a estudantes provenientes de escolas públicas, com autodeclaração de etnia e raça. Em 2005, as vagas dos cursos do campus São Paulo foram ampliadas para receber estudantes com esse perfil, ou seja, naquele momento não houve redução no número de vagas do sistema universal ofertadas no vestibular, mas a ampliação em 10% no número de vagas totais para recebê-los. Para os cursos criados após 2005, também foram reservadas 10% das vagas para o perfil de cotistas. (UNIFESP, 2016, p. 14)

O item 2.1.3 do documento sistematiza os dados quanto ao ingresso em 2015, por cor/raça/etnia, ficando nítido que, pelo menos no campus Guarulhos da UNIFESP, os negros, mesmo em proporção modesta, comparativamente aos brancos, considerando também as proporções percentuais dos respectivos grupos raciais no estado de São Paulo, estão presentes em número considerável.

Os ingressantes em 2015 de cor/raça/etnia branca são maioria na Unifesp (62,5%). Já os estudantes de cor/raça/etnia parda e preta constituem 23% e 6,7% dos ingressantes,

respectivamente. (...) Comparativamente entre os campi, Guarulhos apresentou a maior proporção de ingressantes de cor/raça/etnia parda (27,5%) e preta (9,6%), enquanto que nos demais campi esses percentuais variaram entre 20,8% - 22,4% (estudantes de cor/raça/etnia parda) e 3,7% - 7,4% (estudantes de cor/raça/etnia preta).

As duas imagens a seguir, extraídas do documento “Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes da Universidade Federal de São Paulo”, pg. 29, também coletadas do documento, trazem informações relevantes quanto à composição racial dos ingressantes por cor/raça/etnia nos campus, destacando a relevância do campus Guarulhos quanto ao contingente negro.

Tabela 7 – Distribuição dos ingressantes por campus segundo cor/raça/etnia (2015)

| Raça/Cor/ Etnia | Campus | | | | | | | | | | | | Unifesp | |
|--------------------|-------------|------|---------|------|-----------|------|--------|------|-----------|------|-----------|------|---------|------|
| | B. Santista | | Diadema | | Guarulhos | | Osasco | | SJ Campos | | São Paulo | | | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Amarelo(a) | 18 | 3,1 | 24 | 6,2 | 16 | 2,4 | 28 | 6,6 | 20 | 6,0 | 24 | 6,7 | 130 | 4,7 |
| Branco(a) | 380 | 65,4 | 245 | 63,6 | 388 | 57,4 | 258 | 61,0 | 215 | 64,9 | 233 | 65,4 | 1719 | 62,5 |
| Indígena | 2 | 0,3 | 1 | 0,3 | 1 | 0,2 | 3 | 0,7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0,25 |
| Pardo(a) | 124 | 21,3 | 80 | 20,8 | 186 | 27,5 | 92 | 21,7 | 74 | 22,4 | 77 | 21,6 | 633 | 23,0 |
| Preto(a) | 43 | 7,4 | 24 | 6,2 | 65 | 9,6 | 28 | 6,6 | 13 | 3,9 | 13 | 3,7 | 186 | 6,76 |
| Sem declaração | 14 | 2,4 | 11 | 2,9 | 20 | 2,9 | 14 | 3,3 | 9 | 2,7 | 9 | 2,5 | 77 | 2,8 |
| Total | 581 | 100 | 385 | 100 | 676 | 100 | 423 | 100 | 331 | 100 | 356 | 100 | 2752 | 100 |

Fonte: Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes da Universidade Federal de São Paulo, 2016. www.unifesp.br

Tabela 8 – Distribuição dos ingressantes por ano segundo cor/raça/etnia

| Como você se declara? | Ano de ingresso na Unifesp | | | | | | | |
|-----------------------|----------------------------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 2012 | | 2013 | | 2014 | | 2015 | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Amarelo(a) | 88 | 4,5 | 158 | 5,5 | 145 | 4,8 | 130 | 4,7 |
| Branco(a) | 1364 | 69,6 | 1993 | 69,0 | 2029 | 66,9 | 1719 | 62,5 |
| Indígena | 10 | 0,5 | 4 | 0,1 | 4 | 0,1 | 7 | 0,3 |
| Pardo(a) | 378 | 19,3 | 576 | 20,0 | 665 | 21,9 | 633 | 23,0 |
| Preto(a) | 119 | 6,1 | 157 | 5,4 | 191 | 6,3 | 186 | 6,8 |
| Sem declaração | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 77 | 2,8 |
| Total | 1959 | 100 | 2888 | 100 | 3034 | 100 | 2752 | 100 |

A segunda tabela destaca também dados dos ingressantes no quadriênio composto pelos anos 2012 a 2015, donde se observa números percentuais muito similares com relação a pardos e pretos.

Quanto à primeira tabela, referindo-se especificamente aos ingressantes do ano 2015, últimos dados disponíveis, temos em números do campus Guarulhos, 186 pardos e 65 pretos, perfazendo os percentuais, respectivamente, de 27%⁵ e 9,6%.

Comparativo com os números gerais da UNIFESP, somados os 6 (seis) campi, Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos e São Paulo, constatamos que na universidade como um todo, em 2015 ingressaram 633 pardos e 186 pretos, ou seja, respectivamente, 23% e 6,76%, constatando-se que em termos percentuais há mais negros no campus Guarulhos que na totalidade da universidade.

Relevante que não se pode perder de vista que o campus Guarulhos concentra os cursos de humanidades da UNIFESP, além de proporcionar cursos noturnos, sendo esses dois dados, aprioristicamente falando, indicativos da presença de um conteúdo mais diverso quanto ao componente racial.³²

Temos que considerar, outrossim, que a UNIFESP ainda é vista como uma instituição muito mais afeta às áreas médicas e de saúde, até pela tradição configurada em muitas décadas atuando nessas áreas.³³

Já a segunda tabela, que aponta a distribuição dos ingressantes por cor/raça/etnia entre 2012 e 2015, em linhas gerais apresenta números percentuais muito similares ano a ano quanto à evolução, sendo pardos 19,3% (2012), 20,0% (2013), 21,9% (2014), 23,0% (2015), e pretos, 6,1% (2012), 5,4% (2013), 6,3% (2014), 6,8% (2015).

³² Ainda que não sejam objetos deste estudo, a título de destaque e ilustração, cabe pontuar, a presença significativa de negros (as) nos campi Baixada Santista e Diadema da UNIFESP, sendo que os ingressantes de 2015, somando-se pretos e pardos, são 28,7% na Baixada Santista e 27% em Diadema, conforme a Tabela 7 acima.

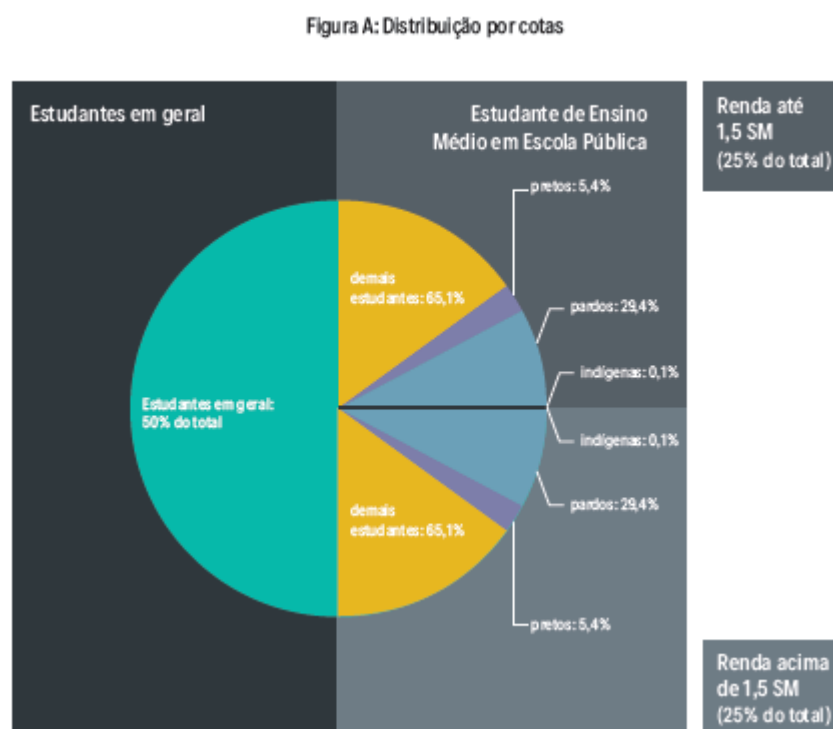
³³ Originada a partir da fundação da Escola Paulista de Medicina, em 1933.

A próxima figura apresenta os dados dos cotistas, distribuição dos ingressantes por cotas em 2016, sendo o ponto relevante que, em números percentuais, tais cotistas figuram num percentual próximo ao número de negros, ingressantes em 2015, considerando apenas a variante pretos, cotistas ou não.

Vê-se portanto, que as cotas estão atreladas não apenas às variantes cor/raça/etnia, mas também a outros componentes e segmentos sociais, especialmente estudantes oriundos de escolas públicas, além de pessoas consideradas pobres.

Nesse sentido, fica nítido que a política de cotas, para além da cor/raça/etnia, por mais que haja oposição quanto a esses itens identificatórios, abarca também os não negros, indígenas, por exemplo, sendo um recurso de caráter diverso por excelência, exatamente por contemplar múltiplos segmentos sociais.

Observemos a tabela:



Fonte: Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes da Universidade Federal de São Paulo, 2016.
www.unifesp.br

Numa visão panorâmica podemos verificar que há uma série de análises relativas aos critérios de ingresso que devem ser feitas e colocadas em prática, contudo, o próprio documento que trata da análise do perfil nos aponta como isso ocorreu, ocorre e as projeções:

Desde 2013, a Unifesp segue o que preconiza a Lei no 12.711, ampliando paulatinamente o percentual de vagas reservadas para o perfil das cotas da seguinte maneira: no primeiro ano de vigência da norma (2013), foram reservadas 15% das vagas de ingresso, por curso e turno, para estudantes que tivessem feito todo o Ensino Médio em escolas públicas, tendo adicionalmente que combinar a este perfil a situação de renda e/ou étnico-racial. Nos anos subsequentes, foram também reservadas vagas de ingresso, respeitando o mesmo perfil, a taxas de 25% e 37,5% respectivamente e, a partir do ingresso de 2016, a reserva totalizou 50% das vagas.

As combinações e cálculos consignados no documento, estudantes egressos de escolas públicas, situação de renda familiar, raça/etnia, bem como a proporcionalidade dos componentes étnico/raciais pelos estados da federação, fazem com que haja um filtro composto de vários critérios de análise associados de modo a compor, ao final, as pessoas que ingressam e, numa primeira análise, nem sempre isso se mostra de modo que facilite o entendimento de um (a) possível ingressante.

Conforme a Lei de Cotas em seu artigo 3º, o percentual reservado a negros deve seguir a proporção do grupo social citado em cada estado da federação, sendo que no estado de São Paulo, segundo os dados de 2010 do IBGE, temos a seguinte situação:

Branços 64,25, Pretos 4,6%, Pardos 29,8% e indígenas ou amarelos 1,4% e, somando-se as categorias pretos e pardos, temos o total de 34,4%.

Ocorre, todavia, que há uma peculiaridade absolutamente considerável, pois, a reserva de vagas para os (as) negros (as), além de contemplar a autodeclaração “pretos” e “pardos”, para o ingresso na UNIFESP está primeiramente adstrita à nota obtida via sistema universal, conforme o que segue:

Vale lembrar que as vagas reservadas para etnia/raça são preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos

e indígenas na população do Estado de São Paulo, segundo os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destaca-se também que, para o ingresso na Unifesp, o candidato é primeiramente classificado pela sua nota e, se tiver classificação suficiente para ingresso via sistema universal, é por esse sistema convocado, mesmo tendo declarado ser candidato às vagas reservadas³⁴.

Vê-se, nítida e flagrantemente pelo fragmento acima que, se caso o (a) candidato (a) não tiver nota suficiente, via ENEM/SISU, não terá acesso à UNIFESP nem pela via do sistema universal, nem pelo sistema de cotas, raciais, sociais, etc.

Contudo, eis o dado substancial, na eventualidade de ter a nota dita suficiente, o (a) candidato (a), mesmo se declarando cotista, não precisará lançar mão do recurso das cotas para o ingresso, haja vista que será convocado pelo sistema universal, restando pois as cotas raciais para quem não tenha nota suficiente para ingresso, num primeiro momento.

Nesse sentido há que se considerar se o modo de ingresso, via cotas raciais, está realmente em consonância com a expectativa criada por esse sistema, inclusive previsto em lei, bem como a perspectiva daqueles que se inscrevem e optam pelas cotas raciais, haja vista que, como demonstrado, alguns (as) ou muitos (as) ingressantes, “não precisam” das cotas, embora tenham feito, em princípio, tal opção.

Com referência aos encaminhamentos da UNIFESP relativos à reserva de vagas, convém sublinhar que não apenas as discussões visando à formatação de um modelo, bem como a implementação do sistema de cotas raciais propriamente dito na Universidade Federal de São Paulo, são relativamente pretéritos à sanção da Lei Federal n.º 12.771/12, que dispõe sobre a adoção de cotas raciais para o acesso às universidades federais e institutos federais de educação, haja vista que tal processo data dos idos dos anos 2000 do presente século.

Em linhas gerais, quando a UNIFESP passou a discutir a possibilidade da adoção de algum sistema de acesso dito afirmativo que contemplasse negros (as), entendemos que as condições objetivas não apenas para a discussão do tema, mas fundamentalmente para que fosse colocado em prática, já se faziam presentes, condições essas calcadas numa demanda de

³⁴ Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes da Universidade Federal de São Paulo, pg. 15.

estudantes, relativamente reprimida, pleiteando maior democratização no acesso à educação e aos cursos superiores, notadamente nas universidades públicas brasileiras.

Além dessa demanda reprimida, afirmamos que as instituições educacionais e o poder público, de certa forma foram obrigados a “sucumbir” ante a uma realidade estampada em números concretos e indisfarçáveis.

Até em decorrência dessa demanda reprimida, cabe nos reportarmos à iniciativa representada pelo “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni” - que, não apenas pela sua dimensão, mas principalmente em razão da sua pretensão inicial, trouxe uma série de mudanças e inovações quanto ao acesso de estudantes às universidades públicas brasileiras.

Tal programa foi instituído por um Decreto Presidencial, de n.º 6.096/2007, na administração do então Presidente Lula³⁵, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE e, quanto ao texto legal em apreço, que é relativamente curto, para nosso propósito interessam particularmente seus dois artigos inaugurais, que assim textualmente versam:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (...)

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; (...)

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;

Este inciso “V” do Decreto guarda relação de pertinência direta com as políticas de ações afirmativas ao contemplar no seu cerne o termo “inclusão”, donde se pressupõe o entendimento acerca do acesso de grupos comumente excluídos das universidades, numa interpretação extensiva e não meramente literal da norma aprovada.

Há que se destacar, entretanto que, como em toda e qualquer norma legal, há questões do ponto de vista semântico em seu bojo que merecem atenção, muito em decorrência das

³⁵ Decreto aprovado no segundo mandato do presidente Lula que, computados os dois mandatos, governou o país de 2003 a 2010.

nuances e possibilidades múltiplas de interpretação, seja de modo literal, ou mais abrangente, a chamada interpretação extensiva.

Nesse sentido e primeiramente, o decreto presidencial faz referência a “apoio”, sendo tal apoio vinculado a “planos”, o que pressupõe, também, a existência e/ou necessidade da elaboração de “planos”, enquanto não existentes, entendendo-se que planos, enquanto mera possibilidade, quando elaborados, nem sempre são praticados.

Outro ponto que merece nossa atenção, no artigo 1º do decreto, se refere a “criar” condições, donde se advém questionamentos relativos a como, quando, em quais momentos e circunstâncias, os mecanismos dos quais se dispõe para lançar mão com o fim de “criar” as ditas condições.

Ainda neste artigo, em sua parte final, há referência a “recursos humanos existentes”, ou seja, se deveria contar com as condições de recursos humanos já estabelecidos e em curso, sendo ociosa a lembrança que quando os poderes públicos preconizam recursos humanos, nem sempre tais recursos são suficientes.

Nesse sentido necessário se faz trazer à memória, que uma das críticas comumente feitas ao governo Lula, na área específica da educação superior, é que na administração do mesmo foram criados inúmeros campus de universidades federais, sem o necessário aporte de recursos, sejam humanos ou materiais, hábeis à manutenção dos equipamentos e cursos sem se pretender, por óbvio, personalizar no mandatário máximo de ocasião, todas as inenarráveis mazelas atreladas à educação, especialmente a superior.

Tal decreto tem um marco temporal posterior às discussões quanto à possibilidade da adoção de reserva de vagas para determinados segmentos raciais na UNIFESP e, além desse dispositivo legal em comento, tomamos como base para a análise as Atas das Reuniões do Conselho Universitário, bem como as Atas das Reuniões do Conselho de Graduação, além das Resoluções do Conselho Universitário a partir do marco temporal em que a UNIFESP passou a pautar formalmente o tema, em 2003, sendo certo que a adoção das cotas raciais no vestibular sempre se configurou como um pleito caro e antigo dos movimentos sociais negros, principalmente dos ativistas atuantes na área educacional, com destaque e relevo para o acesso às universidades públicas.

Cabe sublinhar, a título de registro que, embora o início das discussões objetivando a eventual adoção do sistema de acesso através das cotas raciais na UNIFESP date de 2003, o pioneirismo e vanguarda na discussão e implementação dessa maneira de acesso em universidades públicas brasileiras são da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, que adotam o gênero ações afirmativas, em sua espécie de cotas raciais, desde 2001.

Entendemos e sustentamos que o processo que culminou com a adoção de reserva de vagas/cotas raciais na UNIFESP, que demandou muitas e acirradas discussões tem algumas peculiaridades, que abordaremos mais detidamente a seguir.

Em apertada síntese, tratamos das condições objetivas e do pragmatismo burocrático pautado e que nortearam as condições visando o acesso de negros (as) autodeclarados (as) à UNIFESP, através do ENEM/SISU, com a opção manifesta pela concorrência via cotas.

Importante pontuar que, como em situações similares a esta, as ponderações sobre a eventual adoção de cotas raciais pela UNIFESP tinham como norte, em princípio, mera possibilidade, não se configurando, em absoluto, algo como pré-determinado, convicto e/ou consensual, ou seja, não houve a decisão da adoção das cotas raciais e, em sequência, como seria a materialização do processo de implementação.

Ao contrário, partiu-se do raciocínio acerca das condições para a adoção. Nesse sentido, sustentamos nossa posição em razão de que, quando se quer colocar algo em prática, que seja justo, razoável e legítimo, o passo é dado, incondicionalmente, mesmo considerando os riscos, oposições e críticas, sempre presentes nessas ocasiões e, comumente, críticas incisivas e ferozes.

Assim sendo, o ponto inaugural se deu com a seguinte perspectiva: Adota-se o sistema ou não e, a partir daí, sendo uma situação ou outra, as consequências e implicações da decisão tomada, poderiam ser tais ou quais.

Tratando do acesso e chegada de negros às universidades, com especial relevo às instituições públicas, abordando também o percurso acadêmico dos estudantes, Tobias (2014)

afirma que as ações afirmativas têm como meta a promoção de uma concreta igualdade de oportunidades, viabilizando a promoção de igualdade material em complementação à igualdade perante a lei. (TOBIAS, 2014, p. 48).

Tratamos das questões de igualdade formal e substancial, mais detidamente, no decorrer deste estudo, contudo, cumpre-nos adiantar, desde já, que o caminho visando à substancialidade do que as normas legais, de modo apenas material abordam, é longo e árduo.

Versando sobre o tema, Gomes (2002) nos traz a reflexão acerca de se o Estado deve assegurar apenas certa neutralidade processual ou, ao contrário, se sua ação deve se encaminhar para a realização de uma igualdade de resultados. (GOMES, 2002, p. 139).

Anterior ao ano em que começaram as discussões, precisamente em 2002, há outro marco referencial prévio e legal, lembrando-se que nosso tema de estudo considera os marcos legais reguladores, tomados como aporte, dentre os quais a Lei Federal n.º 10.558/02 que, de modo objetivo e sintético, indica o Programa de Diversidade na Universidade.

O texto da lei é relativamente curto e, para o nosso propósito interessa particularmente o artigo 1º, que reproduzimos textualmente a seguir:

Art. 1º Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.

Entendemos que esta última lei federal retro referida, também foi aprovada em decorrência das mobilizações sociais, muitas das quais protagonizadas pelos movimentos sociais negros e ativistas da educação plural, com notório relevo no ensino superior, ante aos números modestos de negros (as) nos bancos acadêmicos, seja na graduação, e na pós, principalmente.

Imperioso notar que a norma em apreço é também genérica, ficando isso explícito quando nos deparamos com os termos “avaliar estratégias para a promoção do acesso”, sem uma referência sólida de como isso poderia ser materializado na prática.

Além da lei federal n.º 10558/02 retro aludida, outro marco legal está sublinhado na Resolução 1.369/2003 que, em linhas gerais, apontou diretrizes no sentido de que as universidades passassem a discutir em suas várias instâncias de poder e decisão, políticas de inserção de grupos sociais vitimizados em seus bancos, sendo que tais políticas tem como nome genérico o termo ações afirmativas.

Segundo documentos formais e registros da UNIFESP a discussão sobre reserva de vagas/cotas raciais foi contemplada na Ata da Reunião do Conselho de Graduação, sendo o debate datado de 19 de março de 2003 e, como uma das propostas, a criação de um GT (Grupo de Trabalho) objetivando definir a posição da universidade acerca de uma possível política de diversidade. (TOBIAS, 2014).

Após as etapas inaugurais, com a criação do tal GT e a discussão acerca das normativas balizadoras, apenas em março de 2004, numa reunião do Conselho Universitário é que foi apresentada uma proposta, relativamente concreta, para a eventual adoção de ações afirmativas pela UNIFESP, conforme disposição contida no documento referido.

Atentando para nossos objetivos na discussão deste capítulo, a proposta convencionada pelo Grupo encarregado de discutir o tema “Ações Afirmativas”, indicou um aumento de 10% (dez por cento) nas vagas, sendo tal percentual destinado aos ingressantes.

Ocorre que tal aumento percentual de vagas, independente da análise da pertinência, necessidade, oportunidade e/ou suficiência, deveria ser destinado aos candidatos pretos e pardos. Sublinhamos que para efeitos deste estudo agrupamos tais segmentos, pardos e pretos, na perspectiva do que pautam os movimentos sociais negros, que somam pretos e pardos e, tendo como resultado de tal soma, a categoria política intitulada negros.

Frisa-se que há divergências, teóricas e conceituais, no tocante a utilização da soma das categorias pardo e preto, que canalizam para uma terceira, negros, haja vista que tal nomenclatura não é utilizada pelo IBGE. Consideramos, porém, e por ora, adequada a utilização do termo “negros”, que inclusive está em consonância com o que adotam inúmeros (as) pesquisadores (as) das relações raciais.

Sustentamos essa ponderação relativa à junção de pretos e pardos, respaldados na análise de Santos, que nos trouxe à baila o seguinte:

Se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação destes dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante e desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros (...) a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agrega-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2002, p. 13).

Cabe sublinhar que o percentual reservado a pretos e pardos, de acordo com a proposta, deveria atender, também, ao pré-requisito de serem alunos (as) oriundos (as) de escolas públicas, porém, por ora, entendemos em nome da brevidade, que esta discussão é secundária para nosso propósito, visto que a esmagadora maioria dos (as) alunos (as) pretos e pardos (as) (negros no total), vem de escolas públicas, notadamente estaduais, em maior número e municipais, em percentual mais reduzido.

Daí, avançando na análise, inclusive do ponto de vista eminentemente matemático e estatístico, verificamos algumas questões quanto a essas vagas que seriam destinadas a estudantes negros (as), além do dado de que deveriam ser originários de escolas públicas.

Dentre as peculiaridades quanto ao processo de discussão que, ao fim e ao cabo, culminou com a adoção da reserva de vagas/cotas raciais na UNIFESP, identificamos 5 (cinco), destacando que foram condições estabelecidas e/ou “impostas” para que o sistema vingasse.

Há o dado concreto, também, que as condições tiveram o caráter *sine qua non*, ou seja, condições sem as quais o sistema de reserva de vagas/cotas raciais provavelmente não avançaria, sendo que tais condições representam as peculiaridades que pautaram a situação específica da UNIFESP, quais sejam:

1. A adoção das cotas raciais seria um projeto, diferentemente de uma política pública que se pretende, em princípio, definitiva.
2. Aumento do número de vagas.
3. As cotas deveriam atender (ser destinadas) a alunos (as) negros (as) de escolas públicas.
4. O aporte de recursos financeiros, também como pré-requisito, visando a manutenção dos (as) cotistas em seus respectivos cursos.
5. A extensão das vagas também para indígenas.

Quanto à questão de ser um projeto, segundo as deliberações consignadas nos documentos, tratou-se de “estratégia” a ser colocada em prática ante às resistências, sempre possíveis e, de certa forma, esperadas, de parte significativa da comunidade acadêmica, por vezes contaminada pelo senso comum e por um processo histórico consubstanciado na exclusão do grupo negro, sendo parte dessa comunidade refratária a qualquer proposta de ação afirmativa, principalmente quando voltada a negros (as).

Dentre os argumentos dos grupos resistentes, destacamos o constante reporte à meritocracia³⁶, pois, na visão dos segmentos contrários, o sistema de cotas afrontaria o princípio constitucional da igualdade, além da possibilidade do acirramento das tensões raciais.

Contudo Chalhoub, tratando das questões atinentes à meritocracia assim se manifesta, inclusive fazendo oposição ao conceito atribuído ao verbete nos dicionários:

A meritocracia como valor universal, fora das condições sociais e históricas que marcam a sociedade brasileira, é um mito que serve à reprodução eterna das desigualdades sócias e raciais que caracterizam a nossa sociedade. Portanto, a meritocracia é um mito que precisa ser combatido tanto na teoria quanto na prática. Não existe nada que justifique essa meritocracia darwinista, que é a lei da sobrevivência do mais forte e que promove constantemente a exclusão de setores da sociedade brasileira. (CHALHOUB, 2017, p.1)

³⁶ Segundo a versão on line do dicionário Aurélio de Português o verbete Meritocracia corresponde a “predominância dos que possuem méritos; domínio das pessoas que são mais competentes, eficientes, trabalhadoras ou superiores intelectualmente, numa empresa, grupo, sociedade, trabalho, etc. Modo de seleção cujos preceitos se baseiam nos méritos pessoais daqueles que participam: consegui o trabalho por meritocracia. Método que consiste na atribuição de recompensa aos que possuem méritos.”

Todo projeto, enquanto proposta pode ser equiparado a um “balão de ensaios”, não podendo ser encarado como uma política pública propriamente dita e, enquanto mero projeto, pode ser a qualquer momento, para além de revisto no tocante à rotas, objetivos e resultados, simplesmente abortado ou abandonado, antes do início ou durante o percurso.

No tocante ao aumento do número de vagas, isto se deu no importe de 10% (dez por cento), número este acrescido às vagas já programadas e existentes e oferecidas a quem reunisse as condições gerais para o possível acesso via ampla concorrência.

Partindo de mera proposta, devidamente consignada na Ata de Reunião do Conselho Universitário, a peculiaridade fica consubstanciada e estampada na “destinação” das vagas ampliadas, ou seja, seriam tais vagas destinadas a um grupo social específico, vulnerável e historicamente vitimizado, composto por pretos (as) e pardos (as), segundo a conhecida classificação do IBGE.

Esta proposta, reduzida a termo num documento formal/oficial da UNIFESP, salvo melhor juízo, é reveladora do quanto o tema cotas raciais é polêmico e emblemático, estimulador de discussões acaloradas e indicativo não apenas do árduo caminho percorrido, mas também do quanto ainda há que se avançar, com todas essas nuances e percalços.

Analisando a “letra fria” e termos da Ata do Conselho podemos adotar como parâmetro e objetivamente inferir que a condição sine qua non, ou seja, sem a qual, haveria a reserva de vagas/cotas raciais, foi o aumento de vagas nos cursos de graduação da universidade em questão.

Quando se aumenta o número de vagas, como condição, e se destinam essas vagas a um segmento social, é também como se estabelecer duas possíveis portas de entrada, sendo imperiosa, para alguns (as), a fatídica lembrança da entrada via “porta social” e da entrada via “porta de serviço”, típicas do racismo à brasileira.

Em sendo colocadas as coisas de tal maneira, seria e é compreensível, quiçá por um entendimento tangencial, que algumas pessoas prefiram concorrer pelo sistema universal,

mesmo fazendo jus às cotas raciais, em razão de essas duas hipotéticas portas de entrada estarem irremediavelmente apartadas entre si.³⁷

Mais do que o puro e elementar raciocínio matemático e percentual, pretos e pardos não concorreriam, a não ser que optassem por isso via sistema universal, ao total de vagas já existentes, mas sim a um montante de 10%, acrescido ao número total de vagas totais, porém “exclusivamente” reservado a esse segmento social.

Em princípio, não haveria oposição quanto ao estabelecido como condição, diga-se, porquanto o aumento de vagas no ensino superior, principalmente público, é sempre oportuno, pertinente e bem vindo, porém, tais vagas poderiam, hipoteticamente, ser ampliadas e, a parti daí, do número total após a ampliação, haver a reserva/cotas.

A outra condição pré-estabelecida foi contemplada na Ata da Reunião do Conselho Universitário, datada de 14 de abril de 2014, sendo que a pauta tinha como meta única e exclusiva deliberar sobre a adoção de políticas de ações afirmativas no âmbito da UNIFESP e, tal condição, seria a obtenção de financiamento e aporte de recursos que viriam do Ministério da Educação – MEC.

Afirmamos, pelo narrado, que pretos e pardos seriam considerados e contemplados no eventual processo de inserção na universidade, mediante a chegada de recursos, apenas e tão somente observada tal condição, peculiar, diga-se, sendo que podemos pontuar, em última análise, que uma política pública de inclusão, sendo tal inclusão em condições de igualdade/paridade poderia, eventualmente, não estar sujeita a isso, aporte de capitais e recursos financeiros.

Entendemos que o processo foi pautado, por paradoxal que pareça, pela falta de espontaneidade, haja vista que a reserva de vagas/cotas raciais não foi concebida e implementada de modo incondicional. Suplementação e aporte de recursos, comumente escassos num setor estratégico como a educação, para as pretensões de um país que se almeja plural, é sempre bem vinda, porém, e salvo melhor juízo, há que ser de modo incondicional,

³⁷ Na discussão da análise dos dados pesquisados isso é abordado de modo mais contido.

com a adoção de cotas, mesmo com os modestos recursos financeiros existentes até então, ou até a ocasião.

O quinto ponto peculiar se refere à questão da inclusão de indígenas. Para este estudo não nos ateremos a esse ponto, em primeiro por, obviamente, não ser o norte da pesquisa e, em segundo, pela percentagem ínfima, numericamente falando, de indígenas na população brasileira³⁸.

Considerando a dinâmica das transformações em sociedade que impõe, via de consequência, as constantes, e em geral necessárias alterações das legislações, sempre lembrando que a lei tem o escopo de acompanhar a realidade social, a Lei de Cotas, Lei Federal n.º 12.711/2012 já foi alterada, sendo que as pessoas com deficiência foram acopladas aos grupos compostos por pretos, pardos e indígenas, estando tal alteração abarcada na Lei Federal n.º 13.409/2016, publicada em 28 de dezembro de 2016.

Os apontamentos formulados se dão como observação crítica, até em função de ser louvável e digno de nota o fato da UNIFESP passar a discutir e ao final aprovar e implementar o sistema de acesso via cotas raciais.

Com isso, se faz imperioso o destaque de que, como em geral ocorre em casos similares, o processo foi pautado pela mediação e contradição, vislumbrando duas das categorias nucleares do materialismo dialético, sendo a contradição indicativa de que, como as coisas não são permanentes, podem ser alteradas e, ao final superadas. Já no tocante à mediação, os atores envolvidos são os mediadores que atuam, e via de consequência, praticam ações transformadoras de uma realidade social existente.

Contradição e mediação estiveram presentes em todo o processo envolvendo as cotas raciais na UNIFESP e, certamente, o processo não se encerra ou se esgota, haja vista inclusive que, por estarem as cotas vinculadas a fenômenos históricos, e é processo sempre provisório, transitório, talvez até precário e, como há necessidade de revisões, estas sempre estão e estarão em pauta, até em função de a Lei de Cotas prever as tais revisões periódicas.

³⁸ A atual população indígena brasileira, segundo dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 896,9 mil indígenas. De acordo com a pesquisa, foram identificadas 305 etnias, das quais a maior é a Tikúna, com 6,8% da população indígena. Obs. Informação obtida no portal do governo brasileiro, <http://www.brasil.gov.br>, sendo o acesso em 11 de outubro de 2017.

Capítulo 3.

Pauta Antiga e Cara aos Movimentos Sociais Negros Brasileiros.

Quanto às cotas raciais, embora seus debates mais acirrados sejam relativamente contemporâneos, são discutidas já há algumas décadas no Brasil e, além disso, também destacamos o pioneirismo da UNIFESP, no estado de São Paulo, quanto à adoção de cotas raciais, dentre as universidades públicas presentes no estado.

Ainda quando ao estado de São Paulo, apontamos também que a USP apenas recentemente resolveu adotar as cotas raciais, após muitas discussões, mobilizações e protestos, contrários e favoráveis ao sistema em suas instâncias administrativas e fora delas, porém sendo a universidade pública derradeira em São Paulo a “se render” a essa modalidade específica de ação afirmativa.

A partir de 2017, inclusive, a USP passou a admitir nos seus quadros acadêmicos, além dos (as) ingressantes através do seu exame vestibular tradicional, alunos (as) que se submeteram ao ENEM e a consequente classificação via SISU.

Porém, o Professor Hélio Santos, inclusive em artigo publicado em vários portais³⁹, nos traz luz sobre um aspecto relevante desse processo, inclusive do ponto de vista histórico, e até como redenção da própria USP, pelo menos quanto às discussões e os marcos de tempo que antecederam, finalmente, a adoção das cotas nesta instituição:

Em meados dos anos 1990, antes de qualquer outra universidade do país, a USP tomou a iniciativa de criar uma comissão para discutir o tema das Políticas Afirmativas para negros. Recordo-me bem que dela, com certeza, 3 negros faziam parte: o doutor Kabengele Munanga, então professor da FFLCH-USP; eu, ex-aluno da universidade; e um carioca recém-chegado, Celso Pitta, economista, à época Secretário de Finanças da Cidade de São Paulo. A comissão pioneiramente criada se evaporou e a negativa à adoção das Cotas Raciais passou a ser um mantra repetido por mais de 20 anos.

Passeamos também, ainda que sucintamente, pela reflexão do militante antirracista e ex-parlamentar brasileiro, Abdias do Nascimento que, já nos anos 50 e 60 do século passado

³⁹ Matéria publicada no portal Brasil de Carne e Osso, em 11 de julho de 2017, (<https://brasildecarneosso.com/author/brasilco/>) - acessado em 17 de fevereiro de 2018.

vislumbrava não apenas a possibilidade, mas a necessidade da adoção de políticas afirmativas para negros (as) e cotas raciais de modo específico e direcionado a esse segmento.

Além de datarem de décadas, as reivindicações protagonizadas pelos movimentos sociais negros não ficaram circunscritas meramente ao campo do combate ao racismo e às discriminações, principalmente a partir da redemocratização do país, na década de 80 do século passado.

Convencidos e instrumentalizados pela realidade que sempre apontou, especialmente na prática cotidiana, que legislações e outros dispositivos legais meramente repressivos não eram ou foram suficientes e eficazes para a superação do estado de coisas, militantes dos movimentos sociais negros e ativistas antirracismo começaram também a pautar suas ações e ingerências na perspectiva da adoção de políticas de promoção da igualdade racial.

Esse pleito das cotas raciais foi gradativamente ganhando corpo e hoje é uma realidade, com notada relevância na educação, porém ainda insuficiente, é importante afirmar, mas é revelador de que as lutas protagonizadas pelos movimentos sociais negros geraram alguns frutos.

Aos poucos, o clamor por transformações, por vezes mais restrito às lideranças negras e militantes da educação, foi sendo pulverizado para outros setores, e novos (as) atores (as) sociais foram abarcados nas demandas por ações concretas, inclusive institucionais, porém não sem ressalvas e oposições diversas. Quanto ao modo como as coisas se davam e, de certa forma ainda se dão, Moura nos aponta a seguinte reflexão:

O monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber, é também o monopólio do poder. É preciso, então, na medida em que democratizemos esta sociedade, tenhamos condições de abrir os leques democráticos, não apenas econômicos e políticos, mas também culturais. (...) Essa produção precisa ser também considerada pluralisticamente como pluralista é a cultura brasileira. (MOURA, 1994, p.187).

O acesso de negros (as) às academias, desenvolvendo pesquisas e estudos atrelados às desigualdades raciais também contribuiu e contribui sobremaneira para, não apenas elucidar questões, principalmente no tocante aos dados empíricos coletados, como para indicar caminhos a serem trilhados visando a promoção da igualdade, propondo medidas pontuais e

emergenciais como as cotas raciais, além da contínua atenção aos aspectos universais. Heringer (s/data) nos traz que:

A maior parte daqueles preocupados com a redução das desigualdades sociais no Brasil hoje têm no aspecto da ampliação das oportunidades educacionais uma das principais estratégias para alcançar estas mudanças. (...) Sabe-se que a redução das desigualdades educacionais não será alcançada apenas com a adoção de medidas de um ou outro tipo, mas devem ser buscadas tanto através de melhorias das condições educacionais como um todo como através de programas específicos para grupos mais afetados pela desigualdade. (HERINGER, p. 22/25)

Quando a professora referida faz referência explícita à ampliação das oportunidades educacionais, temos que tal raciocínio está umbilicalmente atrelado à adoção de políticas públicas afirmativas, inclusive na modalidade de cotas raciais.

É sabido também que ao se atingir um objetivo, depois de muitos embates, no caso em tela a aprovação da Lei de Cotas, após o reconhecimento formal do STF quanto a sua constitucionalidade e legalidade, sempre há a possibilidade de certa desmobilização e arrefecimento de ânimos.

O professor Hélio Santos, em entrevista concedida ao portal Afropress, e reproduzida no sítio da Fundação Cultural Palmares em 08 de agosto de 2006, respondendo a questionamento sobre os obstáculos de lideranças negras não apenas para chegar, mas, fundamentalmente, permanecer nos espaços de poder, assim se pronunciou:

Por incrível que possa parecer à primeira vista, o maior problema é essa liderança negra continuar a ser efetivamente voltada para os interesses da população negra – o que muitas vezes não acontece. Muitas são as armadilhas e muitos, gostosamente, se comprazem na posição do “já ganhei”; na verdade uma rendição. Na academia, por exemplo, há intelectuais negros. Todavia, nem todos são negros intelectuais. Isto é, nem todos têm foco pensar e deslindar a centopeia de duas cabeças que vem a ser a questão negra no Brasil – complexa, dissimulada e inercial.

Pelo raciocínio reproduzido, afirmamos que a possível sedução da chegada a um espaço “privilegiado” como a academia, além de outras searas de poder, não pode, ou deve, desvirtuar os (as) ingressantes negros (as), a ponto de ignorarem o processo histórico de opressão racial que os (as) atingiram, e continua a atingir negros, negras e seus (as) descendentes no Brasil.

Moura (1994), também faz um incisivo alerta quanto a isso:

Surgem naqueles pequenos grupos que, descartando a alternativa de conseguir mobilidade social de forma massiva, através de movimentos de mudanças sociais globais (revolucionárias) optam pela solução individual, e, a partir do seu patamar pessoal, familiar ou profissional, procuram atingir níveis mais elevados, estes sequer sonhados pelos segmentos negros marginalizados. (MOURA, 1994, p. 214/215).

Com relação a caminhos trilhados e ainda a ser percorridos, Hélio Santos sinaliza quanto a única novidade no horizonte político, as ações afirmativas, e a necessidade absoluta da inclusão do grupo social negro:

A única novidade no opaco horizonte político brasileiro são as ações afirmativas para a população negra. O resto é coisa requentada dos últimos 30 anos: controle da inflação, desenvolvimento míope, corrupção, remessa de grana para longe dos investimentos produtivos, aparteidismo e anestesia moral. (...) Não temos saída fora da ousadia. Ninguém é bobo de confundir ousadia com irresponsabilidade. Ousar é trazer o que o que ainda não foi feito. É engendrar novas possibilidades. É incrível como o ser humano busca toda a parafernália da tecnologia, mas tem medo de inovar no que há de mais banal em seu comportamento. Como a cidadania negra é uma grande “novidade” no Brasil; vamos maximizar essa realização: tolerância zero para a exclusão racial.⁴⁰

Os movimentos negros, advindos das resistências e combate às capturas em África, consideradas as expansões marítimas, no caso brasileiro com espacial relevo à expansão portuguesa e, posterior e concomitantemente o regime escravocrata instaurado principalmente a partir do século XVI, seguido pela opressão racial e racismo pós-abolição, plantaram sementes que germinaram e floresceram, cujos frutos se revelam nas cotas raciais, também, mas não somente.

Mesmo que pareça lugar comum, e trazidas ao bojo da discussão às questões e circunstâncias históricas, pontuamos que, simbolicamente, as cotas raciais já foram trazidas, enquanto gérmen ancestral e reivindicação contemporânea atual, nas fétidas e insalubres embarcações que cruzaram o Atlântico, num sequestro de seres humanos sem paralelo na história humana.

Respondendo a questionamento acerca da transitoriedade e prazo das cotas raciais, bem como tendo o modelo como uma saída de emergência, o Professor Hélio Santos em entrevista publicada no portal questionadora.blogspot.br assim ponderou:

⁴⁰ Portal questionadora.blogspot.br, 24 de abril de 2009. Acesso em 06 de março de 2018.

As políticas de ação afirmativa são emergenciais, não devem durar mais do que 30 anos, que é o tempo para se reduzir o fosso social – que na verdade é quase exclusivamente racial. Aí, poderemos ter uma sociedade mais homogênea, com oportunidades mais iguais. Temos de admitir que somos um mosaico e que somos mais ricos por isso.⁴¹

Observando o alerta de Hélio Santos, é sempre preciso sublinhar que a própria lei de cotas prevê prazos de avaliações periódicas, não sendo as cotas, portanto, pelo menos em tese e princípio, algo pétreo.

A lei de cotas acabou por vir no bojo da decisão da Suprema Corte brasileira, haja vista que o STF se manifestou de modo peremptório, sendo que a manifestação se deu mediante provocação de segmentos sociais contrários às tais cotas e, por óbvio, não podemos perder de vista que a provocação foi feita de modo legítimo considerando que todos (as) têm o direito assegurado de provocar o poder Judiciário, poder este que em princípio atua mediante a tais provocações, não podendo se escusar de se pronunciar a respeito de qualquer tema que seja submetido a ele, por mais espinhoso ou polêmico que seja.

Convém também sublinhar que a demanda levada à Suprema Corte estava atrelada à Educação, enquanto direito constitucionalmente assegurado e, fundamentalmente o direito de grupos sociais que, de um lado se sentiam afrontados com as cotas raciais e, de outro, aqueles que se sentiam contemplados por tais cotas e, como o antagonismo se revelou inconciliável, a Suprema Corte encerrou a questão.

Em linhas gerais, os setores que foram buscar a tutela jurisdicional do Supremo, entendiam que as cotas raciais, além de afrontarem o princípio constitucional da igualdade, seriam um acinte à meritocracia que, em tese, garantiria as vagas aos que se revelassem mais aptos e preparados, independente dos componentes sócio/racial ou econômico

Não entraremos no mérito e meandros da ação propriamente dita, até em função de este não ser o norte do estudo, mas, pontuando brevemente, a ação proposta foi uma ADPF, Ação de Descumprimento de Preceito Constitucional, instrumento processual contemplado no ordenamento jurídico pátrio, e hábil a esses casos.

⁴¹ Entrevista publicada no respectivo portal em 24 de abril de 2009. Acesso em 06 de março de 2018.

Como a Suprema corte, de modo unânime reconheceu a legalidade/constitucionalidade das cotas raciais, os grupos contrários, por mais que manifestassem sua contrariedade, sucumbiram sem a possibilidade de novos questionamentos e ações, pelo menos por enquanto.

Ressaltamos, contudo, que não se pode perder de vista que a própria Lei de Cotas, n.º 12.771/12, em seu artigo 7º prevê a revisão periódica, sendo o prazo indicado de 10 anos a partir da data da publicação e, como a data do início de vigência é 29 de agosto de 2012, a tal revisão necessariamente virá a partir de 2022, ou seja, o prazo se avizinha.

Há o dado, porém, que nem a Lei de Cotas, como a Lei 13.409 de 2016, que alterou o artigo 7º aludido, não estabelecem como será a revisão, critérios, metodologia, corpo de análise, etc., bem como os passos a serem trilhados a partir daí.

O que se tem de significativo quanto ao que se antecedeu à decisão do Supremo, é que grande parte dos movimentos sociais negros, ante aos debates e antagonismos ferrenhos, sem qualquer perspectiva de conciliação, ansiava para que o Tribunal por fim se manifestasse.

Isso muito em função da composição ocasional do Supremo, composta por ministros (as) se não incisivamente favoráveis às cotas raciais, pelos menos com inclinação inequívoca quanto à diversidade, de um modo genérico.

Há que se considerar, portanto, que não apenas o momento em que a ação chegou ao STF, mas fundamentalmente os momentos em que foi pautada e, ato contínuo, julgada, foram oportunos, na perspectiva dos movimentos sociais negros.

A partir daí algumas ponderações se apresentam no tocante a dualidade Igualdade Formal em oposição à Igualdade de Resultados ou Material e quanto a isso, entendemos que o Estado deve, sim, adotar uma postura de intervir, inclusive criando normas, com vistas à promoção da igualdade, seja através de legislações ou outros meios que sejam válidos para tanto.

Para efeito de análise, consideramos o Estado em seu sentido lato, considerando-se as três esferas de poder, as divisões federativas, e as instâncias que, em última análise, fazem

parte desse ente estatal genérico e amplo, como as universidades, sejam federais ou estaduais, por exemplo.

Vale a assertiva de que os meios⁴² são vários, não podendo portanto as autoridades públicas se eximirem de sua responsabilidade, principalmente porque é o que se espera e o que se cobra dessas autoridades, ou seja, uma postura proativa e não de meras expectadoras.

Também pontuando acerca das várias possibilidades de ações que se apresentam, bastando portando a chamada vontade política, Gomes assim nos alerta:

Mas as políticas públicas afirmativas não devem se limitar à esfera pública. Ao contrário, devem envolver as universidades públicas e privadas, as empresas, os governos estaduais, as municipalidades, as organizações governamentais, o Poder Judiciário, etc. No pertinente às técnicas de implementação das ações afirmativas, podem ser utilizados, além do sistema de cotas, o método do estabelecimento de preferências, o sistema de bônus e os incentivos fiscais (como instrumento de motivação do setor privado). Noutras palavras, ação afirmativa não se confunde nem se limita às cotas. (GOMES, 2002, p. 142).

As possibilidades vão se somando, sendo certo, por exemplo, que o próprio formato do PROUNI é uma modalidade afirmativa que traz no seu bojo aspectos fiscais, especificamente renúncias fiscais que contemplam o setor privado, sendo a contrapartida as vagas ofertadas em cursos superiores para negros (as) e outros segmentos sociais.

Embora em princípio isso possa ou deva ser entendido como benéfico, já que muitas pessoas apenas tiveram a possibilidade de ingresso no ensino superior mediante o PROUNI, há sempre os lados passíveis de questionamento. Um dos entrevistados, inclusive, trouxe-nos este alerta quando afirmou que o próprio capitalismo está se moldando a essas reivindicações sociais, e conseguindo lucrar com isso. (Rudo). Conforme acostado nas entrevistas.

Praticamente ninguém em sã consciência cometeria o desatino de afirmar que muitas das instituições privadas de ensino, ao aderirem ao PROUNI, teriam prioritária e unicamente as questões filosóficas da educação como meta, aliás, faz-se necessário indicar que várias instituições, como não poderia deixar de ser pela lógica do capital que move o país, objetivam apenas e tão somente o lucro, inclusive através da administração de universidades privadas.

⁴² Meios que tem como fim atingir a substancialidade dos direitos formais.

Aí se faz nítida a perspectiva da mediação contemplada no método dialético marxista, havendo a participação do poder público, enquanto agente que promove a renúncia fiscal, o setor privado que oferta as vagas nos cursos superiores, com a condição de abatimentos nos seus compromissos com o fisco e, por fim, estudantes aos quais poderia não restar alternativa, inclusive ante a escassez de vagas nas universidades públicas.

Embora no Brasil haja uma série de normas que ainda careçam de materialidade efetiva, nos reportamos de modo singular à Lei de Cotas Raciais, que objetivamente versa sobre acesso de negros (as) na educação superior, em âmbito federal, mediante a chamada reserva de vagas/cotas.

Nesse sentido neste capítulo, nos vêm algumas reminiscências das entrevistas, oportunamente analisadas no capítulo específico, que trazem questões quanto a essa materialidade tão almejada, que seria/será consubstanciada, quiçá, em políticas eficazes de permanência, no plano ideal, ou seja, ultrapassando o ingresso, e que sejam formatadas condições mínimas de permanência e, via de consequência, que os (as) estudantes possam concluir os cursos.

A materialidade das cotas, ainda que não plena, se faz presente em grupos sociais outros, mesmo que não negros, conforme preleciona o ativista e professor Hélio Santos⁴³:

Graças à luta por cotas raciais, hoje no Brasil, os brancos que vêm da escola pública e de “família carente” têm direito às cotas sociais nas universidades. Estive com o ativismo negro pessoalmente nessa batalha. Trata-se de um subproduto legítimo das luta racial e não de editoriais que contemplam os acontecimentos da cena nacional.

Pelo raciocínio constata-se que as batalhas empreendidas para que negros (as) tivessem mais possibilidade de acesso às academias beneficiaram também os brancos e outros grupos, sendo que muitos dos quais, diga-se, jamais lançaram mão de esforços no sentido de contribuir para essa conquista que se relevou/revela coletiva. Temos nesse caso a tão almejada substancialidade, para além do mero formalismo.

⁴³ Entrevista publicada no portal “Brasil de Carne e Osso”, sob o título “Cotas Raciais na Usp”, em 11/07/2017. Acessado em 19 de fevereiro de 2018.

Para que o direito se torne efetivo na prática, as gestões devem ser atreladas a um presente, na medida em que o gozo e fruição de direitos demandam isso. Fanon, à guisa de reflexão quanto a essa perspectiva nos preleciona o seguinte:

Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro. E esse futuro não é cósmico, é o do meu século, do meu país, da minha existência. De modo algum pretendo preparar o mundo que me sucederá. Pertencço irredutivelmente à minha época. E é para ela que devo viver. O futuro deve ser uma construção sustentável do homem existente. Esta edificação se liga ao presente, na medida em que coloco-o como algo a ser superado. (FANON, 2008, p. 29).

Em sendo as cotas raciais uma realidade, pelo menos do ponto de vista formal, nas universidades federais e institutos federais de educação, permanecem as contingências para o término dos cursos/formação das mais diversas, com especial relevo para as políticas de permanência, por vezes precárias ou insuficientes.

Especificamente no tocante à possível substancialidade das conquistas formais, devemos nos reportar ao caso da Universidade de São Paulo – USP, mesmo ressalvada a condição de, por ser uma universidade estadual, não estar sujeita da Lei de Cotas, que disciplina o acesso apenas às academias federais.

Em matéria de grande repercussão, publicada no portal G1 em 28 de janeiro de 2018, e subscrita por Ana Carolina Moreno e Luiza Tenente, a manchete com o título “*Com notas mínimas de até 800 pontos, cursos da USP no Sisu ficam fora do acesso de estudantes cotistas*” explicita, cabalmente, as dificuldades em se dar substância ao mero formalismo.

Nesse sentido também, a crítica que pode ser feita é que, no tocante às Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, com a possibilidade do acesso via cotas raciais, previsto em lei, mas sem políticas efetivas de permanência, o formalismo pode não se revelar materializado, assim como a USP, aderindo ao SISU, porém estabelecendo notas inatingíveis para os (as) cotistas, também obsta que a possibilidade de acesso, formalmente admitida através do SISU, mas materialmente inalcançável, pelas notas exigidas pela universidade citada.

Vale a pena a reprodução de um breve trecho introdutório da matéria, para que fique bem ilustrado do que se fala:

Estudantes esperançosos em conseguir uma vaga em cursos da Universidade de São Paulo (USP) pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), principalmente pelas cotas de escola pública (EP) e raciais (PPI), se depararam neste ano com exigências de notas mínimas tão altas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que, em alguns casos, houve menos candidatos inscritos do que vagas oferecidas. Levantamento feito pelo G1 mostra que, desses 170 cursos, 59 exigiam nota mínima de 600 pontos em pelo menos uma das provas (matemática, ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e redação). Cinco deles ficaram sem notas de corte parciais porque, segundo o próprio Sisu, não havia número suficiente de candidatos para que o cálculo fosse feito.

Transformar, ainda que paulatinamente, o formalismo (lei) em algo substancial e palpável (concretude prática da lei), é um desafio ainda posto, especialmente para os segmentos sociais destinatários da lei, mas também para todo o corpo social.

Considerando que a pauta das cotas raciais, para além de antiga continua absolutamente atual, haja vista inclusive as previsões de avaliações periódicas, cabendo aos (às) ativistas da educação plural e aos movimentos negros organizados, especial atenção quanto a isso, finalizamos este capítulo com uma frase lapidar do Professor Marcos Bagno que diz: “*A luta não continua: é contínua, porque nunca parou.*” ⁴⁴

⁴⁴ Marcos Bagno é professor da Universidade de Brasília e a frase reproduzida é de um artigo intitulado *Falar e fazer falar*, publicado na última versão impressa da revista Caros Amigos, Edição n.º 248, em dezembro de 2017.

Capítulo 4.

Procedimentos Metodológicos.

Tendo como alicerce os fundamentos que sustentam a pesquisa de caráter qualitativo, o objetivo nuclear deste estudo foi investigar as eventuais razões pelas quais estudantes negros (as) optam pelo ingresso na universidade por meio do sistema universal, abrindo mão da possibilidade via reserva de vagas/cotas a qual fariam jus em função do seu pertencimento racial.

Deste objetivo central nasceram outros objetivos específicos surgidos não a priori, mas no decorrer do trabalho de campo, quais sejam:

- Identificar como os (as) estudantes se autodeclaram e compreendem o sistema de cotas raciais;
- Compreender como se dão as relações entre alunos (as) negros (as) e não negros (as) na universidade;
- Identificar como se operam as relações entre alunos (as) negros (as) cotistas e alunos (as) negros (as) não cotistas;
- Investigar como os (as) estudantes compreendem o acesso à universidade via Cotas Raciais;
- Averiguar a existência de preconceitos e comportamentos discriminatórios no interior da universidade;
- Verificar especificidades com relação à permanência e trajetórias individuais de formação dos (as) estudantes na universidade.

Quanto às questões de metodologia, preliminarmente cumpre asseverarmos que o estudo teve conotação eminentemente qualitativa o que, em última análise, contempla a dimensão do subjetivo, sendo que a opção decorreu em virtude de permitir a tentativa de elucidação das vivências dos (as) estudantes, objetos e sujeitos, suas percepções e opções, além das razões norteadoras das escolhas. Nesse sentido, muito além de meramente contabilizar numericamente, entendemos adequado e oportuno assimilar e analisar o que pensam e comportamento do grupo/recorte social/racial em estudo, em função da opção que fizeram.

Assim sendo, o número relativamente reduzido/restrito de entrevistados (as) restou justificado, haja vista as escolhas feitas pelos (as) estudantes, o objetivo de tentar elucidar as razões das opções, bem como a perspectiva participativa do pesquisador.

No tocante à pesquisa qualitativa Godoy (1995) aponta que ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos, sendo que o mesmo autor versa que:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo essa perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. (GODOY, 1995, p. 21).

Nos reportando ao método, Paschoal (2001) indica que o mais conhecido é aquele que o toma a partir de sua raiz etimológica (...) para expressar a ideia de caminho, e narra o autor:

A partir da constatação de que método e resultado não se separam, a opção por um método passa a configurar-se como uma decisão tão importante quanto a escolha do objeto da pesquisa. Pode-se mesmo dizer que, em ambos os casos, trata-se da mesma escolha, uma vez que os resultados pretendidos não podem ser dissociados do método escolhido. (PASCHOAL, 2001, p. 3).

Fundamentalmente o labor contemplou a pesquisa bibliográfica, análise de documentos, especialmente as leis e outras normas administrativas, as entrevistas, e um questionário norteado pelo mesmo roteiro de entrevistas, sendo certo que partimos da hipótese de que, talvez, alguns (as) estudantes ainda não se apropriaram devidamente da legislação que abarca as cotas raciais, bem como as normas administrativas pretéritas à adoção da Lei de Cotas.

Além disso, foi considerada a hipótese de alguns (as) optarem por evitar ter a marca/status de cotista em seu currículo acadêmico, como se houvesse alguma ressalva ou restrição diante de um direito previsto em lei.

Havia a perspectiva também que, em não sendo problematizado o status de ser acadêmico (a) da UNIFESP, ingressando na universidade pelo sistema universal, em detrimento da concorrência via cotas raciais, alguns estudantes poderiam reproduzir e

reverberar algumas posições contrárias às cotas, com o dado relevante de tais posições eventualmente partirem de negros (as).

A título de base e aporte teórico, adotamos o materialismo histórico dialético, entendendo como método científico pertinente para a investigação que se pretendia, até em função das inúmeras e variadas tensões e contradições abarcadas nas discussões acerca da reserva de vagas/cotas raciais.

É sabido que os estudos de Marx são calcados numa perspectiva de classe, genericamente falando, e não de raça, porém, é notório outrossim que, quanto à classe, os (as) negros (as) estão, ainda hoje, nas classes mais populares e socialmente desprestigiadas, sendo os (as) mais pobres dentre os pobres e, assim sendo, e salvo melhor juízo, entendemos que os escritos de Marx cabem neste estudo, enquanto aporte teórico. Souza (1990), tratando de raça e classe, assim se posiciona:

Nas sociedades de classe multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante. (SOUZA, 1990, p. 20)

Nessa mesma perspectiva Turmena e Azevedo (2013) também nos trazem algumas reflexões acerca do método, sendo que pontuamos que o modo de produção, bem como as relações advindas desse modo, contemplam a população negra que, em linhas gerais, está e sempre esteve na base das classes ditas populares:

Investigar a base econômica do modo de produção capitalista e sua superestrutura onde ambas se articulam dialeticamente, pela ótica materialista, é uma tarefa desafiadora. Remonta ao uso do Materialismo histórico-dialético de Marx, bem como as categorias que o engendram, que são imprescindíveis para desvendar a essência do real na perspectiva de transformação social sob a ótica de opção da classe trabalhadora, pelo fato de esta representar a contradição da sociedade capitalista. (TURMENA e AZEVEDO, 2013, p. 4)

Na perspectiva de Ianni, os clássicos do marxismo, Marx, Engels, Lênin, Trotski e Gramsci, não lidaram com a problemática racial; ou a questão racial nos seus escritos aparece em segundo plano. (IANNI, 1988, p. 181). Porém, ainda segundo o mesmo autor, a questão foi pautada como substrato:

É possível dizer que o pensamento marxista sempre lidou com a questão racial, ao discutir alguns problemas importantes como a questão nacional, o colonialismo, o imperialismo e as classes sociais. Sempre que o pensamento marxista discute esses temas, em alguma medida está discutindo o problema racial. (...) A discussão de Marx e Engels sobre a questão nacional, ou seja, como se forma a nação, é uma discussão que sempre põe em causa a composição étnica desses países (...) Ao estudar a questão nacional e, portanto, como se forma a nação, esses autores estão pensando também a questão étnica e racial. (IANNI, 1988, p. 182).

Com isso, entendemos que a relação dialética se faz presente nas discussões que tratam das cotas raciais quando consideramos todo e parte, e inferimos que o todo, em princípio e no caso, estaria ligado ao sistema de acesso universal à educação superior, principalmente nas universidades públicas, sendo a reserva de vagas/cotas raciais a parte desse todo que, por óbvio, dialogam, e geralmente de forma tensa, ensejando mediação ante as contradições.

Segundo Turmena e Azevedo (2013) esta relação do todo com as partes e vice-versa se dá através da mediação. Os autores ainda ponderam que:

É óbvio que para conhecer um determinado objeto se torna necessário fazer uma cisão no todo, isolando alguns fatores particulares. Contudo, esta cisão é apenas um recurso teórico/metodológico para delimitação e análise do problema a ser investigado. (...) Nesse sentido, é possível estudar até as ínfimas relações ente o todo e as partes, (...) a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos (...) e desvendar o conjunto de relações que se estabelece para a superação da aparência. (TURMENA e AZEVEDO, 2013, p. 5).

Autores (as) diversos (as) ainda se debruçam sobre as questões envolvendo raça e classe com base nos estudos dos teóricos do marxismo, e dos próprios precursores do chamado socialismo científico, Marx e Engels. Buonicore (2007), por exemplo, versa sobre a existência de grande confusão no seio das organizações da esquerda em torno do movimento negro ou antirracista, pelo pouco desenvolvimento dado ao tema pelos clássicos do marxismo. No entanto, o mesmo autor preleciona que:

A “questão racial”, em geral, apareceu nos primeiros estudos marxistas embutida - como subproduto - na questão colonial e nacional; ou seja, no estudo da dominação do imperialismo sobre os países africanos, asiáticos e latino-americanos. (Buonicore, 2007, p. 43).

E ainda fazendo referência a Marx e Engels, Buonicore considera que:

Mesmo depois da década de 1860 é possível ainda constatar na obra de Marx e Engels expressões que refletem preconceitos. Eram resquícios de ideologias e teorias antigas que, no essencial, já haviam sido superadas por eles. Apesar dessas expressões limitadas e infelizes, foram eles que lançaram, ainda na segunda metade do século XIX, as sólidas bases teóricas que permitiram a construção de uma concepção e de uma política anti-imperialista e antirracista no século XX. (Buonicore, 2007, p. 46).

Ainda nessa perspectiva, abordando as nuances entre colonialismo e racismo, preleciona Fanon: “Quando um preto fala de Marx, a primeira reação é a seguinte: “Nós vos educamos e agora vocês se voltam contra seus benfeitores. Ingratos! Decididamente não se pode esperar nada de vocês.” E depois há ainda este argumento-porrete do empresário agrícola europeu na África: “Nosso inimigo é o professor.” (FANON, 2008, p. 48).

Quanto às obras nacionais, Ianni indica que no caso do Brasil, os escritos de inspiração marxistas não são muitos, citando a título exemplo, dentre outros, Clóvis Moura, Joel Rufino e Florestam Fernandes (IANNI, 1988, p. 186). E acrescenta o autor:

Não há dúvida de que há uma dimensão importante na questão racial que tem a ver com a sociedade como um todo. Seria ilusório, seria correr o risco de uma abordagem culturalista, imaginar que o racial pode ser tratado autonomamente, independentemente de outros problemas que com ele se imbricam. Na verdade há um desenvolvimento na sociedade como um todo, compreendendo as classes, religiões, implicações culturais. E esses autores estão pensando a história do Brasil inspirados na abordagem dialética, tendo em vista compreender vários problemas, inclusive o racial. Aqui se coloca outra vez o impasse da escravidão brasileira, da abolição, da democracia racial no Brasil e de outros dilemas. Essa historiografia e as contribuições de inspiração marxista ajudam a enriquecer esse debate. (IANNI, 1988, p. 186/187).

As cotas raciais formam algo singular, sendo espécie do gênero ações afirmativas e, tal singularidade, não pode ser dissociada do universal e, a partir daí, advém as mediações atreladas a um fenômeno cultural historicamente pautado pelas exclusões. Oliveira (2001) nos mostra que: “A relação dialética singular-particular-universal é fundamental e, enquanto tal, indispensável para que se possa compreender essa complexidade da universalidade que se concretiza na singularidade, numa dinâmica multifacetada, através das mediações sociais - a particularidade”. (OLIVEIRA, 2001, p. 2)

O sistema de acesso às universidades públicas sempre foi calcado pela “aparência”, sendo que essa aparência estaria vinculada à justiça do processo, numa perspectiva imediata, contudo, as discussões sobre a promoção da igualdade, de certa forma vieram para

“questionar” essa aparência de justiça, sendo a dialética um instrumento importante nesse processo.

Quando nos referimos a essa aparente justiça, confrontamos o dado de que nem todos partem do mesmo ponto, havendo portanto uma assimetria com relação a esse ponto de partida. Talvez a melhor ilustração quanto a isso tenha sido a de Lyndon Johnson, quando asseverou em 1965, momento da turbulência das discussões sobre os direitos civis nos Estados Unidos: “Não é possível colocar dois homens na mesma corrida, tendo um deles ficado acorrentado durante séculos, dar a largada e acreditar que ambos tenham as mesmas chances de vencer a prova.”

Quanto à aparência, do ponto de vista ideal, os (as) estudantes, seja visando o acesso à UNIFESP ou a qualquer outro exame similar, em princípio, estariam revestidos (as) de uma aparente justiça quanto as suas intenções e pretensões, haja vista que todos (as) concorreriam com todos (as), sem qualquer distinção de raça, gênero, condição social, idade, etc., ou seja, o mérito prevaleceria.

Porém, se consideramos os ditames, por exemplo, da promoção da igualdade, aqui considerada com especial relevo a igualdade racial, observamos uma contradição, além do histórico de tensões embutidos na própria contradição, porquanto nem todos (as) partem do mesmo ponto.

Em contrapartida, e considerando os constantes processos de mudança e transformações, sabemos que as cotas raciais não se perpetuarão indefinidamente, por vários motivos, incluindo um possível esgotamento do sistema, além de a própria lei de cotas estabelecer prazos e avaliações periódicas e, nesse sentido, trata-se de um fenômeno histórico e transitório.

Se faz necessário pontuar que o materialismo histórico dialético continua a ser amplamente usado como método, com especial relevo nas pesquisas que versam sobre educação e, nos reportando novamente a Paschoal, se referindo à dialética nos dias atuais, atenta que há uma renovação justamente no sentido de um engajamento na realidade que pretende transformar. (PACHOAL, 2001, p. 8).

Assim sendo por ora, fazemos um breve paralelo com um silogismo⁴⁵ antigo:

1.Há negros (as) auto e heteroclassificados, pleiteantes a vagas em universidades federais favoráveis às cotas raciais como sistema legítimo de acesso à educação pública superior. (premissa maior).

2.Esses (as) negros (as), com o perfil para as cotas, não se utilizam desse sistema de concorrência como recurso para tentar o acesso. (premissa menor)

3.Sendo assim, não há, ou não haveria razões para a manutenção do sistema de cotas, inclusive através de lei, já que não é devido, oportuno e amplamente utilizado por quem faria jus. (conclusão)

No capítulo que trata da análise dos dados pesquisados abordamos essa e outras perspectivas similares detalhadamente.

⁴⁵ Segundo a versão on line do dicionário Aurélio: (Lógica). Raciocínio que se pauta na dedução, composto basicamente por duas premissas ou proposições (maior e menor), a partir das quais se alcança uma conclusão. Por exemplo: “todos os homens são mortais. Antônio é homem. Logo, Antônio é mortal.”

Capítulo 4.1.

Procedimentos de Coleta de Dados.

Ainda na direção de elucidarmos os procedimentos de investigação, no que se refere à amostra/universo deste estudo, optamos por compor o grupo de participantes com estudantes que fossem necessariamente negros (as), graduados (as) e/ou graduandos (as) do campus Guarulhos da UNIFESP em seus 6 (seis) cursos de graduação, sendo um (a) entrevistado (a) de cada curso, quais sejam, Ciências Sociais, Filosofia, História, História da Arte, Letras e Pedagogia.

Na esteira dos procedimentos de coleta de dados, observamos que a técnica de entrevista semiestruturada seria a ferramenta mais adequada dado o teor qualitativo e dialético dessa investigação. Versando sobre a entrevista como instrumento para investigação de pesquisas qualitativas, assevera Miguel, (2010):

A entrevista não é simplesmente um instrumento neutro de pesquisa ou um método, entre outros, de coleta de dados, (...) sua eficácia é profundamente ligada à concepção de linguagem e de discurso pressuposta não só durante a análise mas também no desenvolvimento mesmo do intercâmbio com o informante. (...) No caso específico da entrevista, os entrevistadores trabalham com o material: selecionam-no, interpretam-no, descrevem-no e analisam-no. Nesse sentido, o pesquisador deve reconhecer que o significado elaborado a partir do material coletado na entrevista é uma função da interação entre participante e entrevistador. (MIGUEL, 2010, ps. 3/5)

Visando o levantamento/apuração dos (as) possíveis e eventuais entrevistados (as) lançamos mão, em princípio, de contatos diretos, vias mídia social, com o NEAB Unifesp (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Unifesp – Campus Guarulhos), bem como o NNUG (Núcleo Negro da Unifesp Guarulhos), visando a identificação de pessoas com o perfil pretendido e proposto para a pesquisa. Caber frisar que, inclusive quanto ao NNUG, passamos inclusive a fazer parte do portal que o grupo mantém numa rede social.

Concomitantemente, fizemos alguns “plantões” de abordagens corpo a corpo em vários espaços físicos do campus da UNIFESP Guarulhos, com especial ênfase na Biblioteca, entrada e saída do RU (Restaurante Universitário – Bandeirão), Portaria, Hall de entrada/convivência e Sala de Informática.

Embora devidamente considerada a pertinência das diligências e plantões retro referidos, um recurso adotado e que rendeu resultados para a identificação e indicação de estudantes com o perfil que se pretendia, foram dois contatos/referências pessoais, uma ex e outra atual aluna da UNIFESP, sendo que uma delas, além de ter sido acadêmica, militou organicamente no movimento estudantil e Conselho Universitário enquanto representante discente, e a segunda é ativista do NNUG – Núcleo Negro da Unifesp Guarulhos.

Em princípio, nas abordagens pessoais, por óbvio, nos baseamos na heteroclassificação, com base no olhar e observação apenas do pesquisador e, após essa ótica preliminar, feito o primeiro contato, com a perspectiva da necessária autoclassificação externada enquanto negro (a) do possível entrevistado (a), advindo daí a confluência consubstanciada na identificação feita pelos dois lados, quais sejam, pesquisador e entrevistado (a), ajustando-se hetero e autoclassificação.

Assim, abordado (a) o (a) estudante, heteroclassificado como negro (a) (preto (a) /pardo (a) pelo pesquisador, o (a) possível entrevistado (a) era instado (a) a indicar se, também, se considerava negro (a) e, somente a partir daí, com a autoclassificação devidamente manifestada, e a confirmação de se tratar de cotista ou não, era apresentada a proposta e explicitadas as condições, inclusive burocráticas, com a entrega e leitura do Terno de Consentimento e Livre Esclarecimento – TCLE, cujo modelo empregado consta dos anexos deste estudo.

Em continuidade, eram anotados os contatos dos (as) estudantes, (telefones, e-mails, redes sociais, etc.), e, como diligência proposta, o pesquisador se comprometendo em ir ao local indicado pelo possível entrevistado (a) contudo, sempre apresentando sugestões de locais para que os encontros ocorressem em bibliotecas públicas, espaços culturais e/ou, eventualmente, no próprio campus Guarulhos da UNIFESP, entendendo-se tais locais como espaços supostos e/ou preferencialmente neutros, com as devidas ressalvas dessa neutralidade, haja vista que evitamos, a todo custo, encontros seja na residência do entrevistador ou do (a) entrevistado (a).

Nesse sentido, as entrevistas se deram sucessivamente no MAM – Museu de Arte Moderna, no Ibirapuera, com a estudante do curso de História da Arte, Espaço Cultural Tereza de Benguela, na periferia de Guarulhos, com a estudante do curso de Ciências Sociais,

Biblioteca Municipal Mario de Andrade, no centro velho de São Paulo, com o estudante do curso de Pedagogia, unidade do SESC Santo Amaro, com o estudante do curso de História e Centro Cultural São Paulo – CCSP, com a estudante do curso de Letras.

Importante sublinhar algumas ponderações quanto à situação e o encaminhamento dado quanto à estudante de Filosofia⁴⁶ que, ante a sua situação envolvendo duas excepcionalidades, acabou por responder a questionário, sendo tal questionário adaptado para a situação, porém com base no mesmo roteiro de entrevistas utilizado com os (as) demais entrevistados (as).

1ª Excepcionalidade: A estudante se inscreveu pretendendo seu ingresso na UNIFESP pelo sistema de cotas raciais porém, pelo SISU em 2012 as cotas raciais eram consideradas apenas para a 1ª lista de chamada, ou seja, o (a) cotista que não fosse chamado (a) para a matrícula já nessa 1ª listas, era automaticamente alocado (a) para o sistema universal. Ficando “condicionado” seu acesso a este último sistema e, ao final a estudante teve êxito e acabou convocada para a matrícula e, hoje, está na universidade desenvolvendo o curso normalmente.

2ª Excepcionalidade: Esta segunda excepcionalidade, de certa forma, guarda relação com a primeira e com outra situação que brevemente narraremos. Como visto, a estudante, embora tenha optado pelas cotas, ingressou, ante as circunstâncias, pelo sistema universal e, assim sendo, está abarcada na situação que foi eleita e condicionada para a pesquisa, (estudantes negros (as) que ingressaram na UNIFESP pelo sistema universal).

Quanto ao recurso da intervenção via questionário, isso restou como alternativa, haja vista que, através de inúmeras tentativas procuramos conciliar as respectivas agendas, pesquisador e entrevistada, o que não se concretizou na prática.

Uma das razões dos desencontros, é que a entrevistada fez seu processo de iniciação no Candomblé e, durante os últimos contatos, estava cumprindo uma série de preceitos ritualísticos que inclusive a impediam de ter qualquer tipo de contato direto com pessoas,

⁴⁶ A insistência quanto à estudante de Filosofia se deu em decorrência da dificuldade de encontrar pessoas com o perfil proposto e dispostos (as) em participar da pesquisa, considerando-se, também, a exiguidade de tempo para conclusão do estudo.

ficando os contatos restritos aos sacerdotes, sacerdotisas do Ilê/Casa de Candomblé a qual está vinculada.

Obviamente, respeitamos a situação, contudo, a estudante, excepcionalmente, se comprometeu a responder as perguntas remetidas via e-mail, e o fez, contribuindo prontamente para a análise final.

As entrevistas foram devidamente registradas em áudio, transcritas, impressas, lidas e, através desse processo, em conjunto com a Professora Orientadora, foram eleitas algumas categorias de análise, abordadas no capítulo específico que trata da coleta dos dados pesquisados, sendo certo que a transcrição integral das entrevistas ficaria em princípio acostada nos Anexos⁴⁷ deste estudo, sendo o tempo médio das entrevistas por volta de 40 (quarenta) minutos.

Apenas retomando as abordagens preliminares, em princípio tínhamos certa ressalva com relação à técnica da entrevista, em função de tal ferramenta não ser frequente em nossas atividades cotidianas, porém, buscamos preparação para que os objetivos do trabalho fossem alcançados de forma satisfatória, lembrando o que aponta Martins (2012):

(...) quando o pesquisador se aproxima do universo a ser pesquisado, tem em mãos tarefa árdua, pois para que o processo ocorra de forma adequada é necessário um exercício de empatia, no qual colocar-se no lugar do outro conduz a um tipo de interação em que as relações de poder e a distância social entre os dois polos favoreça a produção de discursos que condigam de forma mais ampla com a realidade e as experiências apontadas na fala de quem faz parte do estudo. (MARTINS, 2012, p. 19)

Buscando tal assertividade, além da preparação cuidadosa das questões que seriam colocadas aos (às) entrevistados (as), lançamos mão de referências visando tal preparação e, nesse sentido nos apoiamos no que assinala Piza (2002), pois o campo também foi de certa forma um desafio mas, com base em nosso próprio histórico, fomos encontrando caminhos trilháveis para a continuidade do estudo:

Sabe-se que as entrevistas sobre assuntos raciais feitas por pesquisador da mesma cor/raça do pesquisado apresentam maior índice de respostas não evasivas, o que

⁴⁷ Após a versão final do estudo foi convencionado com a Orientadora a não inclusão das transcrições das entrevistas nos anexos.

justifica, metodologicamente, a paridade racial como estratégia de pesquisa em relações raciais. (PIZA, 2002, p. 59).

E, no tocante às experiências e envolvimento com as histórias, também nos reportamos a Piza:

Ter conhecimento prévio do campo no qual se trabalha, ter experimento as relações sobre as quais se vai refletir pode ser – e, em geral é – um modo mais confortável de se aproximar do campo, mesmo que não se possa avaliar até onde isto é confortável, ou onde e quando deixa de ser confortável, principalmente porque nossa própria história está envolvida no que se vai regatando. (PIZA, 2002, p. 64).

Analisando o que chamou de “lugar de raça”, Piza (2002) nos traz abordagem acerca do individual e do coletivo, também como elementos de identificação, sendo que tal abordagem traz consequências diversas acerca do olhar, visibilidade e invisibilidade, singular ou coletiva:

Um lugar de raça é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos desta relação. Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor (PIZA, 2002, p. 74).

Destacamos que os (as) entrevistados (as), lançaram mão de vários termos e expressões no coletivo, como pronomes possessivos e outros referenciais como “nosso povo, um dos nossos, nossos irmãos pretos, nossa comunidade, mais um irmão, uma irmã”, etc. e, nesse sentido, cremos que com essas peculiaridades semânticas das falas dos (as) entrevistados (as), podemos fazer uma ilação de que, de certa forma, talvez, avocam e invocavam o pesquisador/entrevistador para um pertencimento coletivo, sendo que consideramos relevante tal empatia em trabalhos dessa natureza e perspectiva.

Ainda quanto as questão do método, cumpre-nos sublinhar que o sujeito pesquisador, homem, negro e de uma geração anterior a dos (as) entrevistados (as), egresso de universidade pública, segunda graduação, não teve à época, oportunidade de lançar mão das cotas raciais para o ingresso na universidade, até em função de não haver legislação ou normas administrativas com tal previsão.

Esse sujeito pesquisador ainda desenvolveu a pesquisa exatamente numa universidade pública e, a legislação vigente, impõe o sistema de cotas, podendo o (a) pretenso (a) ingressante optar ou não por essa alternativa de acesso.

Trazendo a questão desse possível acesso à universidade pública federal na atualidade, e tendo o pesquisador vivenciado a realidade sem cotas, e hoje observando o sistema em pleno movimento, o sujeito também se questiona quanto às modalidades de ingresso em curso colocando-se, simbólica e hipoteticamente, no lugar dos (as) alunos (as), haja vista que não pode, oportuna e circunstancialmente, se utilizar das cotas.

Ocorre que alguns (as) poderiam, em função do pertencimento racial ao segmento negro, lançar mão das cotas, assim como não se utilizar dessas, mesmo sendo favoráveis e, nesse sentido, algumas questões podem se apresentar após o ingresso. Moura faz uma análise breve, mas significativa nesse sentido:

Nas universidades, especialmente, o negro procura defender-se do preconceito real não mais como simples negro, descendente de escravos, forçando as barreiras criadas em todos os níveis pela sociedade branca para o seu ascenso social, porém como cidadão negro que já alcançou um patamar de integração relativo em termos da situação da juventude brasileira no seu conjunto e negra em particular. (MOURA, 1994, p. 215).

Uma das preocupações após o ingresso na universidade, seja através de cotas ou não, mas enquanto negros (as) universitários (as), é exatamente um possível distanciamento, voluntário ou não, das bases, origens, especialmente por terem alçado outro patamar e, ainda na perspectiva de Moura: “Os grupos negros da classe média de São Paulo encontram-se em um dilema, no nosso entender: ou fazem uma ponte social, política e cultural com a grande massa negra proletarizada (...) ou vão reproduzir, na sua ideologia, os valores da pequena burguesia”. (MOURA, 1994, p. 219).

O sociólogo Moura, 1994 ainda, manifestando preocupação entre uma possível cisão entre uma elite negra acadêmica e a massa que compõe as bases diz que a elitização de algumas áreas dos movimentos negros impede-os de incorporar a eles a grande massa negra anônima, pontuando também que não há uma incorporação permanente através de uma práxis política que una esses dois universos da população negra.

Entendemos que muitos (as) negros (as) sequer aventam a possibilidade das cotas raciais, alguns (as) pelo completo desconhecimento da lei, e do direito abarcado nela, outros (as) contaminados (as) por posições midiáticas tendenciosas, porém, aqueles (as) que adentram na universidade, acreditamos, não devem contribuir para a cisão referida por Moura, acima referida.

Capítulo 5.

Análise e Discussão dos Dados.

Como já foi apontado anteriormente, essa pesquisa se deu fundamentalmente a partir de entrevistas concedidas pelos (as) estudantes de cursos da área das humanidades da UNIFESP, campus Guarulhos e, até em função das intervenções (entrevistas) terem sido relativamente longas, elegemos a *posteriori* algumas categorias para análise e discussão, selecionando os dados mais relevantes das falas dos (as) entrevistados (as). Com a intenção e pretensão de elucidar o objetivo nuclear deste estudo, também consubstanciado no problema de pesquisa, as categorias, por óbvio estão referenciadas nas hipóteses prévias indicando os resultados obtidos no decorrer do estudo.

Para a eleição mencionada das categorias, lemos e relemos o material coletado, anotando e destacando algumas frases emblemáticas e parágrafos mais significativos, compatíveis com o que se pretendia, filtramos os dados gerais mais brutos para que fossem lapidados, comparamos os dados buscando distanciamento e/ou similaridades e fizemos agrupamentos progressivos, passando dos iniciais aos finais, percorrendo os intermediários, fazendo as devidas interpretações e inferências, com base nos referenciais teóricos que deram subsídios a essa investigação. Tais categorias são:

- 1- Autodeclaração e Pertencimento Racial;
- 2- Sistema Universal em Oposição ao Sistema de Cotas Raciais;
- 3- Opção ou não pelo Acesso via Cotas raciais;
- 4- Os “Tribunais Raciais”;
- 5- Cotas Raciais: Mérito, Privilégio e Direito;
- 6- A Universidade como Território Hostil aos (às) Negros (as).

Importante sublinhar que, ainda que estejam elencadas em itens numericamente distintos, não se apartam do conteúdo geral e objetivos propostos, sendo cada categoria parte de um todo que não se dilui.

Ante a necessidade das escolhas e eleição dos aspectos relevantes a serem abordados quanto ao conteúdo, nos reportamos a Rocha, Daher e Sant’Anna que, em linhas gerais, destacam a necessidade dos filtros:

Realizada a entrevista, o pesquisador há de perceber que nela sempre se produz um “material excedente”: no texto produzido como resultado do encontro do entrevistador com o entrevistado sempre haverá menção a fatos que não foram perguntados, assim como digressões, retificações etc. A intervenção do pesquisador se faz sentir ainda uma vez no momento exato em que, segundo critérios previamente estabelecidos, procede a um trabalho de “priorização” de determinados fragmentos em detrimento de outros que não lhe parecem relevantes. Isto nos mostra que a entrevista não é o corpus de análise, mas sim o campo de circulação de determinados discursos, campo esse que será recortado conforme os objetivos da pesquisa. (ROCHA, DAHER e SANT’ANNA, 2004, p. 14)

No tocante aos dados analisados a seguir, cumpre-nos resgatar e sublinhar que nossa amostra é composta por 6 (seis) estudantes dos cursos de graduação da UNIFESP, já graduados (as) ou graduandos (as) que, se autotransclassificando e/ou se autodeclarando negros (as) estariam, por essa condição racial, aptos (as) a concorrer visando o ingresso na Universidade pela via das cotas raciais, entretanto, os critérios de inclusão da amostra para este estudo contemplaram apenas pessoas que ingressaram na UNIFESP pelo sistema universal, abrindo mão da possibilidade de acesso via reserva de vagas/cotas raciais, ainda que tivessem o perfil racial para isso.

Cabe frisar, também, que são graduados (as) ou graduandos (as) dos seis cursos de graduação da UNIFESP, quais sejam: Ciência Sociais, Filosofia, História, História da Arte, Letras e Pedagogia, todos (as) não cotistas, reiteramos.

Com relação ao problema de pesquisa propriamente falando, tratamos de tentar identificar a razão ou razões que levaram os (as) estudantes a pleitear o ingresso na UNIFESP pelo sistema universal, abdicando das cotas raciais, vislumbrando inclusive o fato de que, além do perfil racial dos (as) estudantes, há ainda a lei que regulamenta o possível acesso por essa via e, mesmo em situação pretérita à lei, que é de 2012, havia normas administrativas que também permitiriam tal opção de ingresso.

Além da autotransclassificação indicativa e necessária quanto ao perfil dos (as) entrevistados (as), o pesquisador, considerando a heterotransclassificação, também teria que

identificar o graduado (a) ou graduando (a) como negro (a), convergindo-se assim auto e heteroclassificação.

Petruceli (2013) nos traz alguma luz quanto à classificação racial, seja auto ou heteroclassificação:

Na literatura nacional sobre o tema da identificação étnico-racial, existe consenso de que alguma ordem de discordância é encontrada quando se compara a autoclassificação, também chamada de autoidentificação, com a heteroclassificação de um grupo de pessoas. (...) para as dimensões implicadas entre a autoidentificação e a heteroclassificação: se na primeira o fator origem ou ancestralidade também estaria presente, na segunda seriam mais os elementos fenotípicos que a determinariam. (PETRUCCELLI, 2013, p. 44)

O pesquisador em apreço ainda aponta que uma das questões-chave no estudo da identificação étnico-racial da população se refere à pluridimensionalidade deste fenômeno (PETRUCCELLI, 2013, p. 37) e, considerando a dinâmica consubstanciada na miscigenação abrangente no Brasil, além dos aspectos de negação que sempre pautaram o pertencimento racial em muitos casos, notadamente num país com histórico de escravidão e colonização, a identificação racial comumente guarda em si aspectos polêmicos e, por vezes, contraditórios, se confrontadas a autoclassificação e a heteroclassificação.

Buscando sistematização assertiva, bem como a identificação sistemática dos participantes desta pesquisa, também optamos por organizar um quadro sinóptico dos (as) entrevistados (as), por ordem cronológica e sucessiva das entrevistas e questionário aplicado, apontando que os nomes atribuídos são todos fictícios para resguardar o sigilo das identidades, preceito importante no que se refere à ética em pesquisas que envolvem seres humanos.

Ainda referente à identificação dos participantes e melhor relação com a fruição das análises dos dados coletados, os nomes fictícios, *Nyasha*, *Malika*, *Damany*, *Rudo*, *Makini* e *Kinda*⁴⁸, tem a mesma letra inicial dos primeiros nomes próprios dos (as) entrevistados (as).

Quadro sinóptico com o breve histórico dos (as) estudantes participantes da Pesquisa:

⁴⁸ Nyasha (Sul da África): Uma criança nascida para a família. Malika (África Ocidental): Rainha. Damany (África Ocidental): Pensador. Rudo (África Central): Amor. Makini (África Ocidental): Força de caráter, dignidade, serenidade, gentileza. Kinda (África Ocidental): Mulher jovem e bela. (Segundo a publicação “Nomes Afros e seus significados”)

Nyasha, mulher, 23 anos, estudante de História da Arte, educadora, solteira, 01 filho, nascida em São Paulo, capital, moradora do Jardim das Vertentes, São Paulo, capital, raça/cor autodeclarada negra, ingressou na UNIFESP no curso de História da Arte em 2013, sendo o ano previsto para a conclusão 2018, optou pelo sistema universal abrindo mão das cotas, estudou em escolas particulares, sem bolsa, e um pequeno período em escola pública. No tocante à identificação racial aborda questões relativas ao fenótipo, cor da pele, e a família bem estruturada em relação às questões raciais. Entende que as cotas raciais não comprometem a meritocracia, afirma conhecer a lei de cotas (Entrevista concedida em 23 de junho de 2017).

Malika, mulher, 27 anos, estudante de Ciências Sociais, autônoma, solteira, 01 filho, nascida em São Paulo, capital, moradora do Jardim Noroeste/Artur Alvim, São Paulo, capital, raça/cor autodeclarada negra, ingressou na UNIFESP no curso de Ciências Sociais em 2009, sendo o ano previsto para a conclusão 2017, optou pelo sistema universal, abrindo mão das cotas, estudou em escolas particulares, sem bolsa e escola pública. No tocante à identificação racial aborda a família inter-racial e os referenciais consubstanciados no abismo entre negros e brancos. Entende que as cotas raciais não comprometem a meritocracia, afirma conhecer a lei de cotas (Entrevista concedida em 05 de julho de 2017).

Damany, homem, dançarino, 28 anos, estudante de Pedagogia, solteiro, sem filhos, nascido em São Paulo, capital, morador de Guaianazes, São Paulo, capital, raça/cor autodeclarada negra, ingressou na UNIFESP no curso de Pedagogia em 2013, sendo o ano previsto para a conclusão 2019, optou pelo sistema universal, abrindo mão das cotas, estudou sempre em escolas públicas. No tocante à identificação racial aborda questões de ancestralidade e da

proximidade com um grupo social que tem mais interesse. Entende que as cotas raciais não comprometem, necessariamente, a meritocracia, afirma ter ouvido falar e conhecer alguns trechos da lei de cotas (Entrevista concedida em 12 de julho de 2017).

Rudo, homem, estagiário, 24 anos, estudante de História, solteiro, sem filhos nascido em São Paulo, capital, morador do Grajaú, São Paulo, capital, raça/cor autodeclarada negra, ingressou na UNIFESP no curso de História em 2015, sendo o ano previsto para a conclusão 2020, optou pelo sistema universal, abrindo mão das cotas, estudou sempre em escolas públicas. No tocante à identificação racial aborda a questão da cor da pele e histórico de racismo que sofre desde tenra idade. Entende que as cotas raciais não comprometem a meritocracia, afirma ter ouvido falar, mas não conhecer a fundo a lei de cotas (Entrevista concedida em 19 de julho de 2017).

Makini, mulher, estudante, 28 anos, estudante de Letras (Português-Francês), solteira, sem filhos, nascida em Guarulhos-SP, moradora do bairro de Picanço, Guarulhos, raça/cor autodeclarada negra, ingressou na UNIFESP no curso de Letras em 2011, sendo o ano previsto para a conclusão 2018, optou pelo sistema universal, abrindo mão das cotas, estudou sempre em escolas públicas. No tocante à identificação racial aborda questões que considera fáticas em oposição a argumentos, além de entender a questão como incômoda, já que, geralmente, não se pergunta por que brancos se consideram brancos. Entende que as cotas raciais não comprometem a meritocracia, afirma conhecer a lei de cotas, embora não tenha lido (Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2018).

Kinda, mulher, estudante, 24 anos, estudante de Filosofia, solteira, sem filhos, nascida em São Paulo-SP, moradora do bairro Jabaquara, São Paulo-SP, raça/cor autodeclarada negra, ingressou na UNIFESP no curso de Filosofia em 2012, sendo o ano previsto para a conclusão 2018, optou pelo sistema de cotas, porém, em 2012, as cotas valiam apenas para a 1^a chamada. Como não entrou na 1^a lista, automaticamente passou a figurar na lista universal, tendo êxito no ingresso por esse sistema, estudou sempre em escolas públicas. No tocante à identificação racial aborda que, antes de se entender enquanto gente, já lhe haviam reservado o lugar de negra. Entende que as cotas raciais não comprometem a meritocracia, afirma conhecer a lei de cotas (Questionário respondido, via e-mail, em 14 de fevereiro de 2018).

5.1.

Discussão dos Dados por Categorias Eleitas.

A seguir, detalhamos e discutimos as categorias eleitas, destacando que elas não foram pensadas de modo estanque, ou seja, todas e cada uma delas, de certa forma, relacionam-se, não havendo, também, ordem de prioridade ou importância entre os pontos abordados.

Cumpramos frisar também que as categorias emergiram no decorrer da pesquisa, e de maneira mais cristalina quando das entrevistas e leitura detalhada do conteúdo, sendo relevante apontar que os fragmentos das falas indicados guardam maior relação de pertinência para com as tais categorias, sem desprezar todo o conteúdo devida e oportunamente registrado.

5.1.2.

Autodeclaração e Pertencimento Racial.

No que tange à autoclassificação, observou-se que todos (as) os entrevistados (as), ao responderem a questão referente à razão de entenderem pertencer ao grupo racial negro, revelaram que são atingidos (as) pelo racismo e, nesse sentido, há que se considerar que, para além da identificação, pessoal e íntima, a opressão consubstanciada no racismo faz com que a pessoa se sinta e/ou se coloque pertencente ao segmento negro. Todos (as) relataram que colocam as famílias como parte integrante dessa temática como no relato de Nyasha abaixo:

Tinha duas pessoas negras, dentro da sala, e mais vinte e oito brancas. Nós éramos alvos constantes, a todo momento (...) éramos alvo de algum tipo de ataque. Os meus pais, eles sempre deixaram claro qual era a nossa posição a respeito disso, e o que nós não deveríamos aceitar em vista disso. (Nyasha).

Na mesma direção Makini, expressa a opressão sentida na pele pelo racismo e o impacto de se nascer em uma família inter-racial:

Eu sou fruto de um casamento inter-racial, a família da minha mãe é toda branca, né? E a parte preta da família com certeza foi a mais pichada, né? E como boa parte das famílias negras, a minha já começou destruída, né? Meu pai é alcoólatra. Sofrer o racismo eu sempre sofri (...) eu sabia que era algo relacionado à minha aparência. (Makini).

A identificação racial, como visto, não perpassa apenas por questões identitárias, íntimas e pessoais, estando atreladas ao olhar do outro, referenciais do outro. De forma contundente o relato de Kinda demonstra isso quando diz que: “O fato de pertencer a esse grupo racial, preta, foi fácil de ser considerado, pois antes de me entender enquanto gente, já me colocaram nesse lugar”. Sobre esse assunto Fanon explicita que “para o preto, há um mito a ser enfrentado. Um mito solidamente enraizado. O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro olhar branco, ele sente o peso da melanina”. (FANON, 2008, p. 133).

Além disso, o processo de descoberta, de tornar-se negro vai, gradativamente aflorando, também em função de vivências e experiências. Souza, (1990) indica que ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. E completa a autora:

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminentemente política – exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUZA, 1990, p. 77)

Com base nisso, relatos de experiências sobre a identidade negra e, mais que isso, a construção gradativa dessa identidade, foram comuns e nos oferecem caminhos para pensarmos sobre como tal processo pode ser diverso e doloroso para negros e negras desse país, mesmo num espaço universitário, como na fala de Nyasha quando diz que “as únicas pessoas com as quais se identificou a vida inteira eram as pessoas que estavam limpando os lugares”.

Outros relatos nos dão conta de explicitar como a formação política pode ser impactante na tomada de consciência da identidade desses (as) estudantes, mudando a perspectiva com que veem a questão das relações raciais:

Quando eu era pequeno, não tinha essa noção, né? Mas quando você ganha uma consciência política e passa a refletir sobre isso, você vê que a sociedade te vê como negro, né cara? E eu me sinto como negro porque minha família também tem essa trajetória. (Rudo).

Alguns (as) estudantes também apontam que a entrada no ensino superior foi um marco importante para a sua conscientização a respeito de sua cor/raça, ainda que esse lugar lhes tenha conferido momentos de intenso sofrimento psíquico, como destaca Makini:

Eu sabia que tinha uma coisa de diferente em mim, eu não sabia o que era. (...) é muito diferente, porque quando você sofre e sabe, você ainda pode sair do lugar da vítima, que só é atacada, e revidar e se defender. (...) Das dores e das delícias da faculdade eu fui me encontrar como mulher negra. (...) Mas foi só no ensino superior que eu consegui entender isso. Pro bem e pro mal, serviu...(Makini).

Já no questionário respondido por Kinda, se vê o quanto o rótulo de ser negro (a) é dado pelo outro (a), ao mesmo tempo em que com esse rótulo o (a) negro (a) pode se fortalecer e compreender os espaços e o “lugar do negro” na universidade.

Acredito que a autodeclaração racial seja uma balela, a verdadeira declaração de sua raça é o outro que te taxa e cabe a este, taxado, o lugar de se fortalecer e entender esse lugar ou ignorar e juntar aquele que te tache, mesmo ele dizendo que não é igual a ele. (Kinda).

Sublinhamos que, mesmo com a identificação taxativa ou não dos (as) entrevistados (as) enquanto negros (as) e que fizeram a opção pela concorrência via sistema universal, houve manifestações de compreensão, incentivo, apoio e solidariedade aos (as) demais alunos (as) que, por inúmeras razões, fizeram a opção pelo ingresso na UNIFESP via cotas raciais.

Em reflexão acerca do racismo brasileiro, e das questões atinentes às tonalidades, Silva nos diz:

O racismo persistente no Brasil obedece ao teor de melanina da pessoa a ser humilhada, pois, com a mestiçagem, muitos indivíduos da elite, caso fosse a origem o dado único a ser considerado, não poderiam, a rigor, sequer aderir à ação de discriminar. (SILVA, 2005, p. 27).

Silva com o exposto indica que muitos (as) dos que discriminam a população negra, se tivessem um olhar apurado e isento para seu espelho íntimo veriam que, ainda que do ponto de vista da “coloração” estarem mais próximos (as) do segmento branco, também podem ter traços negros, para além da tez e/ou teor de melanina na pele.

Ainda que considerando as nuances cromáticas sempre existentes num país com alto índice de miscigenação, até em função do processo histórico de colonização e o sistema escravocrata, os (as) entrevistados (as) afirmaram seu pertencimento ao conjunto racial negro, soma de pretos (a) e pardos (a), independente das possíveis e eventuais misturas.

A questão de identidade, né? (...) Sou filha de um casamento inter-racial (...) tenho uma irmã branca (...) e isso foi me colocando na minha trajetória da vida (...) os abismos entre minha mãe, minha irmã, que são mulheres brancas. (Malika).

Nessa perspectiva, vimos que os (as) entrevistados (as) buscavam explicar suas identidades a partir de suas origens familiares, unindo não só o fato cor/raça, mas questões étnicas que englobam ancestralidade, costumes e modos de ser no mundo, como relatam Damany e Rudo:

Por uma relação de ancestralidade (...) pai baiano (...) toda essa relação de ancestralidade ligada a costumes negros, modo de comer, foi um processo de descoberta mesmo (...) foi aflorando de acordo com o que eu fui conhecendo. (Damany).

Pra além da minha cor, acho que é todo esse histórico de racismo que eu sofro (...) te chamam de macaco (...) minha família tem essa trajetória (....) meus pais são do nordeste, minha mãe é de Salvador. (Rudo).

Makini no relato abaixo aponta as diferenças entre ser negra e branca e suas relações com o fator “privilégio”. São comuns também as confusões identitárias que ocorrem na vida daqueles (as) que nascem em famílias miscigenadas. Desse modo, a identidade é construída a partir de um processo intenso e doloroso:

Por que eu não me consideraria? (...) Não adianta eu falar que eu sou branca, eu não tenho os mesmos privilégios das brancas, eu não tenho o mesmo tratamento que as brancas (...) a família da minha mãe é branca, eu nunca fui branca, eu achei que eu não era preta, mas eu nunca achei que eu era branca. (...) Mas é essa coisa, né? Negrômetro. Por que eu sou? Sei lá, será que eu não sou? Não sei. Tem alguém que decide? Mas me incomoda. O branco nunca é perguntado, né? Por que cê acha que é branco?(...) Agora, quando você é preto é incisivo: Mas por que cê acha que cê é preto? (Makini).

Seja no que tange às características físicas, seja por questões de linhagem familiar, ancestral e histórica, o pertencimento racial dos (as) entrevistados é avocado também em função da opressão racial, discriminação e racismo sofridos por todos (as).

Daí advém, também, o raciocínio sempre presente atrelado às questões de identificação e da solidariedade racial, do se descobrir enquanto negro ou negra e as consequências a partir de tal descoberta, sempre na perspectiva do eu mesmo (a) e do outro (a). Quanto a isso Fernandes e Souza nos apontam o seguinte:

Identidade é algo em processo, permanentemente inacabado, e que se manifesta através da consciência da diferença e contraste com o outro, pressupondo, assim, a alteridade. Ou seja, “o sujeito se constrói a partir de marcas diferenciais providas dos outros”. Assim, a identidade é sempre construída em um processo de interação e de diálogo que estabelecemos com os outros. Ora, o racismo dificulta o diálogo entre os diferentes grupos que compõe a sociedade brasileira, pois cria fronteiras simbólicas rígidas, estabelecendo binarismo indenitários, ou seja, uma identidade do que é “ser negro” contraposta ao que é “ser branco”, baseadas em estereótipos negativos para os primeiros e positivos para os últimos. (FERNANDES e SOUZA, 2016, p. 63).

Devemos nos atentar, pela relevância, a essas questões identitárias que, em linhas gerais, trazem em seu bojo a afirmação negra. Dizemos isso porque alguns (as) dos (as) entrevistados (as) mesmo se colocando publicamente como negros (as) poderiam, em função da miscigenação, também optar, ou se identificar, politicamente, com o segmento racial branco.

Na questão específica deste estudo são os casos dos (as) estudantes Malika, de Ciências Sociais, Damany, de Pedagogia, e Makini, estudante de Letras que, frutos (as) de famílias miscigenadas, trazem nos respectivos fenótipos características tanto de um quanto do outro segmento racial.

Cabe destacar que a possibilidade de identificação e eventual afirmação de pertença ao segmento branco são colocadas como meras conjecturas já que, em última análise, como os (as) entrevistados referidos (as) no parágrafo anterior se declararam negros (as), estando tal autoclassificação em consonância com a heteroclassificação por nós destacada, para efeito da análise, entendemos que é o que basta.

5.1.3.

Sistema Universal em Oposição ao Sistema de Cotas Raciais.

Tratando de sistemas de acesso de grupos historicamente desfavorecidos, Silveiro, (2002) nos traz a reflexão de que a situação de inclusão subalterna ou exclusão social da população afrodescendente não pode ser revertida pelas leis de mercado e por políticas públicas de caráter universalista.

Já Guimarães (1999), versando sobre igualdade e desigualdade de tratamento, além das situações afetas aos privilégios, assim se manifesta:

Não podemos continuar a dispensar um tratamento formalmente igual aos que, de fato, são tratados como pertencendo a um estamento inferior. Políticas de ação afirmativa têm, antes de tudo, um compromisso com o ideal de tratarmos todos como iguais. Por isso, e só por isso, é preciso, em certos momentos, em algumas esferas sociais privilegiadas, que aceitemos tratar como privilegiados os desprivilegiados. (GUIMARÃES, 1999, p. 180).

A questão da escolha, com base no SISU, que é o sistema do qual se vale a Unifesp atualmente, e desde a expansão configurada no REUNI como no campus da Baixada Santista, para todos (as) os (as) candidatos (as) às vagas no Campus Guarulhos⁴⁹, seja pelo sistema universal ou modalidade de cotas, ao fim e ao cabo acaba por abarcar questões muito mais pragmáticas do que políticas e identitárias.

Isso ocorre em virtude de, a partir da inscrição, tanto cotistas como universalistas podem, devem acompanhar as chances de aprovação através da divulgação da nota de corte⁵⁰, bem como o curso selecionado e a classificação parcial, que é atualizada diariamente.

Portanto, objetivando apenas e tão somente o acesso, cabe aos (às) inscritos (as) enquadrados (as) nas cotas apurar, ao longo do processo, se vale a pena ficar entre os (as) cotistas, ou na ampla concorrência (universal). Cabe sempre destacar que o número de vagas ofertadas para as cotas é sempre menor.

Ainda que tenham feito a opção pelo sistema universal de acesso à UNIFESP, excetuando-se a estudante de Filosofia, em princípio, nenhum (a) dos (as) entrevistados (as) parece se opor, de modo definitivo, ao modelo vigente de ingresso via cotas raciais, reconhecendo, conforme previsão legal, a necessidade, importância e pertinência da reserva de vagas para negros (as), como modo legítimo de acesso à Unifesp.

Referindo-se aos (as) estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas, os (as) negros (as) não cotistas entrevistados (as) em linhas gerais, trazem reflexões acerca das dificuldades

⁴⁹ Outros campi da Unifesp, como o de Diadema, por exemplo, adotam o sistema misto, SISU e uma prova interna. Há determinados campus, porém, com o da Baixada Santista em todo o sistema é através do SISU.

⁵⁰ Considerando o SisU, a nota de corte é a menor nota para que o (a) candidato tenha chance de ser selecionada para a vaga almejada, e é calculada em função do número de vagas ofertadas e o número de candidatos que concorrem a essa vaga e modalidade de concorrência.

enfrentadas pelos (as) cotistas para conseguir o acesso à UNIFESP, bem como relatam as dificuldades e precariedades do processo de escolarização pretérita o que, obviamente, também contribui e norteia quando da tentativa de acesso à Universidade em comento:

Bom, por conta desse difícil acesso à educação bem precária, talvez algumas pessoas não conseguissem, mesmo, por impossibilidade de poder estudar. (...) Essas pessoas, elas se preparam da forma como lhes foi possível. (...) Elas se esforçam porque sempre lhes foi dito que elas não deveriam estar ali. (Nyasha).

Acho que conseguiriam, viu? Porque o sistema de cotas, pra você ser selecionado, você tem que ter uma nota consideravelmente boa. (...) Com a nota que eu passei, por exemplo, eu não conseguiria passar pelas cotas, né? Eu tive que jogar na ampla concorrência pra conseguir passar. Minha nota foi menos de 600 (...) e isso me possibilitava, me dava muito mais chances de passar pelo sistema universal do que pelas cotas. (Rudo).

O raciocínio do entrevistado acima, Rudo, aponta para uma questão de ordem operacionalmente matemática e estratégica haja vista que, como as vagas destinadas às cotas são relativamente menores, comparadas às vagas universais, com muitos (as) estudantes concorrendo a essas poucas vagas, a tendência é que as notas de corte subam.

É com base nisso que as opções vão mudando, ou seja, como o Sisu permite o acompanhamento diário da classificação parcial, o (a) candidato (a), tendo ideia da pontuação, altera suas opções visando o aumento das chances de ingresso, pois o sistema ranqueia as maiores pontuações e cruza com o número de vagas.

O que podemos notar também com relação a não opção pelas cotas, além de uma possível desinformação de alguns (as) estudantes, tem a ver com a questão da identidade negra. Não ter certeza sobre sua cor/raça e o medo de ser questionados quando do ingresso na universidade, faz com que alguns (as) dos (as) estudantes negros (as) optem por não se inscreverem no sistema de cotas e exercerem esse direito, como aponta Makini:

É, eu não optei pelas cotas porque eu tinha medo que alguém me dissesse que eu não era preta. O que eu acho dessas pessoas? Eu acho que são corajosas. Eu não encaro as cotas como algo totalmente

honesto (...) a ideia é boa, mas o modo como ela acontece, ainda é desonesto. (Makini).

Vê-se que as opiniões divergem, o que é legítimo e até esperado, quanto às opções de acesso, no entanto, não se pode perder de vista que a concorrência seja através da reserva de vagas, seja pela via ampla, impõe o necessário preparo, tendo em vista que os dois modos preveem grande fluxo de interessados (as).

E, também quanto à concorrência, ficam explicitadas as lacunas que o sistema público de ensino tem, conforme as falas coletadas, daí a pertinência e importância de cotas também para estudantes oriundos de escolas públicas que, em linhas gerais, pela própria deficiência do Estado e precariedade das políticas de educação, se apresentam defasados (as).

De certa forma há uma incógnita sobre se seria mais adequado e viável, observando as manifestas pretensões, viabilidades e condições de ingresso de cada um (a), optar ou não pelas cotas raciais, enquanto modalidade de acesso legítimo, mas um dado interessante se refere, por exemplo, às expectativas de concorrência, por um ou outro sistema, como relatam os (as) entrevistados (as), já que muitos (as) estudantes se encaixam nas cotas sociais e podem exercer esse direito:

Eu fiz o último ano de vestibular da UNIFESP, né? Só em 2010 que a UNIFESP adotou o ENEM. Então na verdade tinha cotas sociais que não necessariamente elas eram étnico-raciais. Elas contemplavam a parte social, isso, a pobreza e os seus correlatos. (...) Por exemplo... é, se acha que dá pra concorrer na... na concorrência ampla, que a nota compete...é uma escolha. (Malika).

Outro dado interessante que pode futuramente ser elucidado por outros estudos sobre a questão se refere ao fato de que, paulatinamente, os (as) estudantes negros (as) têm procurado cursinhos populares e se fortalecido no sentido de entender cada vez mais que podem cursar uma universidade pública. Desse modo, conseguiriam atingir notas mais altas e portanto, não “precisariam” do sistema de cotas raciais, optando assim por deixar tais vagas à disposição daqueles que mais precisam, dependendo da pontuação como bem explica Damany:

Fiz o cursinho popular da USP e já ingressei. (...). Eu tive a opção mas, como eu entrei, eu tinha pontuação pra poder entrar por livre, aí

eu não optei. (...) A única coisa que eu pensei e penso, até agora, é que eu abri mão porque tinha pontuação. E aí eu sabia que um outro irmão ou irmã negra podia entrar, por essa opção (...) é uma escolha dela, mas essa via é muito importante...pra outras pessoas que não...tem essa opção, de tempo, de se dedicar ao estudo (Damany).

Em outro caso, nota-se que a opção está relacionada com as notas (notas de corte, também), obtidas no ENEM e, o fato de se ter ido bem, pelas notas conquistadas nesse exame, é indicativo de se fazer ou não a opção pelas cotas raciais para o ingresso na UNIFESP, como declara Makini:

Eu entrei na quinta chamada de 2011, mesmo. É, eu optei por não cotas, vestibular universal, mas eu não passei na primeira, nem na segunda, e passei na quinta chamada! (...) Eu vi ao passar dos anos que as notas de corte vem sendo elevadas, na graduação e que eles não levam em conta ainda, que é a mesma faculdade que foi produto do REUNI. (Makini).

Por esse prisma as cotas raciais, de certa forma ficam, podemos já indicar, esvaziadas, porquanto o pragmatismo configurado no ingresso em princípio pelo sistema universal.

Como dissemos, as opções, para além das questões identitárias dos (as) estudantes, também estão atreladas a um pragmatismo que se consubstancia nas chances de ingresso, haja vista que, em linhas gerais, a pretensão é entrar e as cotas raciais, podem ou não ser um recurso, dependendo do caso concreto de cada pretendente, além do curso almejado.

Esses (as) estudantes negros (as) não cotistas trazem ponderações reveladoras quanto a não terem feito a opção pelas cotas raciais, haja vista que, talvez, de alguma forma, já previam possibilidades de questionamentos futuros, por exemplo, na eventualidade de serem reconhecidos como cotistas pudessem sofrer algum tipo de discriminação no contexto da Universidade, como apontado:

Sim...com certeza, eu acho que os professores eles...meio que...eles tentam adivinhar quem são os cotistas e eles os atacam sutilmente (...) Alguns professores, eles meio que...parecem que eles sentem, e eles fazem ataques repentinos às cotas (Nyasha).

Na mesma direção, outra estudante revela como pensa a universidade numa perspectiva da branquitude que discrimina e ataca os diferentes, quando diz que: “Eu, é eu

acredito que sim. A universidade, ela é, em excelência branca! Em conversas que eu tenho com meus amigos negros, sim, há perseguição.” (Malika).

Um outro relato aponta como os (as) estudantes cotistas podem se sentir inferiorizados no interior das salas de aulas:

Isso é falado em sala, menos preparado, não sabe escrever direito. (...)
Ah, já presenciei em salas, ah...quem entrou por via de cotas? (...)
Uma exposição que o aluno não gostasse. (Damany).

Além dos possíveis questionamentos quanto à sua capacidade cognitiva ou intelectual de cursar uma universidade, principalmente pública, cabe asseverar que os (as) estudantes negros (as) não cotistas projetam um modo diferenciado, do ponto de vista negativo, caso emergja a condição de cotista em algum (a) estudante. Os (as) estudantes entrevistados (as) apontam também como os demais membros da comunidade acadêmica, dentre os quais os (as) estudantes brancos (as), encaram o sistema de cotas apontando que: “O discurso das pessoas contrárias às cotas é, basicamente, você está tomando o lugar de alguém que mereceu”. (Nyasha).

Nessa direção, não é incomum encontramos relatos de estudantes que não optam pelas cotas raciais por, eventualmente, se sentirem inferiorizados (as) com relação ao mérito. Essa realidade é demonstrada no relato de Makini:

Eu acho que melhora a moral dessas pessoas, além de fazer a boa e velha manutenção do sistema como ele é, depreciar, né? O preto (...)
“Cê só entrou aqui por causa de cotas, porque você não é capaz, porque você tem que fazer filho, você tem assaltar, entendeu?”
(Makini)

Ainda que as cotas raciais sejam uma realidade, notamos que alguns temores, estigmas e sutilezas que configuram o racismo brasileiro historicamente, ainda pautam as vivências dos (as) estudantes universitários (as) em comento.

Importante sublinhar que todos (as) os (as) entrevistados (as) apoiam as cotas raciais, com exceção da estudante de Letras que, ainda que apoie as cotas e entenda sua pertinência, tem algumas ressalvas quanto ao sistema e sua aplicabilidade prática.

Ainda quanto às razões das escolhas, prioridades e o campus Guarulhos da Unifesp, destacamos as ponderações: “A Unifesp foi o refugio”. (Makini). “Eu pensei em ir pro Rio mas (...) a gente viu que eu passei na Unifesp, e a gente desistiu.” (Nyasha). “A primeira opção foi a USP, Gestão de Políticas Públicas” (Malika). “Antes da Unifesp eu fazia FATEC” (Rudo). “Minha primeira opção era a USP, mas como não passei, fiquei na Unifesp” (Kinda). O único que teve a Unifesp como primeira opção foi Damany.

Vê-se, então, que a Unifesp, com toda a sua tradição, histórico e reconhecimento, nem sempre é a opção prioritária para quem pretende o ingresso numa universidade pública, pelo menos no tocante às humanidades.

5.1.4.

Opção ou não Pelo Acesso via Cotas Raciais.

Conforme já pontuamos as opções visando o acesso à universidade não estão atreladas apenas às questões identitárias, pois o pragmatismo vigora quando o (a) candidato (a) se depara com a possibilidade de ingresso no curso superior e necessita manifestar uma ou outra opção, sistema universal ou cotas raciais.

No tocante à identidade, Marque e Brito (2015) nos mostram que:

Construir uma identidade negra positiva no Brasil não é uma tarefa simples, pois o mito da democracia racial historicamente nega a desigualdade entre brancos e negros e impõe um modelo eurocêntrico que se fundamenta no racismo, na negação e inferiorização da diferença, no qual os indivíduos negros crescem negando sua identidade, sua ancestralidade para que possam ser aceitos. (MARQUES e BRITO, 2015, p. 10)

No momento da opção ou não pelas cotas raciais essa questão da identificação pode ser apresentar como um dilema, considerando os aspectos históricos, políticos e de construção com base em referenciais positivos.

Quanto aos (as) entrevistados (as), em linhas genéricas todos (as) são atingidos (as) pelo racismo estrutural e as cotas raciais, nem sempre se mostram como um assunto de

abordagem tranquila, mesmo sendo negros (as) na condição de não cotistas, embora apoiem os sistemas de cotas raciais. Muitos relatos assinalam como pode ser humilhante para um (a) estudante negro (a) dizer que é cotista, e por isso tendem a se esconder, quando o assunto é tratado com outros (as) colegas do curso, ou da universidade em geral:

Eu conheço algumas pessoas negras na faculdade e só uma tenha se colocado como cotista pra mim (...) Não, eu, as cotas são coisas que eu raramente toco (...) normalmente não digo se sou ou se eu não sou cotista (...) quando você se coloca como cotista (...) coloca-se uma dúvida (...) você é negro, você está passando na frente de alguém. (Nyasha)

Esse parece ser um entendimento comum entre os (as) estudantes negros (as) entrevistados (as). Acreditam que para muitos (as) colegas, o fato de serem cotistas demonstra desmerecimento ou demérito. Ser cotista é ser desqualificado dentro dos espaços da universidade.

Acho que existe por conta do racismo (...) não querem se expor (...) eu não faço questão nenhuma nem de explicitar que eu sou ou não sou (...) eu não sei se eu lidaria de outro modo se eu fosse cotista (...) eu entrei pela livre concorrência, mas se eu tivesse entrado como cotista, talvez isso mudasse (...) muitos cotistas não dizem, não, preferem esse silêncio, esse segredo (...) porque socialmente ele vai ser cobrado. Ah...você entrou pelas cotas...ah, entendi. Então já tem uma desqualificação (Damany).

Já Makini discorda dos (as) colegas, porque entende que para se autodeclarar preto (a) e optar pelas cotas raciais, é preciso muita coragem e, portanto, acredita ser improvável que haja cotistas que tenham vergonha de sua posição na universidade.

Eu acho muito difícil você ter coragem e honestidade suficiente de se declarar preto, e optar em entrar pelas cotas, e quando você está dentro, esconder que é cotista. Eu espero que eu não conheça essas pessoas, e eu não acho que seja possível pessoas fazerem isso, mas...(Makini)

Talvez se possa inferir que há algo que, por ora, identificamos e que optamos por intitular como “pacto do silêncio”. Em linhas gerais, os (as) entrevistados (as) informam não fazer questão de saber quem são os (as) cotistas, e tentar identificá-los (as). Todos (as) sabem

que há cotistas, mas não se sabe, exatamente, quem são os (as) cotistas, ainda que haja a “suspeita” de que sempre que há alguém identificado (a) como negro (a), seja um (a) provável cotista.

Presume-se que há uma tendência em não se tocar no assunto de modo direto e explícito, mesmo entre cotistas (inclusive de cotas sociais) e negros (as) não cotistas, a não ser e talvez apenas quando haja algum tipo de estímulo direto.

Entendemos que não se pode perder de vista a situação de que, o pós-ingresso na universidade implica, principalmente de parte daqueles (as) que não dispõe de recursos consideráveis, se dedicar com prioridade no desenvolvimento e conclusão do curso daí, por vezes, mesmo que se tenha consciência da sua condição racial e do racismo que o (a) oprime, não se ater com todas as forças à militância antirracista no ambiente universitário.

Obviamente, esta situação dispõe também acerca do comportamento de brancos (as) no tocante às nuances configuradas no não enfrentamento, possibilitando assim, a manutenção do estado de coisas. Bento (2003) foca luz a esta questão:

Grande parte das manifestações racistas cotidianas são clandestinas e mal dimensionadas. Os legados cumulativos da discriminação, privilégios para uns, déficits para outros, bem como as desigualdades raciais que saltam aos olhos, são explicadas e, o que é pior, frequentemente “aceitas”, através de chavões que nenhuma lógica sustentam, mas que possibilitam o não enfrentamento dos conflitos e a manutenção do sistema de privilégios. (BENTO, 2003, p. 147).

Bento traz também o raciocínio pautado na evidência de que ainda que os impactos do racismo se manifestem de modo diverso na vida de negros e brancos, e não é incomum a tendência a fugir ou esquecer as condições de discriminado e discriminador. (BENTO, 2003, p. 148).

Porém, ao exporem a questão da identificação, apontam os (as) entrevistados (as) que não vem qualquer dado desabonador caso fossem identificados (as) como cotistas, contudo também não fazem questão de externar a quem quer que seja, que ingressaram pelo sistema universal e não pelo sistema de cotas.

Contudo, a possibilidade premente de cobranças e questionamentos, notadamente quanto à capacidade de ali estarem, na universidade pública tão almejada, também pode ser considerado um fator inibidor da exposição como eventual cotista.

Não necessariamente colocando um (a) cotista na condição de discriminado (a) apenas por ser cotista mas, se consideramos tal possibilidade, ainda que hipotética, voltamos a trazer a baila o raciocínio de Bento quando aponta que a condição de discriminado (a), sempre associada ao insucesso, incompetência e inferioridade, nem sempre é assumida prontamente. (BENTO, 2003, p. 148).

Essa defesa consubstanciada numa não exposição, pode ou deve ser entendida como legítima, haja vista que está intimamente ligada à possibilidade da associação do (a) cotista à condição de incapacidade e/ou limitação, a não condição de acesso se caso cotista, daí talvez a não opção pelas cotas.

Por fim, mesmo com todo o entendimento e compreensão, prefere-se ainda, por vezes, não se falar sobre cotas raciais: “As cotas são coisas que eu raramente toco, na verdade.” (Nyasha). “A galera não tem peito pra falar isso.” (Malika). “Eu não faço questão nenhuma de explicitar que eu sou ou não sou.” (Damany). “Não faço questão, e também nunca ouvi nenhum comentário em relação a isso.” (Rudo). “Não faço questão de deixar claro que eu não sou cotista, inclusive é uma coisa que eu nem menciono, muito menos pergunto quanto eu chego perto de um preto.” (Makini). “Nunca ouvi sobre os cotistas. Mas ouço sobre as cotas.” (Kinda).

Percebe-se pelas últimas falas expostas que o assunto é relativamente interdito, não se preferindo falar sobre, e não havendo iniciativas no tocante ao colocar o tema em debate, apesar de todos (as) terem absoluta ciência que o sistema de acesso vigora, por previsão legal desde 2012.

A não exposição é de certo modo compreensível, haja vista as possíveis implicações da identificação como cotistas, mesmo por quê, em sendo negros(as) universitários (as) já carregam inúmeros estigmas por fazer parte de um grupo seletivo de acadêmicos(as) numa universidade pública e, estrategicamente, considerando as questões de permanência, os(as) alunos(as), por vezes, preferem evitar algumas exposições.

5.1.5.

Os “Tribunais Raciais”.

A identificação racial no Brasil sempre foi norteadada por inúmeras questões, notadamente acerca de eventuais dificuldades em se apontar, com convicção absoluta, quem pertenceria, ao menos em tese, a tal ou qual grupo racial, preto/pardo (negro), branco, amarelo ou indígena, com notória dificuldade maior para o primeiro segmento apresentado.

Com o advento das políticas afirmativas, com especial relevo a modalidade de cotas raciais, o debate ficou mais acirrado e, via de consequência, ensejou muitas análises e estudos, inclusive acadêmicos, sendo que tais estudos, por mais aprofundados, ainda não mitigaram os debates.

Quanto a isso, Guimarães (1999) nos aponta que uma política compensatória só tem sentido quando o grupo para o qual tal política se dirige, vive uma situação de inferiorização. Pondera também o autor:

Se se estabelecem políticas que beneficiem o ingresso de negros nas universidades públicas, tais políticas, que reverterem a discriminação naquele âmbito, não têm o poder de reverter de imediato o status inferior do negro na sociedade brasileira. A seguinte pergunta deve, então, fazer sentido: quem gostaria de ser negro para ingressar nas universidades, por exemplo, a não ser os negros? Na verdade, o que preocupa o legislador é a fraude de identidade – ou seja, que alguém que se identifique e seja identificado, regularmente, como “branco”, passe a se definir como “negro” com o objetivo pontual de obter um benefício. (GUIMARÃES, 1999, p. 192)

Nessa perspectiva o professor Guimarães apresenta uma possível solução para a questão:

Nada mais simples para controlar tal tipo de fraude, do que reintroduzir em todos os registros do estado a identificação de cor. Se ser negro é realmente algo desvantajoso, quem gostaria de ser identificado como negro? (...). A justificativa mesma da ação afirmativa é que as diferenças, que são fontes de desigualdades, devem, para deixar de sê-lo, não desaparecer – o que é impossível -, mas transformar-se em seu contrário, ou seja, em fonte de compensação e reparação. (GUIMARÃES, 1999, p. 192).

Vemos que a sugestão/proposta por Guimarães, do ponto de vista da prática é absolutamente exequível, haja vista que inserir dados relativos à cor das pessoas nos

cadastros oficiais, certidões de nascimentos, por exemplo, não demandaria grandes investimentos e, além disso, se não solucionasse, poderia contribuir sobremaneira para o equacionamento de muitas questões, além de minimizar a possibilidade de fraudes e questionamentos futuros quando da tentativa de acesso à universidade pública.

Ainda quanto à relevância da coleta desses dados, Silva nos traz a enorme dimensão e pertinência disso, afirmando:

A geração de informações sobre a presença ou ausência de afrodescendentes nas mais diversas instituições do País é essencial para embasar ações direcionadas a superar a histórica exclusão desse segmento da população brasileira. A escassez de dados organizados nesse âmbito é um fato conhecido por quem se preocupa com a resolução da questão, uma vez que dificulta a criação de políticas públicas ou privadas voltadas para a promoção da equidade e a diminuição do preconceito relacionado a raça e etnia. (SILVA, 2017, p. 110).

Também segundo o autor, a própria SEPPIR⁵¹ disponibilizou uma cartilha com orientações no tocante à coleta do Quesito Cor⁵², alertando sobre a importância, principalmente, sobre as diferenças socioeconômicas entre os grupos raciais, e a necessidade da eliminação de tais diferenças, (SILVA, 2017, p.110).

A necessidade da constatação, por mais subjetiva que possa ser, do pertencimento racial ao grupo negro é um ponto ainda nebuloso para alguns (as) e, os segmentos sociais refratários às cotas raciais, de modo invariavelmente distorcido, avocam essa situação para deslegitimar as ações afirmativas, porém, segundo Pereira, (2002), a necessidade da identificação é fundamental:

É necessário fixar que a identidade racial é uma construção histórica e não um dado da biologia. Não é na cor nem nos demais traços fenotípicos de um grupo que reside a sua identidade. São, antes, as interpretações social e cultural dadas a essas

⁵¹ Cabe assinalar a lembrança de que tal Secretaria, SEPPIR, diretamente ligada ao gabinete da Presidência da República, foi extinta em 2016 pela MP 726, coincidindo com a ascensão de Michel Temer ao poder.

⁵² De acordo com a cartilha, informações sobre “cor ou raça” têm reiteradamente comprovado a existência de diferenças socioeconômicas e culturais entre a população negra e a não-negra. A partir disso, foi possível estabelecer ações afirmativas como as cotas nas universidades Federais e Instituições Federais de ensino técnico de nível médio (Lei nº 12.711/2012). “A qualificação dos dados de cor ou raça no Censo da Educação Superior é necessária para o efetivo acompanhamento, monitoramento e avaliação da Lei. Com essa qualificação, os dados sobre ingressos, matrículas, concluintes e docentes poderão ser desagregados, permitindo análises inéditas sobre questão racial e a democratização do ensino superior no país.” (http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2015/05/seppir-lanca-cartilha-sobre-a-importancia-do-quesito-201ccor-ou-raca201d-na-educacao-superior)

características biológicas, que criam simbolicamente a identidade de grupo. (PEREIRA, 2002, p. 65).

Especificamente no que tange à identificação na perspectiva de eventual acesso à universidade via cotas e os intitulados tribunais raciais, atentemos às falas dos (as) estudantes entrevistados (as):

Eu acho bem complicado (...) quem são essas pessoas que estão ali pra julgar? (...) a gente tem uma vasta gama de tonalidades de peles (...) fica bem complicado você deixar na mão de uma comissão a decisão de quem é negro ou não. (Nyasha).

E aí agora você me perguntando. Eu sei que isso é uma pergunta de praxe, mas é que eu já fui tão perguntada sobre isso, e isso me irrita tanto! (...) Talvez seja uma coisa que não esteja bem resolvida comigo. Eu acho ridículo! Quando você se declara preto tem até gente que vai averiguar se você é preto? (...) E até o que é de direito do povo preto pode ser usurpado, por isso você é obrigado a passar por uma banca examinadora em caso de dúvida. Tem muita coisa não resolvida, entendeu? Eu acho tão intransigente isso, dá banca avaliadora, entendeu? (Makini)

Sobre essa questão, há, porém divergências nas respostas dos (as) estudantes. Kinda por exemplo acha que os tribunais devam existir no sentido de salvaguardar o direito do povo negro, já que muitos estudantes brancos se autodeclararam negros para conseguir ingressar naquelas vagas cobiçadas da universidade pública:

Acho muito pertinente. Sabemos de tantas histórias dos brancos que se autodeclararam para ingressarem pelo sistema de cotas, eu acho que isso deveria ser implantado em todos os editais que cabem cotas. (Kinda).

Vê-se pelos fragmentos brevemente expostos que o assunto está longe de configurar consenso e, com base nisso, podemos também inferir que, na eventualidade de a questão da instauração de comissão para aferir o pertencimento racial de quem quer que seja, fosse levada para apreciação de comentários de não negros, provavelmente a polêmica continuaria.

Enfatizam os (as) entrevistados (as) as possíveis implicações quanto não apenas à eventual composição das Comissões, mas também, podemos inferir nesse sentido, a falta, precariedade e/ou eventuais incoerências nos critérios de análise para se aferir o pertencimento racial.

A preocupação é indicativa, outrossim, quanto à possíveis “fraudes”, com eventuais candidatos (as) lançando mão da identificação negra apenas como subterfúgio para o ingresso na universidade, provavelmente entendendo que a concorrência pelo sistema de cotas raciais seria menos acirrada que o universal.

Na atualidade, porém, grande parte das universidades tem lançado mão apenas da autodeclaração, ou seja, não há um filtro composto por comissões que atuariam nos casos de dubiedade quanto à identificação racial do (a) candidato (a) que pleiteia o ingresso via cotas raciais.

Pro bem ou pro mal, a autodeclaração é considerada como critério que melhor se adequa muito em função do notório caso envolvendo os gêmeos idênticos que se inscreveram pelas cotas raciais na Universidade de Brasília nos final dos anos 2000 sendo que, para a seleção, os (as) candidatos (as) enviavam fotografias, em tese probatórias da condição racial que avocavam para si.

Nesse caso concreto exposto, um dos gêmeos foi considerado negro e o outro não, o que acirrou as discussões, culminando com o praticamente sucumbir das comissões de aferição de pertencimento racial. Importante sublinhar que a USP, por ora a derradeira, dentre as públicas no estado de São Paulo a aderir às cotas raciais, tem também como norte a autodeclaração.

Há que considerar, contudo, que como muitas das ações que pautam as relações, inclusive institucionais, no Brasil são norteadas pelo que há muito tempo se convencionou chamar de “jeitinho”, as autodeclarações podem se configurar como um convite à burla e, via de consequências, à injustiças.

Tais “jeitinhos”, em última análise, acabam por minar ou sepultar o sentimento de justiça, além das esperanças daqueles (as) que agem de modo escorreito, porquanto que, ao constatarem “pequenas” fraudes, entendem que todo o sistema está irremediavelmente corrompido.

Ainda que haja restrições as tais comissões, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por exemplo, é uma das poucas que continua a mantê-las, muito em decorrência da grande quantidade de fraudes havidas. Devemos ter em mente, entretanto, que as próprias universidades, inclusive respaldadas pela autonomia da qual gozam, têm a prerrogativa de instaurar os devidos procedimentos nos casos em que haja alguma suspeita de autodeclaração inverídica ou questionável.

Porém, no tocante às tais comissões, há manifestações absolutamente contrárias de pesquisadores que, inclusive, encaram as aferições como autoritárias, como é o caso de Maio e Santos (2005), que são ligados à Fundação Oswaldo Cruz:

o caso da UnB destoaria de outras experiências ao mobilizar especialistas (sociólogos e antropólogos) para certificarem em comissões, junto com representantes de movimentos sociais, quem estaria credenciado racialmente para o sistema de cotas, invalidando o critério de auto atribuição. O posicionamento da Crer-ABA, investido de autoridade político-científica e de uma “ética de responsabilidade”, não tem uma visão ingênua em acreditar que uma política movida pela melhor das boas intenções gera necessariamente bons resultados. Prova disso é que o meio utilizado pela UnB é considerado autoritário. (MAIO e SANTOS, 2005).

Enquanto as cotas raciais ainda estiverem em vigor, não se podendo apontar precisamente por quanto tempo, a questão da identificação racial visando o acesso à universidade pública, provavelmente se manterá como um, ou o ponto mais polêmico.

5.1.6.

Cotas Raciais: Mérito, Privilégio e Direito.

Entendemos, principalmente ante as entrevistas que fizemos, que há a necessidade de tecermos algumas reflexões acerca de três pontos que são nevrálgicos no tocante às cotas raciais, quais sejam, mérito, privilégio e direito.

Isso também em função de um entendimento divergente de grande parte da sociedade brasileira, bem como o de alguns (as) intelectuais, acadêmicos (as) ou não, e que manifestam posições contrárias às cotas raciais. Vitória (2004) calcando seu ponto de vista na questão de classe, atrelada a privilégio e direito, assim se posiciona:

A proposta de implantação do “sistema de cotas” mostra-nos que há, hoje, para setores do movimento e da intelectualidade negra, uma outra concepção de sociedade, crítica à razão moderna, ao universalismo e à visão de totalidade. Que aceita a lógica pós-moderna do homem, fluido e fragmentado, sujeito descentrado, de identidade tão variável que não deixa espaço à solidariedade, à ação coletiva, que tenha por semente uma identidade social comum — a classe por assim dizer. Portanto, estamos contra a implantação da “política de cotas” por vermos nesta a busca da satisfação de uma demanda particular que, não levando em conta a causa desta necessidade, que reside no sistema capitalista, não luta contra este, não se mostra enquanto uma possibilidade de continuidade da luta conjunta com os demais setores da sociedade, que por este sistema também são oprimidos, na busca da emancipação geral. O que vemos, e não aceitamos, é uma proposta que abandona a luta anticapitalista, que abre mão do direito para todos em nome do privilégio de alguns. (VITÓRIA, 2004, p. 5).

Referindo aos três pontos arrolados outras questões advém, quais sejam: Quanto ao mérito: Eu fiz por merecer estar aqui, considerando inclusive que minhas notas são objeto de questionamentos diversos? Quanto ao privilégio: Sou um privilegiado (a) por usufruir ou tentar usufruir das cotas raciais? E, no que se refere ao direito: Essa disposição que me permite, por lei, concorrer pelas cotas raciais, não seria algo que, pelo menos em tese, poderia macular minha presença na universidade?

São questões que provavelmente instigam e colocam inúmeras outras interrogações nas cabeças dos (as) pretensos (as) ingressantes na Unifesp, e que tem que avaliar, ao fim e ao cabo, se concorrem ou não pela via das cotas raciais.

No que se refere à meritocracia assim se manifestaram os (as) entrevistados (as) quando questionados (as) se as cotas raciais, em sendo adotadas, comprometeriam a meritocracia e poderiam macular a qualidade dos cursos:

Ter pessoas que ingressaram pelo sistema de cotas nos cursos, jamais mudaria a qualidade desses cursos, essas pessoas, elas estão ali porque elas se esforçaram (...) elas se esforçaram porque sempre lhes foi dito que elas não deveriam estar. (Nyasha).

Eu acredito que não. Se a gente vive na democracia, sem se democratizar o ensino, e isso eu acho que assusta a fala de meritocracia, né? (...) são outros corpos ocupando espaços que são historicamente compostos por brancos (...) eu acho que é muita branquitude que pauta o que é meritocracia (Malika)

No mesmo sentido Damany indica que não necessariamente comprometeria a qualidade das pesquisas, nada do tipo. Já Rudo entende que certamente não, pontuando que é um mito já derrubado. Makini aponta que há muitas coisas em questão e, quanto a macular a

qualidade dos cursos assevera que não. E Kinda, por fim, aponta que a estrutura que espera que alunos, negros oriundos de escolas públicas, aceitem toda uma lógica arcaica e eurocêntrica, é um grande desrespeito e um racismo institucional.

No que se refere a possíveis privilégios, e ponderando sobre as ações afirmativas, para negros (as) os (as) entrevistados (as) assim se pronunciaram:

Eu considero mais do que necessário (...) Nós nunca nos sentimos parte de lugares acadêmicos (...) é necessário que haja pessoas negras nesses lugares (...) nós ocuparemos esse espaço, e é necessário que haja esse tipo de cota. (Nyasha).

Eu acho que vem acontecendo (...) o avanço existe, mas ele é bem a pequenos passos. (Malika).

Os (as) demais se manifestaram, em linhas gerais, no mesmo sentido, sendo que Damany aponta que é necessário ter pessoas que estão nessa relação de mundo para poder falar disso, de maneira que a gente se identifique, não só pelo assunto, mas pela pessoa. Já Rudo entende que é de extrema importância para que se tente dirimir as desigualdades, para que negros se insiram nos espaços participando das reflexões e posicionando-se. Makini entende as ações afirmativas como populistas e defasadas e, segundo ela, “eles só dão um pedaço da carne pra gente sentir o cheiro, mas na hora de morder, eles tiram”. Kinda indica que as ações afirmativas não configuram privilégios, mas faz a ressalva que são mal aplicadas.

Por fim, quanto ao tripé acima arrolado acima, qual seja, mérito, privilégio e direito, atentemos para as questões de direito externadas pelos (as) entrevistados (as):

Quanto às universidades, eu considero mais que obrigação (...) A universidade pública, ela é pública! Ela deveria ser garantida a todos, deveria ser pras pessoas que não tem dinheiro pra pagar uma universidade particular. E quem tá dentro dessas universidades públicas, são pessoas que tem dinheiro. (Nyasha).

É totalmente legítimo (...) e tem que ir pra cima mesmo, né? Como que vai ser a formação dessas pessoas que vão chegar aí, na primeira leva de cotas? É um ajuste histórico, né? (Malika).

Quanto às outras manifestações Damany nos traz que se começa a escrever histórias dentro das universidades, destacando que não que não estivessem escritas pouco a pouco, mas que se trata de campo em disputa. Makini reflete que o ensino deva ser democrático, e que o conhecimento seja democratizado, o que alguns (as) têm medo. E Kinda, concluindo, nos revela que estamos ocupando um espaço que nunca foi imaginando que ocuparíamos, e que isso incomoda.

Tratando de espaços que devam ser ocupados e que tal ocupação, mais que segregar, tem o condão de agregar, Teixeira (2016), assim nos elucida:

Não é tratar o negro com racismo, as cotas não segregam, ao contrário disso elas buscam exatamente AGREGAR, incluindo o negro na universidade para que este frequente outros espaços sociais de oportunidades e conquistas. Esta visão reducionista de que cota racial é racista interpreta tal ação afirmativa como um fim em si mesmo, no sentido de simplesmente dizer quem é negro. Reconhecer que existe racismo não é ser racista, é sim um processo de conscientização que antecede ações de combate ao preconceito, e tem o principal objetivo de amenizar desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre raças. (TEIXEIRA, 2016, p. 2)

Há que se sublinhar, outrossim que, vencidas as questões apresentadas, após o acesso outras necessariamente se apresentarão, e que estarão adstritas à permanência e eventual formação dos (as) estudantes.

Há um dado relevante, principalmente quanto aos (as) atuais estudantes negros (as) da UNIFESP que se refere ao porvir, haja vista que, mesmo ante a uma série de dificuldades com relação à permanência, até em função da precariedade e/ou insuficiência dessas políticas de permanência, por óbvio tendo aí a questão de limitações orçamentárias e/ou corte de recursos, muitos (as) estudantes, apesar disso, felizmente, se formam, ainda que levando mais tempo pra isso.

Porém, a saída da universidade não garante, necessariamente, inserção no mercado formal e áreas específicas de atuação, e mesmo a continuidade na academia, enquanto possíveis pesquisadores (as). Atentemos às falas dos (as) entrevistados (as) quanto a isso:

Porque você termina a faculdade e poucos conseguem um emprego na área. Não apenas no mercado de trabalho, mas na produção acadêmica a gente tem diversos espaços que não estão abertos. (Nyasha).

A gente tá vendo isso em curso, né? Eu não sei, eu acho que os frutos disso, eu acho que é um embrionário, ainda (...) a gente vai ver essa modificação (...) a gente tem a conquista, mas e a execução, né? (...) a cota é um pouco disso também, desses passos curtos. (Malika).

Essas questões atreladas ao porvir estão contempladas nas falas de todos (as) e, com base nisso os (as) demais sinalizam que “É preciso ter essa reserva para que a gente garanta o mínimo de produção, desse assunto de formação de pessoas negras (...) pra que a gente faça essa pressão pro mercado privado que ainda desqualifica negros que entram por cotas”, segundo Damany. Já Rudo revela que a luta pelas cotas é apenas um ponto, destacando que negros adentram na universidade, mas nem todos se formam, até em função da violência que continua a matar negros. Kinda, pontuando que as cotas são necessárias, assevera que o sistema deveria ser ampliado para outras áreas, como o acesso à terra, trabalho, saúde, parlamentos, etc.

Já Makini é mais incisiva e diz:

Quando eu saio dali não tem cota! Eu vou trabalhar do que? De novo de vendedora? De novo de babá? De novo de auxiliar de classe? (Makini).

No que se refere às razões pelas quais os (as) estudantes e candidatos (as) à vagas no campus Guarulhos da Unifesp optam pela concorrência via sistema universal, há a inferência de que, possivelmente, a concorrência via cotas raciais é, ou seria, maior, minimizando assim as chances de acesso.

Trata-se, provavelmente de uma ilação, haja vista que, até em função de a lei de cotas ser relativamente recente, não encontramos dados concretos ou outros elementos probatórios quanto a isso, haja vista que sempre dependerá do número de candidatos (as) e das vagas ofertas nos diversos cursos.

Há o entendimento por parte dos (as) estudantes participantes da pesquisa, ainda que não tenham feito a opção pelas cotas raciais, de que esse modo de acesso é pertinente e necessário enquanto reparação ou compensação por situações pretéritas. Cumpre sublinhar

que todos (as) se manifestaram favoráveis ao sistema de cotas, ainda que com ressalvas por parte da estudante de Letras.

E, quando nos referimos às possíveis reparações e/ou compensações, a educação, com relevo para a superior, quase sempre aparece como ponto nuclear.

Gomes (2000) indica que a educação é precisamente um exemplo perfeito do divórcio entre lei e realidade, entre meras proclamações jurídicas e direitos efetivamente assegurados. A perspectiva de que a educação possa na prática adquirir a condição de direito é um dos nortes das falas:

Já estava mais do que do que no momento de se assumir o que foi feito ao povo negro (...) nós nunca nos sentimos parte de lugares acadêmicos (...) é necessário que hajam pessoas negras nesses lugares (...) nós ocuparemos esse espaço. (Nyasha).

As ações afirmativas vem e trazem toda essa discussão pra que a gente possa ingressar num curso como o da UNIFESP, e ter uma educação que é privada da gente há muitos anos (Damany).

Acho que atende aí as reivindicações do movimento negro que tá há tanto tempo aí caminhando por essa pauta, né? E a gente não tá pedindo muita coisa, né cara? Não prejudica ninguém, é o negro tá tendo acesso à universidade (...) A gente tá lutando há tanto tempo aí, por uma coisa mínima. (Rudo).

A estudante Makini, entretanto, entende que as cotas raciais não pagam uma dívida histórica, considerando absurdo encarar as cotas como pagamento pois, na sua visão, o sistema de cotas não paga nada.

As opiniões novamente divergem, até em função da percepção de que as cotas raciais são transitórias e, por si apenas, não tem o condão de reverter todo um processo histórico de exclusão do segmento populacional negro, sem perder de vista, porém, a importância das cotas como algo que contribua para ascensão de negros (as) e, eventual mudança de paradigmas.

Ajustes históricos, acesso à educação superior, especialmente em universidades públicas, reivindicações dos movimentos sociais negros sendo gradativamente atendidas, a

universidade deixando de ser um espaço interdito aos negros e negras, ou seja, uma série de argumentos atrelados à reparações.

Por óbvio, as cotas raciais não reverterão a opressão consubstanciada no regime escravocrata durante séculos vigente, o racismo explícito ou velado que continua a atingir a população negra, etc., porém caberá ao futuro apontar e mensurar os avanços.

Agora, talvez pelas situações cotidianas que ainda persistem em pautar as relações de poder no Brasil, outras políticas podem ser ampliadas, não somente visando o acesso, mas fundamentalmente a permanência, podendo e devendo-se conjugar ambas políticas.

5.1.7.

A Universidade como Território Hostil aos (às) Negros (as).

Por paradoxal que pareça, o acesso a uma universidade pública de primeira linha não indica, necessariamente, garantia de que os (as) alunos (as) estarão num ambiente harmonioso e saudável, inclusive do ponto de vista da saúde psíquica.

Quanto a isso, Janoário (2013) nos diz que o pensamento racista eterniza o sentimento de subjugação e subalternidade do outro. Dito de outra forma, classifica o outro como sub-humano, incapaz de reconhecer a própria realidade. E ainda pondera que:

Estas relações são cotidianamente reforçadas pelo racismo institucional, leia-se acadêmico, que nega a subjetividade, desumaniza e oprime através de um sistema disciplinar que relega o (a) negro (a) ao reino do invisível. Em um ambiente universitário onde não se valoriza a negritude, onde o (a) negro (a) é conduzido à invisibilidade, abre-se um campo de isolamento e vulnerabilidade. É, de fato, um espaço que atribui ao (à) negro (a) a impressão de insegurança, de suspeição, de dúvida, de não acolhimento, de não pertencimento, de estar fora de lugar. Portanto, estar diante de uma cultura institucional, majoritariamente branca, reforçada por meios de comunicação racistas, por uma literatura que não contempla a cultura afrodescendente, por um discurso que enaltece o princípio do mérito e renega o grave quadro de desigualdade racial, é o mesmo que estar inserido em um contexto deslegitimador da própria História, numa espécie de cultura do esquecimento, na qual a memória sozinha não tem nenhum significado. (JANOÁRIO, 2013, p. 113/114).

As manifestações dos (as) entrevistados (as) são diversas e alguns (as) apontam que professores (as) e outros (as) estudantes tratam os (as) estudantes negros (as), cotistas ou não, com certa hostilidade, estigmatizando-os (as).

Geralmente rola bastante covardia, né? (...) as formas como os professores da universidade, brancos, eles tratam a gente, assim ... (Malika).

É o estigma, a gente sempre carrega ele (...) o racismo está aqui, e ele está sendo praticado...é aquele, aquela coisa que eu falei, as vezes não explicitamente os professores dizem, mas ali nas sutilezas. (Damany).

Silva, (2002) nos aponta que o principal objetivo da ação afirmativa para as pessoas negras é combater o racismo e seus efeitos duradouros de ordem psicológica. No entanto, no sistema vigente, o acesso à educação superior além de não representar, necessariamente, uma possibilidade de mobilidade social ascendente, pode ainda ser algo doloroso, ante as dificuldades múltiplas, relacionadas à permanência dos (as) estudantes. Assevera ainda a autora em questão que:

Outra meta importante é introduzir mudanças de ordem cultural e de convivência entre os chamados “diferentes”. Para alcançar esse fim, no caso brasileiro, é preciso criar as condições para que as pessoas negras possam acessar boas escolas e se desenvolver em profissões de prestígio, até agora destinadas a certos grupos sociais. Devem-se prever também metas de curto, médio e longo prazos para a promoção da equidade e da justiça social. (SILVA, 2002, p. 107).

Ainda que se entenda as cotas raciais como algo legítimo e elemento reparador de injustiças, principalmente na educação, os (as) entrevistados (as) ressaltam que a universidade é um local hostil à presença dos (as) mesmos (as), cotistas ou não:

A faculdade não é um espaço acolhedor ela acaba te soterrando. Por isso muitos largam (...) não adianta você colocar essas pessoas dentro da universidade e sim, e deixar lá, ao léu (...) isso mexe com a sua cabeça, a universidade é um lugar que mexe com a cabeça das pessoas (...) o número de suicídios que a gente tem dos alunos negros da universidade, na UNIFESP Guarulhos (...) eu tenho amigos que abandonaram, eu tenho amigos que sequer tentaram entrar. Por medo. (Nyasha).

Mas um lugar saudável pros negros estudarem, porque não, muitas vezes não é saudável. É muito insalubre O ambiente é insalubre, hostil e cansativo (...) a gente poucas vezes quer ficar, essa é a

verdade (...) a gente consegue sempre, sempre pela fuga, nunca por estar ali num ambiente tranquilo. (Damany).

As falas elencadas são reveladoras de um ambiente árido e, por vezes, desestimulante que pode, em última análise, forçar abandonos, o que para a própria universidade não é bom, haja vista que, pelo menos no plano ideal, quando uma vaga é aberta, há a presunção de que haverá a conclusão do curso.

A estudante Kinda aponta que o ambiente universitário exala o racismo institucional por todos os lados dos corredores, e é difícil dizer quem não tenha sofrido racismo dentro da instituição, e ainda acrescenta:

(...) O NNUG (...) questionou a Reitora, na época S. S. sobre como num contexto de incidentes de 3 suicídios de universitários, em um ano, no qual 2 eram negros e relatavam a angústia da vida universitária, não havia um atendimento psicossocial do NAE com recorte racial. Recebemos uma resposta em três linhas (a resposta mais curta dentre todas as que foram feitas), dizendo que o NAE não faz distinção de cor para os atendimentos psicossociais, isso não se faria necessário entendendo que os alunos são todos iguais. (Kinda).

Quanto a essas questões apontadas pelos (as) estudantes inferirmos, também, que são norteadoras dos consideráveis números de evasões dos (as) alunos (as), sendo que os (as) negros (as) são ou estão mais sujeitos a isso.

As hostilidades que atingem negros (as) no âmbito universitário perpassam também as necessárias adaptações pelas quais os (as) estudantes devem passar, inclusive do ponto de vista do formalismo da produção acadêmica, sendo que as lacunas de uma educação pública precária no ensino fundamental básico, e uma série de falhas que são carregadas para o ensino médio contribuem para isso, inclusive do ponto de vista psicológico.

O sociólogo Clovis Moura nos traz uma excelente reflexão quanto a isso:

Os mecanismos psicológicos ocultos que, muitas vezes, não chegam ao nível de consciência podem determinar um tipo de ambiguidade que deixa incompreensível o seu comportamento social e a sua produção cultural. O intelectual negro tem assim um painel de dinamismo individual muito contraditório, pois, tem de se expressar na linguagem erudita, com uma temática quase sempre escolhida da problemática que não é afro-brasileira, e, ao mesmo tempo, tem de submeter sua obra ao julgamento de leitores e críticos que a consideram apenas através dos seus

valores estéticos convencionais, vale dizer, dos padrões brancos que dominam a cultura brasileira. (MOURA, 1994, p. 191/192).

Não obstante, não devemos perder de vista que a própria UNIFESP, pelo menos no campus Guarulhos, apresenta uma mudança gradativa no seu perfil racial, com ou sem cotas raciais e isso, em última análise pode contribuir para a construção de uma rede de solidariedade entre os (as) alunos (as) negros (as), cotistas ou não, de modo a criarem recursos, reais e simbólicos, para a manutenção nos cursos e a consequente e necessária conclusão. A estudante Nyasha quanto a isso indica que colocando pessoas negras nesses lugares os avanços se materializam, apontando também a importância da produção acadêmica sobre negros feita por negros. Outras falas também são significativas nesse sentido:

Oito anos e meio na universidade, na UNIFESP, é eu observei uma mudança completa da cor da universidade desde 2010 pra frente. (Malika).

O panorama geral é que hoje eu consigo encontrar muito mais pessoas se especializando, fazendo pesquisas relacionadas a essa tema dentro das universidades (...). Agora temos já algumas referências pra poder falar dos nossos modos de fazer, então eu acho que isso é uma mudança racial, assim que começa a influenciar diretamente, e relacionado às políticas afirmativas. (...). É necessário ter pessoas que estão nessa relação de mundo pra poder falar disso, de maneira que a gente se identifique, né? Não só pelo assunto, mas pela pessoa também. (Damay).

Olha, a UNIFESP é a faculdade que eu mais vi gente preta na minha vida! Eu nunca vi tanta gente preta em tantos estágios da graduação como eu vi. E eu realmente não acredito que seja devido tão somente às cotas. (Makini).

Em conquistado o acesso à universidade pública, particularmente a UNIFESP, por mais negros (as), e estando essas pessoas ingressantes cientes de que as questões atreladas ao grupo racial podem ser pensadas numa perspectiva coletiva, provavelmente a estada seja menos traumática e mais produtiva, com a conotação adstrita ao pertencimento.

Creemos também que as formatações dos coletivos, tanto o NEAB quanto o NNUG, por exemplo, tem papel preponderante tanto quanto às políticas públicas para o grupo negro, quanto para consecução da rede de solidariedade.

Essas redes podem contribuir, seja do ponto de vista simbólico, ou efetivo, para o sucesso acadêmico de negros e negras que, num movimento ascendente, tornará a dinâmica da permanência mais favorável, ainda que não ideal, porém não podemos perder de vista que a academia, com toda a conotação de diversidade que a contemporaneidade a cobra, ainda não se mostra apta a acolher, com a conotação mais ampla que contém o termo acolhida.

Barboza (2012) nos traz que se por um lado a Educação caminha em via de uma democratização, no que condiz ao acesso, por outro, essa postura gera alguns questionamentos, uma vez que este novo caminho, com face democrática, não está isento das influências econômicas e classistas que acompanharam a trajetória do sistema educacional e que ditam as regras nos espaços de decisão política ainda hoje.

Não se quer com isto fundamentar uma crítica negativa sobre tais programas, nem desconsiderar os resultados por eles alcançados, já que se conhece a importância que os mesmos possuem nas representações da classe menos favorecidas no que se refere, principalmente, à possibilidade de ascensão social, mas também à construção de uma sociedade mais igualitária. Porém, é importante ressaltar que essa direção assumida, embora nos permita imaginar, em um futuro próximo, um maior número de diplomados no ensino superior – incluindo uma parcela significativa da classe C, caso olhemos tais ações com otimismo – não podemos acreditar que a desigualdade será, facilmente, superada, já que o que se observa é a ampliação do acesso, mas a permanência de um funil seletivo. (BARBOZA, 2012, p.17)

As manifestações dos (as) estudantes são reveladoras dessa dimensão perversa, não deixando margem para dúvidas quanto à hostilidade acadêmica e, em última análise, não podemos perder de vista o viés institucional. Por óbvio essa própria hostilidade presente no campus é agravada pela fragilidade das condições e políticas, (ou falta delas) de permanência estudantil.

Considerações Finais.

No processo lento e gradual quanto à adoção das cotas raciais, constatamos que tal política está ainda por ser aperfeiçoada e difundida para que as pessoas, quiçá, possam fazer a opção de modo consciente em vários sentidos, mas, fundamentalmente, de que, em optando pela cotas, não tomam vagas de outrem, e que o sistema é constitucional, segundo decisão da Suprema Corte Brasileira, além de previsto em norma infraconstitucional, a Lei de Cotas. Isso é um dado concreto e, por ora, imutável, tendo em vista a previsão legal aludida.

Para se trabalhar com legislações, entendemos sempre conveniente atentarmos para alguns aspectos históricos e marcos temporais, inclusive para que se tenha a noção das limitações e implicações das próprias legislações e, nesse sentido, a título meramente de ilustração, entre inúmeros exemplos, destacamos que, em 1889, foi proclamada a República e, com essa nova ordem de coisas, poder-se-ia se supor e presumir que seria coerente e oportuno, com esse novo estado consubstanciado no rompimento com o regime imperial, que seria promulgada uma nova Constituição, por óbvio, republicana.

Porém, antes da Constituição da primeira da República, que seria promulgada apenas em 1891, ao arrepio de qualquer princípio de razoabilidade, inclusive cronologicamente falando, foi aprovado o Código Penal, em 1890, e não se tem notícia, principalmente no ocidente, de algum fato dessa natureza, sendo provável, portanto, que o Brasil tenha sido o único país do mundo a consolidar algo tão bizarro. Segundo Oliveira (2013):

O Brasil protagonizou, portanto, uma situação única e paradigmática no mundo, já que depois da proclamação da República, na perspectiva de uma nova ordem constitucional que se esperava fosse colocada em prática, optou em primeiro lugar por garantir a repressão antes de garantir os direitos. Como a Lei penal criminalizava sobretudo a capoeiragem e o curandeirismo, é certo que ela tinha destinatários certos: os escravizados recém e formalmente libertos. (OLIVEIRA, 2013, p. 24) ⁵³

Essas ponderações são feitas apenas para se ilustrar que no Brasil, sempre foi um desafio lidar com as legislações, seja pela extrema abundância das normas, seja em função de questões hermenêuticas, validades, revogações, alterações, etc., porém de modo fundamental, a eficácia de tais leis considerando a necessária e eventualmente pretendida substancialidade.

⁵³ Devemos atentar que também eram criminalizadas a mendicância e a vadiagem, sendo certo que os negros, recém “libertos”, compunham o grande contingente dos chamados “mendigos” e “vadios”, por razões sociais e históricas notórias.

Quando a lei, qualquer que seja, precisa de regulamentação, como é o caso da Lei de Cotas, ou seja, precisa de outra norma, decreto que lhe atribua diretrizes para que seja, ainda que minimamente substancializada, pressupõe-se que a própria lei original carece de eficácia, quanto ao entendimento e objetivos em princípio propostos.

É exatamente o que acontece, para efeitos deste estudo, com a Lei de Cotas, n.º 12.711 de 2012, cuja regulamentação veio com o Decreto n.º 7.824, também de 2012.⁵⁴ Verificando a Lei de Cotas, que contem exatos 9 (nove) artigos, bem como o Decreto que a regulamentou, n.º 7.824/12, que contem outros exatos 11 (onze) artigos, constatamos uma série de repetições, havendo portanto questões complexas quanto à lei propriamente dita e sua regulamentação, o que aponta a necessidade da análise concomitante dos dois documentos legais, como já sugerimos, mediante a leitura atenta e conjunta dos documentos.

Apenas a título de exemplo, reproduzimos o artigo 1º da Lei de Cotas e, imediatamente após, o artigo 2º do Decreto que a regulamento:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 2º As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

Reproduzimos, literalmente, apenas dois artigos das respectivas leis, numa perspectiva de indicar o quão complexa pode ser a análise conjunta de determinadas legislações, haja vista que uma deve ser encarada em face da outra, exatamente na perspectiva de tentar se minimizar a possibilidade de interpretações errôneas, vindo daí, também, os limites das legislações, quando dizem praticamente o mesmo.

Quanto aos beneficiários e/ou público alvo, notamos que a Lei de Cotas também contempla brancos (as), haja vista que prevê reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e pobres em dois níveis de renda, o que vale dizer que brancos (as) são

⁵⁴ É sempre recomendável a leitura de ambos os textos, até para se comparar e se ter ideia das inúmeras repetições, quiçá desnecessárias.

beneficiados, sim, por ações afirmativas, através das cotas sociais que, na essência, não deixam de ser cotas. Porém, muitos críticos das cotas quando apresentam argumentos, o fazem, invariavelmente, de modo distorcido e imponderado, e não citam os (as) brancos (as) beneficiários (as), o que caracteriza no mínimo, uma hipocrisia.

Outro aspecto determinante é que o direito, por mais redundante que seja tal aspecto, deve ser tratado como direito, com o respaldo da legislação vigente, como não poderia deixar de ser e, em sendo direito, não há que se falar em possíveis privilégios, bem como eventual usurpação de um lugar, havendo aí uma questão de ordem semântica ou de (des) entendimento visto que, quando se discorre acerca da possibilidade de se “tomar” o lugar de alguém, considera-se que o lugar é, ou seria, da pessoa que se apresenta, em princípio, como pretensa titular desse lugar, o que não é o caso das cotas raciais.

As vagas não estão à disposição, pura e simplesmente, para que os (as) brancos (as) ou outros segmentos não negros as ocupem indistintamente quando quiserem, aliás, em se tratando de universidades públicas as vagas pertencem, de modo abstrato, ao público. Nesse sentido, as vagas a serem preenchidas não tem titular absolutamente nenhum, donos (as) ou proprietários (as) e, assim sendo, não podem, até por impossibilidade física e real, serem roubadas ou usurpadas.

Com relação a isso, a questão do lugar da branquitude aflora, atrelada à questão do lugar de raça como indica oportunamente Piza:

Não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros. As consequências dessa visibilidade para negros é bem conhecida, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que é ele o modelo paradigmático de aparência e de condição humana. (PIZA, 2003, p. 72).

Essa geografia social de raça se configura exatamente nesse espaço avocado por pertencimento exclusivo de alguns (as), sendo que esses (as) não admitem a reserva de vagas, ainda que prevista em lei, haja vista que o local já estaria reservado por tradição e hierarquia.

Verificamos o indisfarçável desconforto quando não há mais o desfrute de tal privilégio, e esse desconforto em muitas ocasiões aflora de modo histérico e raivoso, sendo a mídia em geral, e as redes sociais em particular, terreno fértil para as manifestações de ira.

Quanto à presença de negros (as) especificamente no campus Guarulhos da UNIFESP, temos que considerar a seguinte interrogação proposta: Eu sou negro (a). Tenho que ser ou deveria ser, necessariamente, cotista? Este questionamento simbólico está atrelado ao aspecto de grupo e a visibilidade de tal grupo e, quanto a isso, Piza pondera:

É esta excessiva visibilidade grupal do outro e a intensa individualização do branco que podemos chamar de “lugar” de raça. Um “lugar” de raça é o espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos desta relação. Assim, o lugar do negro é o seu grupo como um todo e o do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. (PIZA, 2003, p. 72)

Isto posto, e tendo em vista o objetivo geral e os específicos propostos, passamos a considerar as razões das opções dos (as) estudantes negros (as) pelo sistema universal, abrindo mão das cotas a que fariam jus pelo pertencimento racial negro.

A opção se dá, em linhas gerais, por questões absolutamente práticas e pragmáticas pois, em princípio a classificação ao campus Guarulhos se dá pelo sistema universal, invariavelmente, através do ENEM e SISU e, em tendo a nota para ingresso, o (a) pleiteante é chamado (a), ficando relevadas as cotas raciais, mesmo em se tendo optado por esse modo.

Há que se atentar que o sistema vai sendo atualizado gradativamente e, nesse sentido, pode-se adaptar as opções, além de eventualmente acontecer que as notas de corte pelo sistema de cotas podem ser mais altas que a do universal, exatamente pelo número menor de vagas disponibilizadas às cotas raciais.

No tocante às especificidades pensadas, as autodeclarações manifestadas são feitas de modo consciente e considerando os históricos sociais e as origens familiares dos (as) pesquisados (as), havendo uma compreensão consideravelmente significativa de como o sistema de cotas raciais opera na prática e suas implicações.

As relações entre os (as) negros (as) acadêmicos (as) são leais e pautadas pela solidariedade e identidade racial e, embora as cotas raciais sejam assunto quase nunca anunciado no âmbito universitário, a compreensão de que isto está no bojo das relações nos âmbitos pessoal e institucional se faz presente.

No que se refere às relações entabuladas entre negros (as) cotistas e não cotistas, apuramos que todos (as) os negros (as) são objeto de observação, exatamente pela percepção de que todos (as) são identificados (as) como potenciais cotistas, sendo ou não optantes pelas cotas raciais, bastando para tanto ser negros (as). Cumpre sublinhar que, em sendo vistos (as) como cotistas, também podem ser considerados (as) como usurpadores (as) de vagas que não lhes pertenceriam, daí um das razões de não se querer a identificação de cotistas.

O acesso à Unifesp via cotas raciais é percebido e entendido como algo legítimo, sendo que os (as) entrevistados (as) indicaram que todos (as) aqueles (as) que entendem mais adequado lançar mão dessa modalidade devem fazê-lo, inclusive respaldados (as) pela Lei de Cotas raciais, ainda que nem todos (as) tenham conhecimento detalhado do texto da lei, o que é absolutamente compreensível.

O ambiente universitário ainda revela preconceitos e comportamentos discriminatórios muito comuns além dos muros da academia. Talvez o dado mais significativo quanto a isso esteja consubstanciado no fato de algumas atitudes preconceituosas partirem exatamente de professores (as), como relatado pelos (as) entrevistados (as), notadamente de modo velado, como ocorre comumente no racismo à brasileira.

No tocante à permanência, e as dificuldades a ela atreladas, bem como à trajetória dos (as) pesquisados (as), apuramos que os históricos de vida são muito similares e comuns às famílias negras, sendo o percurso invariavelmente composto de escolas públicas, a necessidade de conciliar trabalho e estudos, o apoio da família apenas de modo subsidiário, além das nuances relativas aos deslocamentos até Guarulhos, a precariedade das políticas de bolsas e outros benefícios, etc.

Ainda hoje não se espera, ou se deseja, que o (a) negro (a) esteja na universidade, com especial relevo a pública e, caso esteja, que seja, em última análise, via cotas raciais, a parte que lhe cabe, por esse modo de acesso, a um espaço hegemonicamente branco. A reserva que lhes é destinada, por lei, benevolência, assistencialismo, ou até privilégio, em síntese, o quinhão a que faz jus.

Quando este (a) negro (a) ingressa na universidade pública, sem recorrer às cotas raciais fica, ou poderia ficar, duplamente visado (a). Em primeiro porque adentrou a um espaço que não lhe pertenceria e, em segundo, porque ousou ignorar aquele quinhão percentual que seria seu e para os (as) seus (as), ou seja, as cotas raciais.

A presença na Unifesp via sistema universal pode ser tornar, portanto, duplamente incômoda, pois os (as) ingressantes ocupam lugares que não são destinados aos (às) negros (as) e via de consequência, deixam de ocupar lugares destinados aos (às) negros (as), como em princípio se espera. Na Unifesp, campi Guarulhos, isso se mostra de modo nítido também função do considerável contingente negro de acadêmicos (as), com ou sem cotas raciais.

Contudo, por mais que seja um chavão, ou frase surrada, ainda entendemos que a educação, plena e democrática, ainda permanece como o caminho mais promissor para uma sociedade plural, seja através das cotas raciais como meio de acesso à universidade pública, ou outras formas passíveis e possíveis.

mais fácil ficar no gueto
não enfrentar o medo
de no volante de um zero
ser confundido com assaltante

mais fácil não sair do gueto
sem ter de afrontar a milícia de olhares hostis
a te questionar: o que fazes aqui?

mais fácil vociferar contra os ricos
do que ir disputar a riqueza

mais fácil exaltar a favela
a quebrada
do que ir morar onde moram
os estudiosos do negro, dos pobres
que lhes passam a mão na cabeça
como fazem com seus bichinhos de estimação

mais fácil ficar agrupado no gueto
do que encarar a solidão
e outras feras em meio à selva de concreto e ferro
do pensamento eurocêntrico

é mais fácil pensar que estudo é lavagem cerebral
do que peitar a banca
e seu rancor vingativo
considerado normal

mais fácil espichar o cabelo
para se parecer com a patroa
gente da novela e dos comerciais de shampoo
do que usar o seu crespo
e ser visto a olho nu

é mais fácil pensar que de fato
tudo vai muito bem como almejado:
uma vida pacata

é mais fácil
mas acorrenta
tortura
sempre a dor reata
e aos poucos
mata⁵⁵

(Jeitinho – Luiz Silva - Cuti)

⁵⁵ Texto publicado em Negrhúmus Líricos – Poemas, 2017.

Referências Bibliográficas.

- ALUNOS cotistas podem receber aula de revisão. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 26 jul. 2016. Política, pg. A4.
- ARTES, Amélia. CHALCO, Jesús Mena. *Expansão da temática Relações Raciais no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes*. Educ. Pesqui, São Paulo, 2017.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Cota Racial e Estado: Abolição do Racismo ou Direitos de Raça?* Cota racial e Estado Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 213-239, jan./abr. 2004.
- AZEVEDO, Reinaldo. *Sistema de Cotas – Um problema social ou racial?* In: Polêmicas Contemporâneas. Sesc/SP, Lazuli Editora: São Paulo, 2004.
- BARBOZA, Carlos Daniel da Luz. *Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior*. Puc Rio: Rio de Janeiro, 2012.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em Preto e Branco: Discutindo as Relações Raciais*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- _____. *Racialidade e Produção de Conhecimento*, Racismo no Brasil. ABONG, Ação Educativa: São Paulo, 2012.
- _____. *Branquitude e Poder – A Questão das Cotas para Negros*. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005.
- BORDIEU, Pierre. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. In: BRANDÃO, André Augusto. MARINS, Mani Tebet A. de. *Cotas para negros no Ensino Superior e formas de classificação racial*. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo:, v.33, n.1, p. 27-45, jan./abr. 2007.
- BUONICORE, Augusto. *O marxismo e a questão colonial e racial*. In: Um olhar negro sobre o Brasil. São Paulo: Anita Garibaldi, 2007.
- CAMPOS, Cynthia. Texto de Apresentação. In: Ações Afirmativas e Políticas de Cotas no Brasil: Uma Bibliografia – 1999-2012. Orgs. Lucia Gaspar e Virgínia Barbosa. Recife: Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, 2013.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade Racial no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CELLARD, A. *A análise documental*. In: POUPART, J. et. al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades. In: Jornal da Unicamp – Especial cotas étnico-raciais, 2017
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; de Nazaré SILVA, Rosângela Maria. *Relações raciais e educação: o estado da arte*. Revista Teias, v. 14, n. 31, p. 114, 2013.
- COUTURE, Eduardo. *Os Mandamentos do Advogado*. Porto Alegre: Editora Sergio Antonio Frabris, 1987.
- CUNHA Jr., H. *A indecisão dos pais face à percepção da discriminação racial na escola*. In: Cadernos de Pesquisa, n.º 63, 1987.
- CUTI. *Negroesia – Antologia Poética*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- _____. *Negrhúmus Líricos*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2017.
- DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS – entre a lei e as práticas sociais. Brasília: Edições UNESCO NO BRASIL, 2002.
- DIAS, Lucimar Rosa Dias. *Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003*. In: História da Educação de Negros e outras histórias. UNESCO, Ministério de Educação: Brasília, 2005.

DIEHL, Astor Antonio. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. *Espaço Aberto Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica*. In: Revista Brasileira de Educação, n. 29, p. 164-176, 2005.

FANON, Frantz. *Pele Negra Máscaras Bancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Viviane Barboza. SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. *Identidade Negra entre exclusão e liberdade*. Revista de Estudos Brasileiros. n. 63. São Paulo, 2016.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy Assis de. *As ações afirmativas na educação superior: Política de Inclusão ou Exclusão?* Feira de Santana: Editora da UEFS, 2011.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. Cadernos AEL, v. 15, n. 27, 2012.

FRIAS, Lincoln. *As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?* Revista Direito, Estado e Sociedade n.41 p. 130 a 156: Rio de Janeiro, jul./dez. 2012.

GIRÃO, Roberto Henrique. *O Princípio da Igualdade e as Cotas Raciais em Universidades e Concursos Públicos Federais: Uma Análise Constitucional Acerca do Tema*. (s/ data, p.).

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais*. Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil, 1995.

GOMES, Joaquim Barbosa. *Ações Afirmativas: aspectos jurídicos*. In: Racismo no Brasil. ABONG, Ação Educativa: São Paulo, 2012.

GOMES, Nilma Lino. MARTINS. Aracy Alves (Orgs.). *Afirmando direitos: Acesso e permanência de jovens negros na Universidade*. Minas Gerais: Autêntica, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. *Cadernos Pagu*. São Paulo, n. 6-7, 1996.

GOMES, J. V. *Família, escola, trabalho: construindo desigualdades e identidades subalternas*. São Paulo: FEUSP, 1996 (tese de livre-docência).

GOMES, Nilma L. *Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça*. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 120, 2012

GONÇALVES, L. A. *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação*. Belo Horizonte. UFMG, 1985 (dissertação de mestrado).

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HERINGER, Rosana. *Desigualdades Raciais na Educação e Ação Afirmativa no Brasil*. In: A Universidade e a Formação para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/CONE, s/d.

IANNI, Octavio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

JACCOUD, Luciana de Barros. BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades Raciais no Brasil – Um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.

JANOÁRIO, Ricardo de Souza. *Acesso, Permanência e Políticas de Ação Afirmativa para Negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ) na Visão dos Gestores*. Libertas: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 95 - 120, jan./jun. 2013.

KAMEL, Ali. *Não sou racista – uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, NEVES, Paulo Sérgio da Costa, SILVA, Paula Bacelar e. *A Implantação de Cotas na Universidade: Paternalismo e Ameaça à Posição dos Grupos Dominantes*. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília* _____ *As Cotas Raciais nos Horizontes da Antropologia: Tréplica a dezoito comentaristas*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2005

- (UnB). Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 181-214, June 2005 MÉSZÁROS, Istvan. *A educação para além do capital*. 2ª Ed., São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- MAGGIE, Yvonne. FRY, Peter. *A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras*. Revista de Estudos Avançados, 18 (50), São Paulo: USP, 2004.
- MAGNONI, Maria Salete. *Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?* Estudos Avançados. Vol. 30, n. 87, São Paulo, Maio/Ago, 2016.
- MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira, BRITO, Ireni Aparecida Moreira. *Os candidatos aprovados pelo regime de cotas raciais e os conflitos sobre a identidade negra na banca avaliadora de fenótipo*. Florianópolis: ANPED, 2015.
- MARTINS, André Ricardo Nunes. *Racismo e Imprensa – Argumentação no Discurso sobre as Cotas para Negros nas Universidades*. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005.
- MARTINS, Edna. *Racismo e educação: a temática étnico-racial em foco em uma Universidade pública*. Interfaces Brasil/Canadá. Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 16, n. 2, 2016, p. 89-112.
- _____. A Entrevista como instrumento de pesquisa sobre práticas educativas de famílias. In: Nuances: Estudos sobre Educação. V. 24, n. 3, p. 15-30, 2013.
- MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. *A Entrevista como Instrumento Para Investigação em Pesquisas Qualitativas no Campo da Linguística Aplicada*. Revista Odisseia, PPGEL/UFRN, n.º 5, 2010.
- MOURA, Clovis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. *Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos*. REVISTA USP, São Paulo: n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006.
- NASCIMENTO, Abdias. NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997*. In: Tirando a Máscara – Ensaio sobre o Racismo no Brasil. Paz e Terra: São Paul, 2000.
- NERY, Maria da Penha, COSTA, Liana Fortunato. *Política afirmativa racial: polêmicas e processos de identidade do cotista universitário*, Psico-USF, v. 14, n. 2, p. 211-220, maio/ago. 2009.
- NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. 5º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- OLIVEIRA, Betty. *A Dialética do Singular-Particular-Universal*. ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira;. *Método Histórico-Social na Psicologia Social – Vozes*, 2005.
- OLIVEIRA, I. M. *Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula*. São Paulo: Papirus, 1994.
- OLIVEIRA DA SILVA, Kátia Elenise. *O papel do Direito Penal no enfrentamento da discriminação*, 1997. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, R. *Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção*. São Paulo: PUC, 1992.
- OLIVEIRA, Sidney de Paula. *O Estatuto da Igualdade Racial*. São Paulo: Selo Negro, 2013
- _____. *Constituição de 1988: marco divisor de águas quanto ao crime de racismo*. Monografia de Pós-graduação. São Paulo: Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 2009.
- _____. *Negrados – Coletânea de Poemas*. São Paulo: Quilombhoje Literatura, 2012.
- _____. *A(r)mada Negra – Coletânea de Poemas*. São Paulo: Quilombhoje Literatura, 2015.

_____. *Insuficiência e Ineficácia das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade de Gênero, visando Acesso e Permanência na Educação, caso tais Políticas não Contemplem a Variante Etnorracial*. Monografia de Pós-graduação. São Paulo: UNIFESP, 2017.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. In: Revista Diálogo Educacional, v.2- n.3, p. 116-169, 2001.

PEREIRA, João Baptista Borges. *O negro e a identidade racial brasileira*. In: Racismo no Brasil. ABONG, Ação Educativa: São Paulo, 2012.

PETRUCCELLI, José Luis. SABOIA, Ana Lucia. (Organizadores). *Características Étnico-raciais da População – Classificação e Identidades*. IBGE: Rio de Janeiro, 2013.

PIOVESAN, Flávia. *Ações Afirmativas sob a perspectiva dos Direitos Humanos*. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. UNESCO, Ministério da Educação: Brasília, 2005.

PIZA, Edith. *Porta de Vidro: Entrada para a Branquitude*. In: Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

QUILOMBHOJE LITERATURA. *Nomes Africanos e seus Significados*. Organizador: Quilombhoje Literatura. São Paulo: Editora Quilombhoje, 2009.

RAMOS, Paulo; RAMOS, Magda Maria; BUSNELLO, Saul José. *Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese*.

ROCHA, Décio, DAHER, Maria Del Carmel, SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. A Entrevista em Situação de Pesquisa Acadêmica: Reflexões numa perspectiva Discursiva. Revista Polifonia, v. 8, n.08, UFMT, 2004.

SALOMON, Dêlcio Vieira. *Como Fazer uma Monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

SANTOS, Gisele Aparecida dos. *A invenção do ser negro – Um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Pallas, 2002.

SANTOS, Joel Rufino dos. *A questão do negro na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1990

_____. *O que é racismo*. 15ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Ação afirmativa e políticas de cotas: reflexões e críticas*, in Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, 2015

SILVA, Cidinha da. *Ações afirmativas em educação: Experiências brasileiras*. São Paulo: Summus, 2003.

SILVA, Mário Rogério. *O Dado Cor/Raça nos Cadastros: Diagnóstico e Monitoramento das Desigualdades Raciais*. In: Diversidade nas Empresas & Equidade Racial. São Paulo: CEERT – FORDFOUSDATION, 2017.

Diversidade nas Empresas & Equidade Racial

SILVA Jr., Hédio. *Antirracismo – Coletânea de leis brasileiras (federais, estaduais, municipais)*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1988.

_____. *“Direito Penal em preto e branco”*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, n. 27

_____. *Direito de igualdade racial – Aspectos constitucionais, civis e penais. Doutrina e jurisprudência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SILA Jr., Hédio; TEIXEIRA, Daniel S. B. *Estatuto da Igualdade Racial: nova estatuta para o Brasil*. São Paulo: Ceert/Seppir, 2012.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Ação Afirmativa e Diversidade Étnico-Racial*. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2005.

SILVÉRIO, Valter Roberto. PINTO, Regina Pahim. ROSENBERG, Fúlvia. Orgs. *Relações Raciais no Brasil: Pesquisas Contemporâneas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ford Foundation, 2011.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

- SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45 jul./dez. 2006.
- TEIXEIRA, Louise Helena Azevedo. *Cultura do Racismo e as Coas Raciais: Privilégio ou Direito?* Clipping Jurídico: São Paulo, 2016.
- THEODORO, Mário. *Dez anos de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: Um breve balanço à luz dos dados do IBGE*. In: Diversidade nas Empresas & Equidade Racial. São Paulo: CEERT – FORDFOUNDATION, 2017.
- TOBIAS, Juliano da Silva. *Negros e Negras Chegam à Universidade: Estudo sobre as Trajetórias Acadêmicas e as Perspectivas Profissionais dos Cotistas da Unifesp*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEUSP, 2014.
- TURMENA, Leandro. AZEVEDO, Mario Luiz Neves de. *Materialismo Histórico e Pesquisa em Fontes: Contribuições para a História da Educação*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.
- UNIFESP. *Análise do Perfil de Estudantes Ingressantes da Universidade Federal de São Paulo*. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-Reitoria de Graduação. UNIFESP, 2016.
- UNIFESP. *Guia Básico Para Elaboração de Referências Bibliográficas segundo a ABNT*. UNIFESP, 2014;
- VITÓRIA, Francisco Carlos. *Cotas, do Direito de Todas ao Privilégio de Alguns*. Revistas Adusp. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- WEDDERBURN, Carlos Moore. *Do Marco Histórico das Políticas Públicas de Ação Afirmativa. – Gênese das Políticas de Ações Afirmativas e Questões Afins*. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005.

Anexo 1.

TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento.

PROJETO DE PESQUISA: MARCOS LEGAIS REGULADORES QUANTO À INCLUSÃO, PERMANÊNCIA E FORMAÇÃO DE NEGROS (AS) NO ENSINO SUPERIOR – ASPECTOS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

ORIENTADORA: Profa. Dra. Edna Martins

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Educação.

Prezados Estudantes,

Estamos desenvolvendo uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo e gostaríamos de contar com sua colaboração fornecendo dados e informações, por meio de entrevista, no que se refere a temas relacionados a questões étnico-raciais, percurso educacional e reserva de vagas.

Serão entrevistados 6 (seis) estudantes, sendo um de cada curso de graduação da UNIFESP – Campus Guarulhos, que se autodeclaram como negros (as) e optaram pela concorrência via sistema universal em detrimento da possibilidade de ingresso via cotas raciais. As entrevistas, juntamente com a pesquisa teórica desenvolvida nesse estudo, servirão de base para a elaboração de dissertação de mestrado, assim como de artigo para ser publicado em periódicos da área da educação, trazendo como resultado a oferta de subsídios quanto à opção pela concorrência nos vestibulares das universidades públicas via reserva de vagas/cotas raciais.

Esclarecemos que resguardaremos o sigilo e privacidade em relação aos sujeitos que serão entrevistados, assim como deixamos claro que todos os estudantes têm total liberdade, em qualquer momento, para recusar ou retirar o consentimento relativo à sua participação nesse estudo. Esclarecemos, também, que não haverá nenhuma despesa para os participantes dessa pesquisa.

Colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer informações no seguinte endereço:

Universidade Federal de São Paulo – Programa de Pós-graduação em Educação

Estrada do Caminho Velho, 333 – Jardim Nova Cidade.

Guarulhos – SP – CEP. 87.020-900

Fone: (44) 3261-4416

e-mail: emartinsunifesp@gmail.com; sidneyebony@yahoo.com.br

Agradecemos sua participação.

Atenciosamente,

Sidney de Paula Oliveira

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações e esclarecimentos de todas as minhas dúvidas, referentes a este estudo com o mestrando SIDNEY DE PAULA OLIVEIRA, **CONCORDO VOLUNTARIAMENTE**, em fornecer dados e informações para a pesquisa por meio de entrevista.

Assinatura do estudante

DATA: ____/____/____

Anexo 2.

Roteiro para Entrevistas.

1) Identificação do (a) entrevistado (a)

- Nome
- Sexo
- Idade
- Local de nascimento
- Estado civil
- Local onde reside (cidade – bairro)
- Raça/Cor (autodeclarada)
- Em qual curso ingressou na UNIFESP
- Ano de ingresso
- Ano previsto para a conclusão

2) Percurso educacional / Relações raciais na Universidade Pública e questões pretéritas

- 1.Fale um pouco acerca da sua trajetória escolar. Estudou em escolas públicas? Toda trajetória? Em caso de escolas particulares, teve bolsa de estudos?
- 2.Exerce atividade profissional remunerada? Qual? Onde?
- 3.Em caso de não exercer. Como se mantém no curso?
- 4.Durante esse percurso sofreu preconceito racial, presenciou ou teve conhecimento de alguém que tenha sofrido? Fale um pouco sobre isso
- 5.A UNIFESP foi sua primeira opção?
- 6.Se submeteu a outros exames vestibulares? Quando e em quais instituições? Se for o caso, fez a opção pelas cotas? Por quê? Ou nunca fez essa opção?
- 7.Fazendo a opção por não participar do processo seletivo/vestibular via cotas raciais, o que pensa sobre as pessoas que lançaram mão dessa opção?
- 8.Com relação aos que ingressaram na UNIFESP fazendo a opção pelas cotas, crê que não conseguiram o acesso se optassem por não lançar mão desse recurso? Por que?
9. Você acha que essas pessoas estariam menos preparadas pela concorrência no vestibular/processo seletivo? Por que?

10.Como você vê as ações afirmativas no Brasil, principalmente nas universidades federais, como a UNIFESP?

-Obs. (Ante a resposta, continuar o questionamento). Entende que as ações afirmativas não são uma via de acesso adequada? Por que?

11.Conforme identificação acima quanto a raça/cor, você se declara (e se declarou quando do vestibular, preto, pardo). Por que se considera pertencente a esse grupo racial?

12.A UnB (Universidade de Brasília), além de outras como a UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa quando adotaram as cotas raciais, estabeleceram uma comissão para averiguar em situações dúbias, quem seria realmente negro. O que acha disso?

13.Você acredita que as cotas raciais, sendo adotadas, principalmente pelas universidades públicas, comprometem a meritocracia e poderiam macular a qualidade do curso: Por quê? De que modo?

14.Com relação a quem ingressou na universidade pública via cotas, você acha que tais pessoas teriam compromisso em colaborar com outros (as) possíveis ingressantes, mais que os não cotistas? Por que? De que modo poderiam fazê-lo?

15.Você tem colegas ou conhecidos que entraram pelo sistema de cotas? O que acha dessas pessoas e sua opção? Como é sua relação com essas pessoas, sabendo que são cotistas? Poderia falar um pouco sobre o comportamento delas na universidade?

16.Você acha que existem pessoas que são cotistas mas escondem esse “segredo”? Por quê?

17.Você já escutou algum comentário na universidade sobre os cotistas? Faz questão de deixar claro que não é cotista? Por quê?

18.Você acha que professores (as) veem os (as) alunos (as) cotistas de modo diferente? Na sua opinião entende que eles (professores/as) fazem questão de descobrir isso? Já presenciou algum (a) professor (a) perguntando isso em sala de aula ou outro ambiente acadêmico (biblioteca, restaurante, etc.?)

19.Já notou nas demais relações na universidade (relações institucionais) alguma diferença de tratamento entre cotista e não cotistas? Em caso afirmativo, quais?

20.Ainda que tenha optado pelo sistema universal, você alguma vez foi identificado como cotista? Em caso afirmativo, como se sentiu? Discorra um pouco sobre isso

21. Optando pela concorrência pelo sistema universal, o que entende que deva ser feito para que outros (as) como você tenham acesso à universidade pública? O modo tradicional (sem cotas), antes das políticas públicas para negros (as) é o suficiente? Por quê?

22. Uma parcela significativa dos movimentos sociais negros sempre cobrou a adoção de cotas raciais, em especial na educação, entendendo a media como justa pela opressão e racismo que vitimaram os (as) negros (as). Agora, com a gradativa adoção desse sistema pelas universidades públicas, o que pensa da postura e reivindicação dos movimentos negros em comento, e das universidades que contemplaram em seus vestibulares essa variante/modalidade de acesso? Por quê?

23. Em sendo as universidades espaços de poder, aí computadas com especial relevo as públicas, há segmentos sociais contrários/resistentes à adoção de cotas raciais, sendo que tais segmentos são majoritariamente compostos pelo que podemos chamar de uma elite. O que pensa da posição desse segmento social? Sob seu ponto de vista, quais interesses estão em jogo? O que você acha que levaria o tal segmento em comento a pensar/agir assim?

24. Você crê que haveria constrangimento e/ou questionamento da sua capacidade ou esforço, caso fizesse a opção pelo ingresso via cotas raciais? Por quê? Em que medida?

25. Você conhece a lei federal n.º 12.711/12 que regulamenta as cotas nas universidades e institutos federais? Se sim, o que acha de tal lei?

26. O que acha da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que, antes da lei, em 2011, reconheceu, de modo unânime, que o sistema de cotas raciais é legal e constitucional?

27. Quanto a finalização, tecer os comentários que entender adequados acerca do tema cotas/reserva de vagas para negros na UNIFESP e/ou outras universidades públicas.

Anexo 3.

Ementa da decisão do STF quanto às Cotas Raciais

26/04/2012 PLENÁRIO

ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 186

DISTRITO FEDERAL

RELATOR :MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

REQTE.(S) :DEMOCRATAS - DEM

ADV.(A/S) :ROBERTA FRAGOSO MENEZES KAUFMANN

**INTDO.(A/S) :CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - CEPE**

INTDO.(A/S) :REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**INTDO.(A/S) :CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE
EVENTOS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
CESPE/UNB**

**AM. CURIAE. :EDUCAFRO - EDUCAÇÃO E CIDADANIA DE
AFRODESCENDENTES E CARENTES**

ADV.(A/S) :JOÃO MANOEL DE LIMA JUNIOR E OUTRO (A/S)

AM. CURIAE. :FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PROC.(A/S) (ES) :PROCURADOR-GERAL FEDERAL

AM. CURIAE. :MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO - MNU

ADV.(A/S) :GUSTAVO TRANCHO DE AZEVEDO

AM. CURIAE. :MOVIMENTO PARDO-MESTIÇO BRASILEIRO - MPMB

ADV.(A/S) :JULIANA FERREIRA CORRÊA

AM. CURIAE. :FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

PROC.(A/S) (ES) :PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**AM. CURIAE. :INSTITUTO DE ADVOCACIA RACIAL E AMBIENTAL - IARA E
OUTRO (A/S)**

ADV.(A/S) :SHIRLEY RODRIGUES RAMOS E OUTRO (A/S)

AM. CURIAE. :DEFENSORIA PUBLICA DA UNIÃO

ADV.(A/S) :DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

**AM. CURIAE. :MOVIMENTO CONTRA O DESVIRTUAMENTO DO
ESPÍRITO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS
NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS**

ADV.(A/S) :WANDA MARISA GOMES SIQUEIRA E OUTRO (A/S)

**AM. CURIAE. :INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO E DEFESA
COMUNITÁRIA POPULAR - IDEP**

**AM. CURIAE. :ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS
Supremo Tribunal Federal**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 1990072. Inteiro Teor do Acórdão - Página 1 de 233

ADPF 186 / DF

AFRODESCENDENTES - ANAAD

ADV.(A/S) :MÁRCIO THOMAZ BASTOS E OUTRO (A/S)

**AM. CURIAE. :CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS
ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB**

ADV.(A/S) :OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E

OUTRO (A/S)

AM. CURIAE. :ASSOCIAÇÃO DIREITOS HUMANOS EM REDE - CONECTAS DIREITOS HUMANOS

ADV.(A/S) :DANIELA IKAWA E OUTRO (A/S)

EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. ATOS QUE INSTITUÍRAM SISTEMA DE RESERVA DE VAGAS COM BASE EM CRITÉRIO ÉTNICO-RACIAL (COTAS) NO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO EM INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO SUPERIOR. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 1º, CAPUT, III, 3º, IV, 4º, VIII, 5º, I, II XXXIII, XLI, LIV, 37, CAPUT, 205, 206, CAPUT, I, 207, CAPUT, E 208, V, TODOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

I – Não contraria - ao contrário, prestigia – o princípio da igualdade material, previsto no *caput* do art. 5º da Carta da República, a possibilidade de o Estado lançar mão seja de políticas de cunho universalista, que abrangem um número indeterminados de indivíduos, mediante ações de natureza estrutural, seja de ações afirmativas, que atingem grupos sociais determinados, de maneira pontual, atribuindo a estes certas vantagens, por um tempo limitado, de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares.

II – O modelo constitucional brasileiro incorporou diversos mecanismos institucionais para corrigir as distorções resultantes de uma aplicação puramente formal do princípio da igualdade.

III – Esta Corte, em diversos precedentes, assentou a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa.

IV – Medidas que buscam reverter, no âmbito universitário, o quadro histórico de desigualdade que caracteriza as relações étnico- raciais e sociais em nosso País, não podem ser examinadas apenas sob a ótica de sua compatibilidade com determinados preceitos constitucionais, isoladamente considerados, ou a partir da eventual vantagem de certos critérios sobre outros, devendo, ao revés, ser analisadas à luz do arcabouço princípio lógico sobre o qual se assenta o próprio Estado brasileiro.

2

Supremo Tribunal Federal

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 1990072.

Inteiro Teor do Acórdão - Página 2 de 233

ADPF 186 / DF

V - Metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam beneficiadas pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1º, V, da Constituição.

VI - Justiça social, hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes.

VII – No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa apenas são legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo,

do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário, tais políticas poderiam converter-se benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo, situação – é escusado dizer – incompatível com o espírito de qualquer Constituição que se pretenda democrática, devendo, outrossim, respeitar a proporcionalidade entre os meios empregados e os fins perseguidos.

VIII – Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada improcedente.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade e nos termos do voto do

3

Supremo Tribunal Federal

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 1990072.

Inteiro Teor do Acórdão - Página 3 de 233

ADPF 186 / DF

Relator, julgar totalmente improcedente a arguição. Votou o Presidente, Ministro Ayres Britto. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli.

Brasília, 26 de abril de 2012.

RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR